



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Artes e Letras

**Proibição do *Burkini* na França  
Análise das Publicações nos Portais online do *Le Monde*  
e do *Le Figaro***

**Kattyane da Silva Costa**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Jornalismo**  
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Ana Leonor Serra Morais dos Santos

**Covilhã, Outubro de 2017**



# Agradecimentos

À Deus, por permitir, viabilizar e realizar meu sonho de estudar fora do meu país.

À minha família, que fez além do que podia para me proporcionar tudo o que eu vivi durante esses dois anos de mestrado. Especialmente ao meu pai, José Costa, que me apoiou em todas as minhas escolhas; à minha mãe, Sonia Costa, por toda a paciência, conselhos e orações; aos meus tios Sidney Silva, Solange Aguiar, Ana Lúcia Rivelto e Flávio Aguiar.

Aos amigos que fiz enquanto estive em Covilhã e também aos que vivem no Brasil. Em especial gostaria de agradecer à Marina Almeida e ao Victor Theodoro, por terem sido minha família quando eu mais precisei. À Drielly Oliveira, que por muitas vezes compartilhou comigo as saudades de casa. À Ana Carolina Lopes, que mesmo de longe esteve presente nos melhores e piores momentos dessa caminhada. À Yne Manuela, Iuri Lopes, Lucas Felipe e Tatiane Bispo, pela amizade e apoio dado durante o desenvolvimento da investigação e a Carla Niz, que disponibilizou seu tempo e sua ajuda no momento em que precisei.

À orientadora Ana Leonor Santos, por todas as correções e orientações. À professora e amiga, Graziella Dumard, por toda ajuda na idealização dessa pesquisa.



## Resumo

O objetivo dessa investigação é analisar as publicações nos portais online dos jornais franceses *Le Monde* e *Le Figaro* no que diz respeito a Proibição do *Burkini*. Os decretos da proibição ocorreram em várias praias da costa francesa no verão de 2016. O *Burkini* é um traje de banho que cobre o corpo da mulher da cabeça aos pés, deixando a mostra apenas o rosto, e que geralmente é usado por mulheres muçulmanas.

Na primeira parte da dissertação foi realizada uma pesquisa bibliográfica que pôde servir de embasamento teórico e direcionar a uma conclusão científica. Foram escolhidas teorias do jornalismo e também das ciências sociais, como a Teoria do *Agenda-Setting*, o Pós-estruturalismo e o Pós-colonialismo. Na parte empírica foram selecionadas 47 notícias no total, 22 do *Le Figaro* e 25 do *Le Monde*, e como método de foi usado a Análise de Conteúdo. A investigação busca conscientizar o meio acadêmico e profissional sobre a importância das notícias diárias sobre a opinião pública, assim como perceber quais são os seus vícios, nocivos na construção da notícia. E assim sugerir aos leitores que façam uma análise não só da situação noticiada mas também de como está sendo noticiada.

## Palavras-chave

*Le Monde*, *Le Figaro*, Islã, Islamofobia, Opinião pública, teoria do agendamento, *burkini*, muçulmanos, muçulmanas, orientalismo.



# Abstract

The main objective of this dissertation is to analyse the online publications relative to the *Burkini* Ban of two newspapers in France: *Le Monde* and *Le Figaro*. Those prohibitions happened in many beaches at France cost in the summer of 2016. The *burkini* is a swimsuit that full cover from the head to the feet the women's bodies, leaving the face exposed. This swimming suit is used commonly for muslims women.

On the first part of this dissertation, a bibliographic research was done, and was used as a theoretical base, guiding to a scientific conclusion. Journalism and Social science theories were use: Agenda-setting theory, post-structuralism and post-colonialism. On the empirical part, 47 news were selected from both newspapers, and Content analysis was used as method of research. This paper tries to aware the academic and professional instances of the volume of importance that the daily news has on the public opinion and get to know what are the harmful vices on the news construction. And than, suggest to the readers to analyse not only the news, but how the news is being given to de public.

# Keywords

*Le Monde*, *Le Figaro*, Islam, Islamophobia, Public Opinion, Agenda Setting, *burkini*, muslims.



# Índice

Introdução .....	1
PARTE I .....	5
ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	5
Capítulo 1 - Jornalismo: Funções, Teorias e Conceitos .....	7
1.1 Teoria do Agendamento: Agenda-setting .....	7
1.2 Walter Lippman e seu contributo para a Teoria do Agendamento .....	11
1.3 A Mídia e a Opinião Pública .....	14
1.4 Deontologia e Organização Jornalística .....	18
1.5 Caso Francês .....	21
Capítulo 2 - Teorias Pós-críticas .....	25
2.1 Pós-estruturalismo .....	25
2.1.1 Linguagem e Discurso .....	27
2.1.2 Foucault e seu contributo para a Teoria Pós-estruturalista .....	29
2.2 Pós- colonialismo .....	31
2.2.1 Crítica ao Orientalismo .....	32
2.2.2 Conceitos de Ideologia, Discurso, Estereótipo e Opinião Pública .....	35
Capítulo 3 - Islamofobia e a Sociedade Francesa .....	39
3.1 Islamofobia .....	39
3.2 Mulheres Muçulmanas e o Burkini .....	43
3.3 Sistema Político Francês .....	45
3.3.1 Formação do Governo .....	46
3.3.2 Perfil dos Principais Candidatos à Presidência da França .....	47
3.4 Sociedade e Onda Imigratória .....	51
PARTE II .....	57
INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA .....	57
Capítulo 4 - Apresentação e Percurso Metodológico .....	59
4.1 Justificativa .....	59
4.2 Percurso metodológico .....	60
4.3 Objetos de Análise .....	62
4.3.1 Le Monde .....	62
4.3.2 Le Figaro .....	63
Capítulo 5 - Discussões e Interpretação dos Resultados .....	65
5.1 Elementos de Categorização .....	65
5.1.1 Le Monde .....	67
5.1.2 Le Figaro .....	68
5.2 Análise de Convicção (negativo, positivo e neutro) .....	69
5.2.1 Títulos .....	69
5.2.2 Subtítulo .....	71
5.2.3 Destaques .....	72
5.2.4 Artigos de Opinião .....	73
5.2.5 Posicionamento a respeito do Burkini .....	75
5.2.6 Análise Comparativa do Le Monde e do Le Figaro .....	77

Considerações finais .....	81
Referências Bibliográficas .....	87
Apêndices .....	97
Apêndice 1 - Resumo das notícias .....	97

# Lista de Figuras e gráficos

Figura 1: Mulher autuada por utilizar trajes de banho islâmicos.....	44
Figura 2: Popularidade François Hollande .....	47
Figura 3: Níveis de popularidade.....	49
Figura 4: Opiniões .....	52
Figura 5: Portal do Jornal Le Monde.....	63
Figura 6: Portal do Jornal Le Figaro .....	64
Figura 7: Gráfico do título das notícias Le Figaro.....	70
Figura 8: Gráfico do título das notícias Le Monde .....	70
Figura 9: Gráfico dos subtítulos das notícias Le Figaro .....	71
Figura 10: Gráfico dos subtítulos do Le Monde .....	72
Figura 11: Gráfico dos destaques do Le Figaro .....	73
Figura 12: Gráfico dos destaques do Le Monde.....	73
Figura 13: Gráfico dos artigos de opinião do Le Figaro .....	74
Figura 14: Gráfico dos artigos de opinião do Le Monde .....	75
Figura 15: Gráfico sobre o burkini no Le Figaro .....	76
Figura 16: Gráfico sobre o burkini no Le Monde.....	77



# Lista de Tabelas

Tabela 1: Categorias para referir as notícias .....	65
Tabela 2: Elementos <i>burkini</i> .....	65
Tabela 3: Elementos “mulher muçulmana” .....	65
Tabela 4: Elementos cultura .....	65
Tabela 5: Incidência de elementos Le Monde .....	68
Tabela 6: Incidência de elementos Le Figaro .....	68



## Lista de Acrónimos

FIJ	Federação Internacional de Jornalistas
NYT	New York Times
SNJ	Sindicat National des Journalistes
CFCM	Conseil Français du Culte Musulman
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
TNS et SOFRES	Société française d'enquêtes par sondages



# Introdução

Em virtude da violência causada pelas guerras, tem se visto mais do que nunca uma grande migração de pessoas de países periféricos para a Europa e América. Grande parte dessas pessoas é oriunda de culturas muito distintas do que é comum no Ocidente. De maneira que os conflitos de valores acabam por serem frequentes.

Os terrorismos<sup>1</sup> de fundamentalistas, que pregam a violência em prol da religião têm sido frequentes no século XXI, não só nos países centrais mas, como também nos periféricos. Porém, dada a proximidade cultural, é muito mais comum ler, ouvir e ver notícias sobre esses atos nos países centrais.

Um dos países que mais tem sofrido com atentados terroristas é a França, que nos últimos 2 anos foi exposta a pelo menos 3 grandes ataques, sendo eles o atentado ao jornal satírico *Charlie Hebdo*, à Boate *Bataclan* em Paris e o atentado no dia da Bastilha em Nice. Esses atentados tem em comum o autor, um grupo terrorista que se auto proclama Estado Islâmico, detentor de um discurso fundamentalista e opressor, não só contra o Ocidente mas, contra todos aqueles que, segundo eles, são pecadores e falsos seguidores de Alá.

A intenção desse grupo, ao que parece, é isolar os muçulmanos que vivem nos países onde eles realizam os atentados. A população muçulmana na França é a maior da Europa e uma parcela significativa de muçulmanos no país não está bem integrada na sociedade francesa, e por vezes conflitos culturais tomam uma proporção consideravelmente grande na opinião pública, como foi o caso da proibição do *Burkini* em várias cidades francesas logo após o atentado em Nice em 2016. Uma das justificativas usadas pelos políticos era que o traje significava uma filiação ao grupo terrorista auto proclamado Estado Islâmico.

Para a investigação foram escolhidos portais online de dois jornais Franceses, o *Le Figaro* e o *Le Monde*, ambos escolhidos pela sua popularidade e pela facilidade no acesso as notícias através dos seus portais. Procurou-se analisar de que forma a mídia francesa, na perspectiva do *Le Figaro* e do *Le Monde*, noticiou nas primeiras 4 semanas a proibição do traje, tendo sido inspirado no que no que MacCombs (2006) considera como o efeito da *agenda-setting*, que sugere um período de 4 a 8 semanas até o assunto chegar a agenda pública, buscando assim entender como as notícias refletem a construção da opinião pública nas primeiras 4 semanas.

Assim, para que a pesquisa pudesse desenvolver gradativamente o tema, foram desenhados cinco capítulos. O primeiro é referente ao jornalismo e como ele avança nas questões relacionadas a sua função social, a opinião pública e no que é referente também a sua influência na construção da realidade e na opinião da massa. Nessa primeira parte da dissertação foram

---

<sup>1</sup> atos com finalidade de aterrorizar.

usados como base autores como Traquina (2004), McCombs (2006), McNair (2004), Wolf (2009), Lippmann (1998) e Perales (1995).

O segundo capítulo aborda as relações sociais, na visão das teorias críticas do pós-estruturalismo e do pós-colonialismo. Na primeira parte do capítulo busca-se entender as práticas sociais e a dinâmica de poder, na visão de Michel Foucault, que embora não fale propriamente sobre a comunicação, numa visão mais humanista, pode ser encaixado no que se procura entender nas relações de poder da linguagem e do discurso. Na segunda parte, será verificado de que forma conceitos como o de Orientalismo criaram culturas de preconceito sobre o Oriente, partindo da visão pós-colonial, que critica o eurocentrismo e a visão em relação as outras civilizações. Além disso, busca-se entender como os conceitos de estereótipo, verdade e opinião pública interagem nas relações sociais. Nesse capítulo foram usados autores como Anthony Giddens (1989), Edward Said (2008), Michel Foucault (1997), Quijano (2005) e Todorov (2012).

O terceiro capítulo é direcionado a investigação de temas relacionados a sociedade, como a islamofobia, que pode ser identificada como uma fobia a religião e a cultura islâmicas, além de também entender de que forma a mulher muçulmana é vista pela sociedade ocidental, e o que foi a proibição do *burkini*; ademais também comenta o sistema político francês e as eleições de 2017 no país, bem como o fluxo imigratório de muçulmanos na França. Esse último capítulo teórico tem como intenção situar o leitor no ambiente atual do país. Foram usados como base publicações de portais online, como Público, Isto É, Revista Exame e outros portais de notícias, além de autores como Zebiri (2008), Todorov (2012) e Said (2008).

Os dois últimos capítulos são referentes a análise empírica. A partir da investigação teórica e pré-análise do material recolhido, foi estabelecido como método a análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (1977), já que o que se procura nessa dissertação é buscar resultados quantitativos referentes a construção das notícias da proibição do *Burkini*. Assim, dando inicio a análise, foram selecionados temas, categorias e elementos, e a partir daí, foi analisada a inferência desses mesmos elementos nas notícias. O capítulo 4 aborda a metodologia da investigação: percurso metodológico e apresentação dos objetos analisados. O capítulo 5 apresenta o desenvolvimento da pesquisa, tal como a análise dos dados coletados.

Para que a pesquisa pudesse levar a um resultado, foram traçados alguns objetivos. O objetivo geral é analisar se os jornais *Le Monde* e *Le Figaro* são imparciais ou não no que diz respeito a inclusão dos muçulmanos na sociedade Francesa. E os objetivos específicos consistem em: Verificar se existem ou não associações pejorativas a respeito do *burkini* nos portais do *Le Monde* e do *Le Figaro*; e Aferir a existência de valorização, depreciação ou neutralidade com relação aos muçulmanos na construção das notícias nos jornais online *Le Monde* e *Le Figaro*, a fim de buscar entender se de alguma forma a configuração das notícias tem um viés islamofóbico que de alguma forma influencia a opinião pública.

O intuito da investigação é contribuir para um jornalismo íntegro, que busca ser um veículo de informações livre de estereótipos e pré-conceitos. Assim, os objetivos traçados têm como meta responder ao problema da investigação: “Há uma preocupação dos jornais em online *Le Monde* e *Le Figaro* em suas versões online em disseminar uma informação de uma minoria com imparcialidade?”. Mediante o problema foram sugeridas 3 hipóteses a serem testadas:

1. Hipótese 1: Os jornais franceses *Le Figaro* e *Le Monde* estariam delimitando os islâmicos como o Outro ameaçador para a vida dos nacionais.
2. Hipótese 2: Em função da ideologia política associada a cada um dos jornais, as notícias terão abordagens diferentes sobre a proibição do traje.
3. Hipótese 3: Falta representatividade feminina e muçulmana nas publicações dos jornais *Le Figaro* e *Le Monde* sobre o *Burkini*.

Através das hipóteses e dos objetivos, além das teorias usadas como base, pôde-se chegar a um resultado sobre o papel de dois importantes jornais na inserção de um assunto na opinião pública francesa. Logo a pesquisa teve como intuito fazer uma crítica construtiva ao papel do jornalismo como grande promotor da opinião comum.



**PARTE I**  
**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



# Capítulo 1 - Jornalismo: Funções, Teorias e Conceitos

Esse capítulo irá abordar as funções do Jornalismo e seu perfil como agente influenciador. Primeiramente através da teoria do agendamento: a construção da notícia e quais são seus efeitos. A segunda parte, articulada com a anterior, será destinada a opinião pública, a mídia de massa e como elas interagem entre si. Brevemente, na última parte, o capítulo tratará da ética da profissão no contexto francês.

## 1.1 Teoria do Agendamento: *Agenda-setting*

A função do jornal é informar seus leitores e possui como foco o acontecimento. Na produção da notícia, o jornalista deve dar mais atenção aos acontecimentos do que as suas próprias emoções (Gradim, 2000). O profissional pode expressar sua opinião de forma consciente, ao trazer temas que estimule um debate público sobre determinado assunto de relevada importância. Mas mantendo o cuidado em não fazer acusações sem fundamentos ou provas e incitação à violência.

Outro ponto importante na formulação da notícia é que o assunto deve ser relevante para ser selecionado. Gradim (2000) sugere que alguns pontos podem esclarecer a relevância da notícia, como proximidade, importância, polêmica, estranheza, emoção, repercussão e agressividade, atentando sempre para uma produção de notícia fidedigna e objetiva.

A concepção sobre o que é o jornalismo que conhecemos hoje é bastante recente, tem raízes nas sociedades democráticas do século XIX, enquanto ocorria o desenvolvimento da imprensa, com a vertiginosa expansão dos jornais no século XIX, que permitiu a criação de novos empregos e um número crescente de pessoas que passaram a dedicar seu tempo inteiro a uma atividade que ganhara um novo objetivo: fornecer informação e não propaganda (Traquina, 2004).

Assim, esses jornalistas eram os transmissores e representantes dos grupos sociais. Eram os “*tradutores independentes*” (Rados, 2008:148)<sup>2</sup>, apartidários e íntegros (conhecido como Jornalismo de Referência), diferente da imprensa sensacionalista. Essa diferenciação do trabalho jornalístico aconteceu após a Queda do Muro de Berlim, quando os donos dos meios de comunicação passaram a publicar materiais que chamavam mais a atenção, deixando a imparcialidade e o compromisso para trás.

Neste âmbito, para McNair (2004), o jornalismo, como qualquer outra narrativa, é “essencialmente ideológico” (p.6), e é através desse canal que as notícias, até então

---

<sup>2</sup> (grifo do autor)

desconhecidas para a maioria das pessoas, tornam-se conhecidas. Essas notícias são carregadas de expressões particulares, como o ponto de vista do jornalista, seus valores, suas crenças etc., que podem ser propositalmente articuladas. Dessa forma, o jornalismo se caracteriza como uma “narrativa autoral e ao mesmo tempo uma força ideológica, comunicando não só os fatos mas também uma forma de entender e dar sentido aos fatos” (p.7).

Embora o “efeito” do jornalismo reforce os valores da elite econômica e política e dificilmente fortaleça os valores das minorias, acaba reforçando uma ideologia através do uso da etiqueta de “provedor da verdade”, passando a contribuir, também, para a manutenção e reprodução de elementos ideológicos no sistema social, já que a dominação dos meios de comunicação está nas mãos de poucos ricos. Mas, é bem verdade que seria impraticável alimentar uma ideologia, se as pessoas comuns, ou seja, a comunidade, já não partilhassem, nem que pouco, da mesma ideologia (McNair, 2004).

O paradigma dos estudos dos “efeitos” da mídia, também chamado de *teoria hipodérmica*, foi desenvolvido por Wright Mills em 1963, e explicava que cada indivíduo reagia de maneira isolada às formas de influência dos meios de comunicação. Entretanto esses efeitos não seriam imediatos.

Sobre essa teoria, Wolf (2009) destacou que ela coincidiu com o período das duas Grandes Guerras e também com o advento da expansão dos meios de comunicação em massa. Assim, ela era uma “teoria da propaganda e sobre a propaganda” (p.22). No que dizia respeito a massa na teoria hipodérmica, ela é composta por “um conjunto homogêneo de indivíduos”. A massa é basicamente um ambiente integrado por indivíduos essencialmente iguais, “indiferenciáveis”, mas que não se conhecem, pois pertencem a espaços distintos e “tem poucas ou nenhuma possibilidades de exercer uma ação ou uma influência recíprocas” (*ibidem*). Essa teoria defendia que os meios de comunicação tinham uma grande influência no comportamento das pessoas e que seus efeitos eram idênticos em toda a audiência, de forma que a massa respondia de maneira idênticas aos estímulos da mídia (Traquina, 2000).

A teoria hipodérmica, segundo o autor (2009), descrevia a ação comunicativa como uma relação mecânica funcionando num esquema de estímulo e resposta, e defendendo “uma relação direta entre a exposição às mensagens e o comportamento: se uma pessoa é «apanhada» pela propaganda, pode ser controlada, manipulada, levada a agir” (p.28). Essa teoria foi negada em alguns aspectos por autores como Joseph Klapper (1960), que concluiu que a influência da mídia não era uma causa imprescindível.

A partir dos anos 70 há uma inquietude de pesquisadores, que possuíam experiências jornalísticas, sobre os “efeitos mediáticos” (Traquina, 2000). Faziam parte desses pesquisadores os fundadores da teoria do Agendamento, McCombs e Shaw (2006), que buscavam examinar o papel da mídia e suas influências. No livro *Setting the Agenda- the mass media and*

*public opinion*, os autores explicam que o enquadramento, o *frame*, da notícia é a seleção de - e ênfase sobre - atributos particulares para a agenda de mídia quando se fala de um objeto (McCombs, 2006).

Assim, o *frame* é um tipo de mensagem que visa ordenar ou organizar a percepção do observador dizendo: Tenha em conta o que está dentro e não o que está fora (Correia, 2011). O que de alguma forma, acaba sendo uma decisão sobre aquilo de que o público deve tomar conhecimento.

Nessa perspectiva, o jornalismo pode ser caracterizado como uma ferramenta de disseminação de valores e acontecimentos, sendo em grande parte das vezes, mesmo que minimamente, tendencioso economicamente, socialmente ou culturalmente. De maneira que o jornalismo é o grande responsável pela forma como a sociedade pensa e reage, já que é a fonte de conhecimento mais abrangente no mundo. É a partir da confiança que lhe é atribuída que os valores e ideais são inseridos, mesmo que implicitamente, nas notícias que são consumidas (McNair, 2004).

A mídia não só possui o poder de influenciar as pessoas a pensarem de uma forma, mas também de organizar e decidir sobre o que elas pensam. E essa função é realizada na construção da notícia, quando é decidido que enquadramento, conteúdo e narrativa a notícia terá. Através desse molde as notícias serão interpretadas e repassadas de uma maneira. Hoje, em comparação com dez anos atrás, é muito mais fácil tomar conhecimento de acontecimentos através da internet, que tanto disponibiliza a percepção da mídia convencional como abre espaço para a existência das narrativas independentes e alternativas do jornalismo.

No que se refere ao significado da comunicação em massa, McCombs (2006) defende que ela é um “processo social” que dissemina informações através de seus diversos meios para o público, que consome as mensagens e que absorve total ou parcialmente o conteúdo.

No estado atual, a hipótese do *agenda-setting* é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, susceptível de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica, sobre os efeitos da realidade exercidos pelos *mass media*, do que um modelo de pesquisa definido e estável (Wolf, 2009:145).

E uma das ferramentas usadas na construção da notícia é o *gatekeeping* é o que seleciona as formas de controlo sobre a informação articulada para os *mass media*. Aqui as mensagens podem ser codificadas e selecionadas para as notícias. Mas para que vire notícia, é preciso primeiramente passar pelo processo de *newsmaking*, no qual o acontecimento será avaliado e poderá ou não vir a ser notícia (Wolf, 2009).

As determinantes do *newsmaking* são muitas: a ação social, o timing, a rotina, a ação sócio-organizacional, a ação social extra-organizacional. “Os processos de *newsmaking* ocorrem num sistema sócio-cultural. Intuitivamente, podemos mesmo afirmar que o processo de fabricação

e construção das notícias sofre uma ação enformadora por parte do sistema sócio-cultural em que se insere” (Sousa, 2000:85).

Para chegar a decisão final sobre noticiar ou não um acontecimento, Wolf (2009) seleciona 5 critérios que facilitam a decisão: Substantivo, do Produto; dos Meios de comunicação; do Público; e da Concorrência. No primeiro critério, Substantivo, precisam ser avaliados a Importância e o Interesse da notícia. Sobre o critério do Produto, busca-se saber se o objeto a ser analisado é acessível e passível de ser noticiado, o assunto precisa ser relevante. No que é relativo aos Meios de comunicação, é necessário avaliar se a notícia será interessante e frequente para o público, está muito mais ligado a mídia televisiva do que ao impresso. O critério Público está relacionado a escolha da notícia e da informação que vão chegar ao público. E por fim, a Concorrência, que é o “incentivo” para fazer uma notícia de qualidade, que possa competir com a mesma notícia dada por um outro meio de comunicação (Wolf, 2009).

Um exemplo do poder de persuasão da mídia foi apresentado no capítulo do livro *O poder do jornalismo* de Nelson Traquina (2000). No capítulo “Conquistar o Público”, o autor explica como a participação da mídia norte-americana foi vital para que a sociedade apoiasse a Guerra do Golfo: a imagem de Saddam Hussein sendo comparado a Hitler, o Kuwait colocado como um país democrático que sofria ataques do Iraque, governado por um tirano, a imagem de George Bush (pai) tranquilo no manejo da situação, mostrando que não seria fácil abatê-lo, diferente de Jimmy Carter, que passava uma figura preocupada, seu antecessor na presidência.

Nesse contexto, o autor (2000) expõe algumas investigações já feitas aos jornais americanos como o *Washington Post* e o *The New York Times* e muitos investigadores concluíram que o lobby político era muito forte dentro dos jornais, em especial em *The New York Times*. O resultado da investigação foi de que a imprensa trazia uma imagem favorável ao governo do Kuwait, ocultando ligações entre o presidente e a família que governava o país do Oriente Médio.

Para a teoria do *agenda-setting*, as questões noticiadas enfaticamente pela mídia acabam tornando-se relevantes para o público. “A agenda da mídia define a agenda pública. Contrariamente à lei de consequências mínimas, trata-se de uma afirmação sobre um forte efeito causal da comunicação de massa sobre o público - a transferência da relevância da agenda da mídia para a agenda pública” (McCombs, 2006: 5).

McCombs (2006) traz alguns exemplos sobre como a influência da *agenda-setting* permitiu uma análise mais detalhada da forma como a mídia trata um determinado assunto, as imagens que são expostas ao público conjecturam a perspectiva de como a massa passará a enxergar o assunto em questão. Um exemplo dado pelo autor ocorreu em 1992: o *Texas Pool* (jornal local) inquiriu a população pela primeira vez sobre qual era, na opinião dos leitores, o maior problema enfrentado pelo país (EUA) na época; apenas 2,1% responderam que era o “crime”. Após a

publicação, no outono de 1993, 15% dos entrevistados acreditavam que o “crime” era o maior problema enfrentado pelos Estados Unidos. E em 1994, mais de 1/3 dos leitores do *Texas Pool* nomearam o “crime”. Mas o autor ressalva que, ironicamente, naquele período o “crime” mostrava uma queda de curso.

No que é relativo ao prazo, *time frame*, o efeito da *agenda-setting* sugere um espaço de 4 a 8 semanas até o assunto chegar a agenda pública. Mas McCombs (2006) percebeu ainda em 1996 que a internet encurtava significativamente esse tempo. Para o modelo de *agenda-setting* “a influência da comunicação de massa se baseia no fato de os *mass media* fornecerem toda essa parte de conhecimentos e de imagens da realidade social que transpõe os limites estreitos da experiência pessoal direta e <<imediate>>” (Wolf, 2009:26).

Finalmente sobre as consequências da *agenda-setting*, entende-se que elas vão muito além das imagens criadas na massa, através dos elementos chave da agenda da mídia: principais fontes, que fornecem informações para notícias, outras organizações jornalísticas, e normas e tradições jornalísticas. “Além das atitudes e opiniões, as imagens da realidade criada pelos meios de comunicação de massa têm implicações para os comportamentos pessoais, desde as candidaturas à faculdade até à votação no dia das eleições” (McCombs, 2006:133). A *agenda-setting* constitui um propulsor de atitudes, influenciando a massa. Mesmo que as opiniões dentro da massa variem, o autor entende que a mídia constitui um papel fomentador.

## 1.2 Walter Lippman e seu contributo para a Teoria do Agendamento

Uma das inspirações para o desenvolvimento da teoria do agendamento foi o jornalista norte-americano Walter Lippmann. Conhecido pelo seu jornalismo político, também auxiliou o presidente Woodrow Wilson no pós-Primeira Guerra Mundial com a elaboração dos 14 pontos, que sugeriam 14 medidas para pacificar a Europa do pós-guerra, incluindo a formação da Sociedade das Nações, predecessora das Nações Unidas.

Em 1922 Lippmann publicou o livro *Public Opinion*, no qual avançou a ideia de que as pessoas viviam em um mundo imaginário, que ele chamava de pseudo ambiente, formado por estereótipos e imagens pré-existentes. Sua obra, que inspirou McCombs e Shaw, sustentava que essas imagens e estereótipos, em grande parte, eram gerados pela mídia. Para McCombs (2006),

a tese de Walter Lippmann, eloquentemente argumentada, de que as notícias da mídia são a fonte primária das imagens em nossas cabeças, produziu uma dura proposta intelectual, uma agenda de ciências sociais que mapeia em detalhes consideráveis a contribuição da comunicação de massa para nossas imagens de política e assuntos públicos. Especificamente, a *agenda-setting* é uma teoria sobre a relevância da transferência das imagens da mídia sobre o mundo, para as imagens em nossas cabeças. A ideia teórica central é que os elementos relevantes na mídia se tornam imagens proeminentes na imagem da plateia. Os elementos enfatizados na agenda da mídia passam a ser considerados importantes pelo público (McCombs & Shall, 2006: 68).

O problema central para Lippmann estava na forma como as pessoas distorciam os fatos, confundindo-os com a realidade. “Nós não vemos primeiro e então definimos- Nós primeiro definimos e depois vemos” (Lippmann, 1998: xvi). Estabelecemos primeiro o julgamento e depois agimos não através da realidade, mas do que acreditamos que é a realidade. Esses símbolos existentes no imaginário são indícios, segundo o autor, de tempos onde há falta de segurança, guerras, e de uma opinião pública tomada por um espírito de ódio. E os responsáveis pela ligação entre os acontecimentos e as imagens que ficam na mente do público é a mídia.

O jornalista considerava que o sentimento sobre um evento distante de nós é atribuído a uma imagem mental desse evento. Por exemplo, quando a mídia noticia a respeito de uma Guerra no Oriente Médio, por mais que o leitor nunca tenha estado lá, terá uma imagem sobre o ocorrido e essa mesma imagem se perpetuará nos seus pensamentos e discursos sobre esse assunto. Essas imagens, nunca vistas, são articuladas e repassadas pela mídia, que é considerada por Lippmann (1998) um pseudo ambiente, ou seja, o lugar onde estão as imagens que o indivíduo possui sobre um ambiente, seu ou de outros.

Entretanto, as ações dos indivíduos são demonstradas no ambiente real, e é justamente daí que vem a contradição. Em outras palavras, o indivíduo pensa segundo um ambiente que existe apenas na sua mente (fictício, forjado de imagens pré-estabelecidas), mas age num ambiente real. Esses dois ambientes podem se contradizer, resultando muitas das vezes em erros de julgamento.

Esse ambiente é formado pelas palavras, algumas delas “devem frequentemente representar toda uma sucessão de atos, pensamentos, sentimentos e consequências” (p.65). O autor (1998) afirma que a linguagem não é um bom veículo de significados, pois a palavra evoca um sentido diferente de uma pessoa para outra, não sendo seguro, dessa forma, que a interpretação será a mesma para todos. A teoria do agendamento vem buscar nesses conceitos a inspiração para desenvolver o estudo de influência da mídia na opinião pública.

A respeito dos estereótipos, o que Lippmann (1998) defende é que na maior parte das vezes para vencê-los é preciso buscar compreender os atos e o ambiente alheio, filtrando a mente através da perspectiva do outro, baseando-se em seus padrões de pensamentos, para poder, assim, interpretar informações úteis à compreensão daquele ambiente. Para o autor, o que mais impressiona na sutileza das influências é que elas fortalecem e mantêm os estereótipos, que por fim acabam por governar toda a nossa percepção do mundo.

Newman (1995) considerava também que os estereótipos favoreciam o fortalecimento do processo de opinião pública. “Orientam a percepção, atraindo a atenção sobre alguns elementos- normalmente negativos- e produzindo uma percepção seletiva” (p.191). A maneira que torna possível uma notícia ser livre de preconceitos de observação e estereótipos forjados

no pseudo ambiente do jornalista é ser minuciosamente detalhada e verdadeira em sua descrição.

A importância da descrição do repórter ou do jornalista é crucial para a impressão do acontecimento, visto que a visão da narrativa é deles. A notícia não é um espelho das condições do acontecimento e sim um relatório do ponto de vista ou da perspectiva de ambos, jornalista ou repórter, passando por inúmeras transformações e modificações. A pressão para essas alterações muitas vezes chega por causa da economia; por exemplo, quando o mercado financeiro reage de alguma forma e uma notícia negativa é propagada sobre essa situação, gerando pânico (Lippmann, 1998).

Existe uma combinação de elementos que possuem o poder de criar opiniões. Algumas vezes, existem pistas nos textos sobre determinados assuntos que engajam o leitor a ponto dele se interessar pela notícia

É uma questão de julgamento quanto ao que absorverá a atenção da meia hora que determinado conjunto de leitores dará ao seu jornal. Agora, o problema de garantir a atenção não é de modo algum equivalente a exibir a notícia na perspectiva estabelecida pelo ensino religioso ou por alguma forma de cultura ética. É um problema de provocar o sentimento no leitor, de induzi-lo a sentir um sentido de identificação pessoal com a história que está lendo (Lippmann, 1998: 354).

Para Elisabeth Noelle-Neumann (1995), Lippmann traz à tona defeitos de percepção sobre a forma como consumimos informação e reagimos às ações do cotidiano, iludindo-nos a nós mesmos ao pensar que percebemos o mundo de uma maneira objetiva e livre de tendências pelos meios de comunicações. Segundo a autora, Lippmann encontrou “A pedra angular da opinião pública: a cristalização das concepções e das opiniões em <<estereótipos>> com carga emocional” (p.191).

Logo, pode-se entender que a notícia e a verdade não são a mesma coisa. A função da notícia é descrever um acontecimento, enquanto a função da verdade é trazer à tona os “fatos ocultos” (Lippmann, 1998:358). Assim, quando uma imagem da realidade é feita integralmente pode-se ver o coincidir do corpo da verdade e do corpo da notícia. Mas seria impossível para os jornais traduzirem toda a vida pública, garantindo a possibilidade de que cada um interprete a sua maneira,

Não é possível presumir que um mundo, realizado pela divisão do trabalho e pela distribuição da autoridade, possa ser governado por opiniões universais em toda a população. Inconscientemente, a teoria configura o único leitor como teoricamente tendo competência para todos os assuntos e coloca sobre a imprensa o ônus de realizar o que qualquer governo representativo, organização industrial e diplomacia não conseguiram realizar. Agindo sobre todo o mundo por trinta minutos em vinte e quatro horas, a imprensa é convidada a criar uma força mística chamada Opinião Pública que irá ocupar a folga em instituições públicas (Lippmann, 1998: 362-363).

O fato de Lippmann ser jornalista o ajudou a captar a forma como as pessoas recebem as notícias em primeira mão ou pelos meios de comunicação, e como elas tendem a absorver a experiência de forma tão profunda que em certo momento não conseguem separar as experiências diretas e indiretas (Noelle-Neumann, 1995).

Lippmann foi considerado uma inspiração para a teoria do *agenda-setting* por trazer à luz diversos mecanismos existentes na percepção do mundo por parte da mídia ou dos jornalistas. Pontos de vista, ideologia, construção de estereótipos, estão intimamente relacionados e são eles os responsáveis pela criação de ambientes reais na sociedade. O autor não responsabilizava a mídia de uma forma demonizadora, e sim elucidava o entendimento no que diz respeito a responsabilidade de apresentar fatos de forma propositalmente íntegra, tendo consciência das implicações para a opinião pública e para a manutenção da sociedade.

### 1.3 A Mídia e a Opinião Pública

Vários agentes podem com a sua ação pessoal modificar “o que é notícia” e o modo como a notícia é construída e fabricada. Porém, os jornalistas são, provavelmente, o elo mais relevante do processo, muito embora outros agentes, como as fontes, sejam também seus protagonistas destacados (Sousa, 2000:48). No modelo de jornalismo ocidental, a imprensa é um agente independente do “Estado de Poderes”, possuindo o direito de criticar, denunciar, e comentar as ações daqueles que possuem o poder. Os limites dos jornalistas são o respeito pelas normas da deontologia, a lei e a ética.

Os jornalistas só podem se referir ao que são capazes de entender na sua consciência, assim como defendia Newmann (1995). Já o leitor só é capaz de explicar o mundo mediante aquilo que absorveu das notícias, o que pode levar-nos a acreditar no poder da mídia sobre a opinião pública. Na mesma lógica, Sousa (2000) defende que a cultura, a opinião pessoal e a ideologia, influenciam o modo como o jornalista pensa no meio social e nas ocorrências. “Os conteúdos dos *new media* não se esgotam numa manifestação de cultura, também exercem um determinado papel na constituição cultural, um processo ativo e contínuo” (2000:41).

A sociedade de massa é composta por diversos elementos que reagem aos acontecimentos adjacentes “com um mínimo de desenvolvimento individual”, enquanto outros acontecimentos mais longínquos de outros setores também os influenciam. Para Blumer (2000), não há como caracterizar essa sociedade de massa de forma geral justamente porque ela varia de um lugar para outro, e também nas reações dentro dela mesma, assim como para Lasswell (1971), generalizações sobre a opinião pública existem porque são plausíveis e não porque são “experimentalmente estabelecidas”.

Se o jornalismo é considerado o rascunho da história, é preciso levar em consideração as diferentes seleções e interpretações dos jornalistas. Como se a história fosse vista de diferentes

perspectivas. Inspirado por Wright Mills, Eldridge (2003) atenta que essas interpretações podem dar espaço a manipulações quando pensamos em sociedade de massa. “Seja porque os indivíduos se tornam espectadores passivos, em vez de agentes ativos na vida política, ou porque podem ser mobilizados de cima para fins coletivos” (p.16). Nesse ponto há uma centralização nos meios de comunicação, fazendo com que haja uma padronização no processo de opinião.

Por isso, quero sugerir que a mídia cunha um espaço que está constantemente sendo contestado, sujeito à reestruturação organizacional e tecnológica, às restrições econômicas, culturais e políticas, às pressões comerciais e às mudanças nas práticas profissionais. A mudança de contornos deste espaço pode levar a diferentes padrões de dominação e de definição de agenda e a diferentes graus de abertura e clausura, em termos de acesso, de propriedade, de gêneros disponíveis, de tipos de discursos e da gama de opiniões representadas (Eldridge, 2003:20).

Logo, como as culturas mudam, os jornalistas podem servir de “catalizadores” em alguns momentos, resistindo ou impedindo mudanças de pensamento na sociedade, através por exemplo do *Gatekeeping*, que, segundo Sousa (2000), é a seleção de informações em “portões” controlados por “usoiros”, havendo informação que passa e outra que fica retida (p.42). O autor conclui dizendo que essa ação de escolha depende do ambiente dos jornalistas, mais uma vez.

Quando a opinião pública está em processo de formação, percebe-se que as convicções de grupos distintos parece ser uma ideia generalizada sobre o assunto em questão. A partir da exposição da mídia é introduzido “um processo com eficácia máxima” que viabiliza uma forma de pensar igual (Newmann, 1995:203). Existem pelo menos dois problemas dentro dos meios de comunicação no que diz respeito ao poder que a mídia possui sobre a sociedade. O primeiro está ligado à tentativa de ganhar a atenção do público e o esforço na repetição de um só “ponto de vista” (p.204). O segundo problema é quando a mídia se posiciona de um lado impedindo que a outra parte se justifique, caracterizando esses problemas como uma incapacidade diante do poder dos meios de comunicação.

No Reino Unido, por exemplo, o jornalista será visto como um cuidadoso relator de fatos, um imaginativo contador de histórias, um ‘cão de guarda’ mandatado pelo público face aos poderes, e, por vezes um lutador político por causas. Nos EUA, as coisas seriam semelhantes, exceto que se supõe que o jornalista seja ‘independente’, pelo que a política lhe estaria vedada enquanto jornalista. (...) O jornalista francês, por contraste, emerge da história mais como um comentarista e intérprete, um intelectual ou até mesmo um artista, do que como um reportador de fatos (2000:93).

Curran (2002) compara a mídia atual à igreja medieval, pois, assim como a igreja dos tempos medievais, a mídia consegue reunir em consenso diferentes grupos sociais, enfatizando valores coletivos que os unem. Assim como a igreja fortaleceu a posição dos nobres, a mídia estabeleceu e configurou a importância da monarquia britânica, por exemplo, para a identidade nacional, tornando-a símbolo coletivo.

A mídia moderna assumiu o papel da igreja, em uma era mais secular, de interpretar e dar sentido ao mundo para o público em massa. Como seus predecessores sacerdotais, as

comunicações profissionais amplificaram os sistemas de representação que legitimaram o sistema social (Curran, 2002:77).

Pode-se entender que a comunicação de massa exclui a cultura do saber, quando pensado por uma perspectiva em que todos são os compradores/consumidores dessa sociedade e que é estabelecida uma relação de dependência. Sobre os meios de comunicação de massas, “a sua função consiste em neutralizar o caráter vívido, único e de evento do mundo, para lhe substituir o universo múltiplo dos meios de comunicação mutuamente homogêneos enquanto tais, e referindo-se reciprocamente uns aos outros” (Baudrillard, 1991:130).

Em outras palavras, na sociedade de consumo é criada uma co-dependência entre os meios de comunicação, tão interligados que aumentam as chances de uma sociedade totalitária, onde a informação é difundida e interpretada apenas sobre algumas referências (Baudrillard, 1991).

No que diz respeito aos discursos no plano dos Estados, Nogueira e Messari (2005), pela perspectiva de David Campbell, defenderam que as identidades dos Estados modernos se fortalecem a partir do “discurso de perigo”. De maneira que se subentende que fora do Estado o indivíduo corre perigo. Portanto é necessário se encontrar salvaguardado e protegido por um Estado.

A identidade do homem cidadão, portanto, é um efeito dos discursos de perigo, normalmente identificados na pessoa coletiva do “outro”, do estrangeiro, do migrante, do inimigo, do terrorista. Para Campbell, a política externa, mais do que uma atividade para estabelecer pontes entre Estados, é uma prática voltada à produção de fronteiras, principalmente para reforça-las em momentos nos quais a identidade nacional esteja em dúvida (Nogueira, J. & Messari, N. 2005: 216).

Porém, a identidade não precisa excluir e a diferença não precisa ser contrária à identidade. Nesse sentido, ao contrário do que se pensa, a política moderna não se trata somente nos movimentos dos atores e dos processos políticos, mas também na organização do espaço onde se desenvolvem as comunidades e onde são construídas as identidades a partir das experiências comuns, até formar a ideia de nação. A imaginação está irremediavelmente relacionada com a ideia de fronteiras territoriais e o Estado é colocado como princípio da vida social, pois somente o Estado possibilita que o indivíduo seja um sujeito e um cidadão, e é isso que o torna ser humano (Nogueira & Messari, 2005:216).

No artigo “*Media, racism and islamophobia*”, Amir Saeed (2007) destaca que pesquisas recentes mostram uma ascendente e majoritária visão crítica da mídia em respeito as causas raciais. Nesse sentido o autor enxerga uma valorização de pensamento de uma camada social, “a elite” em vigor.

Em *Policing the Crisis*, Hall (1978) assina um modelo neomarxista de racismo na mídia. Hall considera que os principais definidores do que é “notícia importante” e qual a perspectiva “correta” sobre o que as notícias devem ser (como de políticos, líderes empresariais, etc.) são de fato muito importantes. As ideias de tais pessoas têm valor hegemônico na sociedade e nos meios de comunicação, estes últimos porque suas ideias se tornam integradas em conceitos de

valores de notícias e jornalismo profissional e assim por diante. (...) Hall (1978, 95) diz que a mídia constitui uma "maquinaria de representação" determinante (Saeed Apud. Hall, 2007:7).

A expressão "Mídia de massas" refere-se aos meios de comunicação usados para informar abertamente à distância vários receptores num curto espaço de tempo (McQuail, 2003). Embora os dispositivos digitais tenham descentralizado a informação e a tenham expandido, os percussores e responsáveis por divulgar a informação e a notícia ainda são consideravelmente o grupo de pessoas com mais influência intelectual e financeira. Segundo Saeed (2007), representam poderes políticos, econômicos e sociais, e possuem um poder de influência demasiadamente forte.

Embora a confiabilidade na mídia tenha caído muito nos últimos tempos, é curioso perceber um alto grau de influência na opinião pública. No livro *Mass Media, Mass Propaganda - Examining American News in the "War on terror"*, Anthony R. DiMaggio (2008) identifica um poder prevaemente da mídia na opinião pública. A construção do *slogan* da "Guerra ao Terror" funcionou mais como uma propaganda do que quanto a uma situação digna de notícia. Para o autor, a mídia determina que problemas locais, nacionais ou internacionais devem receber mais atenção e quais devem ser negligenciados. "Aqui, a tecnologia de comunicação torna-se um mecanismo fundamental pelo qual *soft power*, a capacidade de obter o que você quer atrair e convencer os outros a adotar seus objetivos, pode ser projetado" (Smith, Hadfield & Dunne, 2012:181).

Os acadêmicos há muito especulam sobre o impacto da notícia ao estudar a relação entre a mídia e a opinião pública. Uma pergunta relevante vem à mente: qual influência especificamente a mídia tem, se houver, sobre o público em termos de influenciar, moldar ou manipular a opinião? A falha em demonstrar vínculos claros entre a cobertura da mídia de importantes acontecimentos políticos e questões, por um lado, e a formação da opinião pública, por outro, certamente iria causar um golpe crítico para projetos que são realizados por acadêmicos analisando os efeitos sociais da mídia (DiMaggio, 2008:7).

A mídia identifica-se, de forma romantizada, como sendo a representante e protetora do bem comum de sua nação. Entretanto critica os canais de notícias de outros países, como por exemplo, o *Washington Post* quando fala sobre "o vício do antiamericanismo que orienta a mídia popular no Oriente Médio" ou o *The New York Times* que acusa os jornais árabes de "publicar a vontade de seus governos" (2008:39). Na realidade, a ilusão maior é que existe uma neutralidade jornalística. Aliás, ela só existe na mente dos próprios jornalistas (DiMaggio, 2008).

Em declarações de independência: *Cross-Examine American Ideology* - New York: Harper Perinall, 1990, o historiador e ativista Howard Zinn afirma: "É impossível ser neutro. Em um mundo que já se move em certas direções, onde a riqueza e o poder já estão distribuídos de certa forma, a neutralidade significa aceitar o modo como as coisas são agora. Parece impossível e indesejável ser natural nesses conflitos (DiMaggio apud Harper Perinall, 2008:53).

As ideologias nos jornais podem não ser uma opinião pessoal (de cada jornalista), mas sim social, institucional ou política. Na realidade a opinião de um jornal representa a opinião

daqueles para quem o jornal é dirigido, seu público alvo. As práticas sociais desses grupos, suas crenças, normas e valores são considerados axiomáticos e irrefutáveis. Assim, sua forma de pensar e suas atitudes não são questionadas por ele, ou seja, são representações mentais compartilhadas por membros de um grupo social. A ideologia acaba por justificar e organizar as práticas desses grupos onde todos possuem um interesse comum ou pontos de vistas que são reflexos da própria ideologia.

Essas práticas sociais são resultados de um vasto amontoamento sócio cultural, assim como as atitudes, normas, valores e a ideologia. “Pensar na construção da realidade é também pensar no papel dos diferentes mídias na produção, reprodução e transformação das ideologias. Isto porque, apesar de não serem os únicos, os media fazem parte dos meios dominantes de produção ideológica” (Martins, 2007:22).

Sob a perspectiva do paradigma de dominação da sociologia do jornalismo, McNair (2004) aponta para um defeito exercido muitas vezes por jornalistas: o de dar voz somente a um ponto de vista, limitando a competição entre ideias e valores. “O jornalismo é parte de um aparato cultural, cuja principal função é manter relações de dominação e subordinação entre grupos fundamentalmente desiguais” (p.22). Esse tipo de jornalismo age em favor de interesses privados, facilitando a estratificação de diversos segmentos sociais.

Dessa forma, a identidade, a opinião pública, as imagens e outras formações sociais são muito dependentes da imagem e da descrição dada pelos jornalistas. A formação dos conceitos que limitam o “outro” ou os acontecimentos está intimamente ligada à forma como a notícia é construída e disseminada, formando, como supracitado, uma massificação que privilegia um só tipo de ponto de vista, partindo do pressuposto que causa efeito na construção da opinião pública. Entretanto, jornalistas são orientados a exercer sua profissão de forma íntegra e informar da maneira clara, orientados, geralmente, pelos códigos deontológicos da profissão.

## 1.4 Deontologia e Organização Jornalística

A palavra ética vem do *latin ethica* e do grego *ethike*, que significam “ciência dos costumes”. O domínio do campo da ética está na apreciação das diferenças entre o bem e o mal, entre o correto e o incorreto. Assim, ela rege o comportamento do homem no que concerne a moral. As cartas de ética geralmente formam um conjunto de sugestões sobre o que é certo e errado dentro das profissões.

Deontologia deriva do grego *deon*, que significa dever e *logos*, referente a um conjunto de deveres, princípios e normas de uma profissão. Os códigos deontológicos têm como papel principal orientar o profissional. Alguns códigos deontológicos propõem punição para aqueles que infringirem as normas, outros códigos servem apenas para regular o ofício. Ou seja, a deontologia está concentrada nas consequências das ações. A deontologia está intimamente

ligada a ética, já que os códigos deontológicos procuram fortalecer os valores ressaltados pela ética.

Para Traquina (2004), a regra que cria os valores identificados como jornalísticos tem como principal função servir o público, através da informação. Ainda com o progresso da liberdade de expressão, o jornalismo continuou galgando sua autonomia e liberdade, caracterizando-se como o “Quarto Poder”.

A respeito do *ethos* do jornalista, Nelson Traquina (2000) define como sendo um conjunto de normas e valores, que possui como conteúdo normas e valores comprometidos com a verdade e a democracia. Esse *ethos* une os jornalistas em comunidade, como uma tribo com suas características e ideologia, que possui uma agenda e uma forma de elaboração de produto. Os valores e as capacidades possuídas pelos jornalistas projetam acontecimentos que irão influenciar a realidade social daqueles que costumam consumir notícias. Isso demonstra o importante papel que o jornalista possui socialmente.

Os códigos deontológicos fazem parte do *ethos* profissional, que é a base moral de qualquer profissão, sendo a deontologia aquilo que guia a moral e norteia as ações dos indivíduos frente ao “certo” e ao “errado”. No que diz respeito à deontologia do jornalismo, Perales (1995) defende que

(...)uma tarefa principal de qualquer deontologia profissional- e no caso que nos ocupa o da profissão jornalística- consiste em explicitar através dos códigos deontológicos um <<*ethos* profissional>>, uma maneira moral de ser profissional, mais que inculcar deveres e normas que devem ser cumpridas pelos profissionais conscientes de sua responsabilidade social (Perales, 1995:21).

Gordon et al. (2011) consideram que os códigos deontológicos servem para estabelecer padrões de conduta que irão guiar os jornalistas, a fim de poderem avaliar-se, além de também proporcionarem a crítica daqueles que consomem as notícias, para que esses possam medir a confiabilidade, os valores e o desempenho dos jornalistas. “Os códigos também ajudam a manter a atenção direcionada aos princípios que são particularmente importantes para o comportamento apropriado” (p.62).

Organizações internacionais como a UNESCO também celebraram cartas de ética para os jornalistas. Nesse caso, com o objetivo de desenhar uma nova ordem internacional para articular os códigos existentes, a UNESCO facilitou e também promoveu encontros dos profissionais da área com o intuito de decidirem juntos um código de ética e medidas profissionais.

Para Blázquez (1995), embora tenha havido um esforço em prol da elaboração do documento, este possui uma redação pobre, o que é compreensível às limitações do seu tempo.<sup>3</sup> Além da carta da UNESCO, outro marco importante para os jornalistas no que se refere a deontologia está na criação de um Código Europeu de Deontologia do Jornalismo, criado em 1993 em Estrasburgo, com a intenção de simbolizar uma referência para os países democráticos europeus.

A organização mais importante que agrupa e orienta os profissionais de jornalismo pelo mundo é a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ). Essa Federação é composta por sindicatos independentes das grandes centrais, que se organizam de forma profissional e não ideológica. O código da FIJ, de 1954, foi inspirado pelo primeiro código que foi publicado na França em 1928 pelo *Sindicat National des Journalistes* (Pietro, 1995).

Além do código da FIJ de 1954, outro código de importante dimensão e aceitação foi assinado em 1971 em Munique, que serviu como uma atualização do código de 1954. Ainda outra reformulação do código de jornalistas foi estabelecida em 1986 em Helsinger, onde foi adicionado no artigo 7 da conduta dos jornalistas um ponto que até então não tinha sido tocado oficialmente pela Federação, referente ao risco de discriminação promovido pela mídia, a respeito de raça, idioma, religião, etc.

Para Lee Wilkins e Clifford G. Christians (2009), autores do livro *The Handbook of Mass Media Ethics*, o jornalista é o responsável por dar a informação a fim de dar os componentes necessários para que os cidadãos possam decidir por si mesmos. Muitas vezes para dar foco a sua história precisam escolher, entre os muitos lados, apenas um para desenvolver a notícia. Entretanto ao decidir focar apenas em um dos lados para polarizar e simplificar o acontecimento, acaba por fadar os cidadãos a um mau julgamento, pois perdem os inúmeros fatos que englobam a história. Os autores (2009) enumeram pelo menos três fatores que mostram o desgaste da verdade e da objetividade jornalística: o ceticismo pós-moderno, o cinismo sobre a ética das grandes empresas de mídia e a crença no jornalismo de “blogueiros” cidadãos e não no jornalismo objetivo.

Mais da maior parte dos 400 anos do jornalismo, os profissionais deveriam escolher ser parciais, e não o contrário, e essa pode ser uma realidade muito difícil de ser combatida, a parcialidade do jornalista. Para os autores (2009), quando um segmento da sociedade é ignorado e outro é “santificado” pela mídia de massa, a comunidade é que perde mais. De maneira que a tendência dos meios culturais dominantes é de interpretar de forma simplista e generalista, por exemplo, a religião dos muçulmanos, o papel das mulheres na sociedade e suas vestimentas. Resultando

---

<sup>3</sup> (Cidade do México, 1980 - Acesso em: 22/08/2017) Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>

por vezes numa divisão entre as civilizações, a ponto de se oporem uns aos outros em uma polarização entre Oriente e Ocidente.

## 1.5 Caso Francês

O Sindicato Nacional de Jornalistas Franceses (SNJ) adota desde 1918 a Carta de Deveres Profissionais dos Jornalistas Franceses, tendo sido revisada em 1938, e é de caráter simples e objetivo, visando principalmente demarcar a função do jornalista e os limites da profissão. Diferente de outros países que possuem além da carta de ética um código deontológico, no caso da França somente foi encontrada uma carta de ética.

No que diz respeito a Carta de Deveres Profissionais dos Jornalistas Franceses, o jornalista é advertido a seguir um padrão ético da profissão, como assumir a responsabilidade pelo que escreve, rejeitar a distorção dos fatos, respeitar a honra profissional, etc.

Para Gordon et al.(2011), quando os códigos são excessivamente genéricos e centrados na cultura majoritária (nesse caso, de um país) pode correr-se o risco de serem quase inúteis e quase ignorados, pois acabam por não possibilitar orientação aos que pensam por si mesmos. “As especificidades podem ajudar a tornar os códigos de ética escritos mais úteis, especialmente porque a linguagem geral torna muito menos provável que haja um amplo acordo sobre o que os códigos significam” (p.64). Entretanto os códigos também não podem ser tão rígidos a ponto de impedir a produção do jornalista.

Existem pelo menos dois grandes tipos de códigos deontológicos: Os códigos profissionais de organização, geralmente celebrados por entidades nacionais e internacionais, e os códigos de empresas, que são aqueles respeitados num âmbito particular, que muitas das vezes se assemelham com os primeiros citados no que diz respeito a importância dos meios de comunicações na sociedade, além de reforçarem as práticas que são esperadas do jornalista. Numa finalidade geral, os códigos, tanto os profissionais como os das empresas, servem de baluarte à consciência, fornecendo um ponto de referência no exercício do trabalho (Gordon et al. 2011).

### I. *Le Monde*

No que diz respeito ao âmbito deontológico de cada empresa de jornalismo analisada nessa pesquisa, somente foi encontrada a carta de ética do *Le Monde*, em seu portal online. Dessa forma por motivos claros somente este será comentado.

Assinada em novembro de 2010, a carta de ética do *Le Monde* foi assinada dentro de um Comitê de ética que está presente no próprio grupo. Segundo o jornal, a preocupação de criar um comitê e um código nesse âmbito é assegurar a independência editorial e a qualidade da

informação. O comitê é composto por um presidente nomeado pela Sociedade dos leitores do *Le Monde*, com aprovação da Sociedade dos editores do *Le Monde* e a Sociedade dos editores do *Le Monde* interativo; além do presidente, o Comitê possui representantes desses grupos, diretores de outras secções do *Le Monde* e um especialista em direito constitucional.

Segundo o preâmbulo da Carta, sua função é recordar e fundamentar os princípios de independência, a liberdade e a veracidade da informação, e precisar os direitos e deveres tanto dos jornalistas quanto dos acionistas do grupo de mídia francês. A carta assegura a disposição do jornalista em exercer perfeitamente seu trabalho, não devendo ceder a pressões externas, e sempre assegurar a verdade. Também reforça a proibição do plágio, sensacionalismo e partidarismos.

“A independência editorial dos jornais do grupo Le Monde em relação aos seus acionistas, os anunciantes, os poderes públicos, políticos, econômicos, ideológicos e religiosos é a condição necessária de uma informação livre e de qualidade. Nenhum texto pode ser-lhes imposto, nenhuma orientação pode ser-lhes ditada por uma intervenção ou um constrangimento externo” (Carta de ética do grupo Le monde, 2010).<sup>4</sup>

A carta de ética do *Le Monde* respeita a Declaração dos direitos e deveres dos jornalistas de 1971 celebrada em Munique, que orienta a profissão em sua atuação, destacando sua responsabilidade, missão, além dos seus direitos e deveres. O Comitê de Ética do grupo *Le Monde* não possui a competência de pronunciar-se contra uma publicação nem aplicar sanções, mas pode emitir uma recomendação ou um parecer aos jornalistas envolvidos.

No livro *Éticas de la Información y deontologías del Periodismo*, Perales (1995) defende uma liberdade com limites, visto que, segundo ele, a sociedade democrática se orienta pelo respeito uns pelos outros, o que significa que para que haja respeito é necessário que haja limites. Dessa forma, percebe-se que não há uma liberdade absoluta, pois mesmo que o jornalista seja crítico e independente das influências, ele também deve ser consciente de suas limitações, não usando a sua liberdade para ferir, denegrir ou ofender os outros.

Mediante o exposto acima, o limite sugerido pela deontologia das funções jornalísticas assegura ao exercício da profissão uma dinâmica que, se respeitada, fornecerá resultados livres de influências e incoerência. Já que quando as normas são respeitadas, a notícia corre menos risco de ser tendenciosa.

Portanto, o pressuposto da organização da notícia, pelo jornalista, passa por diversas fases e influências, quer positivas ou negativas, articulam as notícias que chegam até a mídia de massa,

---

<sup>4</sup> Texto original: L'indépendance éditoriale des journaux du groupe Le Monde à l'égard de ses actionnaires, des annonceurs, des pouvoirs publics, politiques, économiques, idéologiques et religieux est la condition nécessaire d'une information libre et de qualité. Aucun texte ne peut leur être imposé, aucune orientation ne peut leur être dictée par une intervention ou une contrainte extérieure. (Acesso em: 10/04/2017) Disponível em: [http://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2010/11/03/la-charte-d-ethique-et-de-deontologie-du-groupe-le-monde\\_1434737\\_3236.html#SDkHCbF7xu59FHdh.99](http://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2010/11/03/la-charte-d-ethique-et-de-deontologie-du-groupe-le-monde_1434737_3236.html#SDkHCbF7xu59FHdh.99)

e são consumidas por uma sociedade. Através da seleção da notícia, pelo *agenda-setting*, do respeito as normas deontológicas, da interpretação do acontecimento pelo imaginário ou da imposição da ideologia, é esperado que o jornalismo tenha um efeito significativo na opinião pública, mesmo que por vezes inconsciente. A proposta dos autores supracitados é de evidenciar, através de pesquisas, que o jornalismo, intencionalmente ou não, é influenciador.



## Capítulo 2 - Teorias Pós-críticas

O capítulo 2 busca explicar, através das teorias pós-críticas, a construção das relações sociais, com referências ao pós-estruturalismo e a crítica ao modelo orientalista, dentro da teoria Pós-colonialista. Além disso, fatores sociais como ideologia, discurso, estereótipos e opinião pública também serão brevemente comentados.

### 2.1 Pós-estruturalismo

O Pós-estruturalismo é uma teoria de análise que procede aos estudos do campo acadêmico Estruturalista, teoria essa que analisa as relações sociais de forma mais sistemática, priorizando a estrutura dos diversos movimentos sociais. O Estruturalismo foi fundado na Escola Crítica de Frankfurt, sendo caracterizado como uma teoria funcionalista-pragmática, na qual os acontecimentos e relações sociais são explicados a partir das estruturas adjacentes. Roman Jakobson usou pela primeira vez, em 1929, o termo “Estruturalismo” para se referir ao questionamento estrutural-funcional da investigação (Peters, 2000).

O Estruturalismo possui inúmeras vertentes: Claude Lévi-Strauss (1908) aborda a teoria no campo antropológico; Algirdas-Julius Greimas (1970) e Roland Barthes (1970) analisam a partir da semiótica; Jacques Lacan (1981), na Psicanálise; e Jacques Derrida (1995) e Michel Foucault (1976) no estruturalismo histórico, ambos, posteriormente conjugados como pós-estruturalista. O termo “Estruturalismo” é, na verdade, um rótulo que descreve o trabalho desses e de outros autores (Peters, 2000).

Foi no final da década de 50 e durante os anos 60 que o estruturalismo francês se desenvolveu e tornou-se um “mega-paradigma” dentro das várias disciplinas citadas anteriormente. De acordo com Peters (2000), a teoria tinha como base a linguagem na vida cultural e social. A tradição da linguística se desenvolveu sob a atuação de dois teóricos, Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson.

O filósofo e linguista Ferdinand de Saussure, considerado o pai da Semiologia Europeia, definiu a língua como uma instituição social e classificava a palavra (fala) como um ato individual. Segundo Fairclough (2006), “a posição de Saussure sofreu um ataque sustentado de sociolinguístas, que afirmaram que o uso da linguagem é moldado socialmente e não individualmente” (p.63). Ou seja, a linguagem varia de acordo com a interação dos participantes, com o evento e com diversas outras influências que englobam o momento em que há a comunicação entre os envolvidos. Mas a Saussure interessava os elementos da linguagem e não nas suas causas.

Enquanto Derrida (1995) dava início a uma investigação sobre a natureza da tradição metafísica ocidental e em sua base na lei da identidade, Saussure (1916) mostrava que a linguagem era um sistema de diferenças, sem termos positivos que “significa dizer que, uma vez que o valor se substancializa, o signo parece se tornar independente de toda a rede de determinações para o sujeito falante, e seu valor semântico relativo parece se tornar uma propriedade natural” (Cardoso, 2010:7).

Não só a análise de Saussure, mas também a de Levi-Strauss, trabalhavam com uma noção coloquial de escrita, como se a mesma fosse gráfica e mecânica. Ao passo que Derrida (1995) tenta fazer visível a impureza da escrita, “a linguagem diária não é neutra; ela contém dentro de si pressuposições e suposições culturais de toda tradição” (Lechte, 2001:109).

A língua possui uma capacidade de dizer algo além do que diz. Letche (2001), inspirado na análise saussuriana de significante e significado, considerava que o sujeito é o sujeito do significante, o que significa que existe um sujeito “dentro” do próprio sujeito, ou seja, o inconsciente. E o conteúdo desse inconsciente é a ordem do significante.

A teoria Pós-estruturalista surge como uma releitura da teoria anterior. O sujeito passa a ganhar notoriedade na análise, diferentemente do Estruturalismo, prioriza a estrutura. De acordo com Peters (2000), o termo Pós-estruturalismo foi usado pela primeira vez por Mark Poster (1989), nos Estados Unidos, que descrevia então uma prática tipicamente estadunidense.

A crítica do novo modelo teórico, ao primeiro, é ao seu método estrutural e mecânico, que privilegia a forma, excluindo o movimento, também inserido no contexto das organizações/interações sociais. É uma resposta filosófica específica, segundo Peters (2000), influenciada “pelo trabalho de Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger contra as pretensões científicas do Estruturalismo” (p.9). Foi sem dúvida através das releituras das obras de Nietzsche, por um grupo de historiadores franceses, que a questão do poder ou a ideia de desejo foram combinadas.

O Pós-estruturalismo desconstrói os textos, buscando um entendimento de todos os seus sentidos. O significante e o significado são inseparáveis, ao contrário do estruturalismo de Saussure (1916), que entende que o significante (o eloquente/a língua falada) é independente do significado (a ideia transmitida).

A nova teoria flexibiliza e adiciona a análise estruturalista, quando decide abranger a cultura, devendo ser interpretada como uma resposta filosófica ao cientificismo da primeira teoria, que procurou descentrar as “estruturas”, a sistematicidade e a pretensão científica do Estruturalismo (Peters, 2000). Mas as duas teorias concordam no que se refere a dar ênfase ao inconsciente e às estruturas que cercam o ser humano, levando-o a ter um determinado tipo de comportamento.

O Pós-estruturalismo, assim como no Estruturalismo, em termos relacionais, defendem que os elementos são governados pelas estruturas e os sistemas existentes, e continuam a questionar o sujeito, ao privilegiar a consciência humana que caracteriza tanto a fenomenologia quanto o existencialismo. Ambas as teorias sustentam “um ceticismo para com a concepção que vê a consciência humana como autônoma, como diretamente acessível e como a única base da compreensão e da ação” (Peters, 2000:35).

Em suma, para a Teoria Pós-estruturalista, por detrás de toda afirmação existe uma dinâmica de dominação, que embora aparente neutralidade, está envolvida por uma cadeia que constitui todo um sistema, tendo a cada interpretação uma avalanche de informações ocultas. Por isso, todas as afirmações devem estar sujeitas a discussão.

Assim, o pós-estruturalismo enfatiza a constituição discursiva, que de acordo com Peters (2000), faz parte de uma identidade política e que têm como base várias camadas de oposições binárias: nós/eles, cidadãos/não cidadãos, etc., que como resultado excluem certos grupos sociais.

### **2.1.1 Linguagem e Discurso**

No pós-estruturalismo, para analisar e entender um discurso, é preciso colocar-se na visão do locutor, partindo do princípio que o discurso traz informações e significados. De certa forma Para alguns teóricos (Foucault, 1997; Gerbner, 1985, etc) é impossível haver neutralidade na linguagem, mesmo que o sujeito não se encontre em convívio com o objeto de análise, seu julgamento nunca será natural, pois o sujeito irá se basear, ainda que inconscientemente, nos seus próprios valores e conceitos.

De acordo com Correia (2009), em seu livro *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso*, a maneira de interpretar as atividades e os acontecimentos do cotidiano está diretamente relacionadas com a interação e o processamento das informações recebidas e também o processo sociocultural o qual o sujeito está inserido. Dessa forma, a nossa percepção do mundo e o senso comum são construídos a partir da ideia e das formalidades da realidade a qual estamos incluídos.

Logo, para o pós-estruturalismo a linguagem não tem um significado estável, ela depende muito da realidade de quem a utiliza. Não sendo ela real, mas sim um discurso sobre o real. O que precisa ser analisado não é somente o que foi dito, mas também em como foi dito, quais são suas bases, e quais são os valores empregados nela. É uma forma de articulação entre poder e conhecimento, e como eles estão sendo utilizados nos discursos (Foucault, 1997).

A análise pós-estruturalista é, sobretudo, uma verificação da linguagem não sobre ela mesmo, mas sobre as forças (motivações) que a estabelecem. Assim, se não existe uma narração livre

de influências, não faz sentido analisar a linguagem por ela mesma e sim desfrAGMENTAR e a ambientar, como no desconstrutivismo de Derrida.

Frequentemente associado ao trabalho de Jacques Derrida, os pensamentos pós-estruturalistas examinam a noção de diferença em todas as suas facetas e descobrem que Saussure deixou intactas certas pressuposições (metafísicas) sobre subjetividade e linguagem. O pensamento pós-estruturalista examina a escrita como a fonte paradoxal da subjetividade e da cultura, enquanto que uma vez pensou ser esta secundária (Lechte, 2001: 95).

Na perspectiva de Habermas (1996), o discurso pode ser entendido como “atos de fala como ordens, confissões e declarações” (p.103), sendo por vezes possível descrever uma ação que está ocorrendo, embora seja improvável descrever com especificidade esta mesma ação. Assim o que se descreve é o que está somente diante do indivíduo, ignorando o contexto. Habermas (1996) dá o exemplo de uma menina que corre na rua, e que através da primeira impressão constroem-se a frase e a ideia: “Ela corre rua abaixo” (p.104), mas é ignorado o que realmente a motivou a correr. Para que isso não ocorresse, seria necessário assumir a perspectiva do participante.

Os atos de fala diferem das simples atividades não linguísticas não só devido a esta característica reflexiva de auto interpretação, mas também por causa do tipo de objetivos que se tem em mente ao falar (...). Certamente, a um nível mais geral, todas as ações linguísticas ou não linguísticas podem ser vistas como atividade orientada para um objetivo (Habermas, 1996:105).

Para George Gerbner (1985), em seu capítulo no livro *Discourse and Communication*, uma cultura cultiva certos padrões de conformidade assim como também cultiva alienações ou rebeliões próprios da sua comunidade. Ou seja, a maneira como irão se comunicar tem como base de seus gestos e gostos, padrões e limites que articulados definem a forma como essa cultura irá interpretar e reagir às situações. Por exemplo, numa sociedade liberal e laica, as regras da religião são vistas, muitas das vezes, como opressivas e/ou manipuladoras. Pois essa sociedade regida por uma forma de pensamento, ainda que não seja homogêneo, acaba reagindo quase que coletivamente as tradições que vindas de fora (outras culturas) chocam com seus ideais.

Peters (2000) defendeu que a teoria pós-estruturalista, na perspectiva de Nietzsche, descreve um sujeito complexo historicamente e culturalmente, “um sujeito descentrado e dependente do sistema linguístico, um sujeito discursivamente constituído e posicionado na intersecção entre forças libidinais e práticas sociais” (p.32).

Por conseguinte, no que diz respeito a análise dos significados e como compelem-se nos movimentos sociais, a teoria pós-estruturalista visa clarificar a compreensão do que realmente importa quando algo está sendo dito. A fim de perceber quais e porque determinados discursos são empregados, e como eles se caracterizam na sociedade. No caso dos jornalistas, como o discurso é configurado, através de que influências ele está sendo dito, ou como eles entendem as realidades sociais que descrevem.

## 2.1.2 Foucault e seu contributo para a Teoria Pós-estruturalista

O filósofo, historiador das ideias e teórico social Michel Foucault foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento dos estudos pós-estruturalistas na década de 70. Anteriormente caracterizado como teórico Estruturalista. Após o avanço dos seus estudos e suas críticas ao funcionalismo estrutural da teoria, suas obras passaram a ser considerada parte dos estudos pós-estruturalistas.

Foucault (1997) entendia que a ciência, ou seja, o conhecimento, recorre a “proposições verdadeiras e falsas” (p.26), sendo que o conteúdo desse conhecimento é pleno de credos que o indivíduo possui, em que “há experiência imediata, temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória” (ibidem).

Uma “Sociedade de Discursos” seria a prática discursiva que atualmente é usada por escritores que estabelecem doutrinas a partir do exercício da escrita. Doutrinas que podem ser políticas, religiosas e filosóficas, podem realizar “uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam os discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (1997:33). Essas influências partem do sistema de educação, que é apropriado de forma política para modificar ou manter discursos, saberes e poderes. Sendo assim, a escrita é uma forma de sujeição, de maneira que o discurso se torna a “reverberação de uma verdade” (p.37) que nasce diante dos olhos. De acordo com a linha de pensamento foucaultiana, “a verdade é um produto dos regimes ou gêneros discursivos que tem seu próprio e irreduzível conjunto de regras para construir sentenças e proposições bem formadas” (Peters, 2000:32)

O método do discurso para Foucault (1997) acontece de forma inconsciente e difere da concepção de Saussure no que diz respeito às estruturas pré-existentes da língua. Assim, “estamos todos aqui para mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo que se cuida da sua aparição; que foi preparado para ele um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe acontece ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele obtém” (p.9).

Na concepção de Fairclough (2006) as técnicas de poder a qual Foucault chama a atenção “são relevantes para os tipos de discurso que se tornaram salientes na sociedade moderna e que parecem estar intimamente associados aos seus modos de organização social e aos seus valores culturais” (p.54). O poder na perspectiva de Foucault é produtivo, estando disperso pelo sistema social, e está ligado diretamente ao saber. Ele é produtivo pois não só reprime como também liberta. Ele está disperso pois não está ligado a um único ambiente. “Além disso, o poder faz parte da constelação de “saber-poder”, o que significa que o saber, no sentido das práticas discursivas, é produzido por meio do exercício do poder” (Peters, 2000).

Foucault se caracteriza o discurso como sendo regulado por uma série de regras, que leva a uma complexa carga de práticas que fazem com que esses discursos perdurem. É um ambiente

cíclico, no qual o discurso alimenta a si mesmo, além de produzir e manter o poder que lhe é intrínseco. Foucault acreditava que além de opressor, o discurso também era uma forma de resistência, que deveria ser enxergado como um sistema de estruturas, através do qual percebemos a realidade. (Mills, 2004)

O trabalho de Foucault sobre o discurso e o poder é útil para ajudar os teóricos a considerar a maneira como sabemos o que sabemos; De onde essa informação vem; Como é produzido e em que circunstâncias; Quais interesses poderia servir; Como é possível pensar de forma diferente; A fim de ser capaz de rastrear a maneira como a informação que aceitamos como "verdadeira" é mantida nessa posição privilegiada (Mills, 2004:66).

Pela ótica de Foucault, Lechte (2001) analisa o "regime de práticas" pressupondo que há diferença entre dizer e fazer, e ver e falar. De forma que este regime de práticas não pode ser reduzido a campo da teoria mecanizada, pois "as práticas tornam-se modos de pensamento com sua lógica, sua estratégia, sua evidência, sua razão" (p.111). Portanto, mesmo que o discurso em sua forma não aparente ter significado além do que se vê, possui intensamente uma ligação com o desejo de poder. Assim, é possível ver no discurso uma interação dos procedimentos de controle:

Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, outros tantos recursos infinitos para a criação dos discursos. Talvez, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar o seu papel positivo e multiplicador, se não se tomar em consideração a sua função restritiva e coerciva (Foucault, 1997:28).

Assim, o poder sempre está relacionado ao conhecimento, e o poder não está centralizado, ele passa a ser visto como uma tecnologia, estando segmentado na sociedade. O poder do policial, o poder do professor, o poder dos pais, e assim por diante. Cada setor possui uma institucionalização do poder. Para Mills (2004), Foucault confronta esse paradigma quando afirma que o poder é uma performance, é muito mais uma estratégia do que de fato uma possessão, em que o "poder deve ser visto como um verbo em vez de um substantivo, algo que faz algo, ao invés de algo que é ou que pode ser realizado" (p.35).

Numa linha próxima, na Teoria da Estruturação social, a respeito dos sistemas sociais, Giddens (1989) defende que estes são formados através de práticas sociais, nomeadamente através de significação, dominação e legitimação, que desenvolvem a "tipificação" de uma identidade. A estrutura é uma "análise social às propriedades de estruturação que permitem a 'delimitação' de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais (...) e não um conjunto de regras, que no ponto de vista do autor podem levar a interpretações errôneas devido à falta de 'regras' na literatura filosófica" (p.13).

Na teoria da estruturação, a estrutura sempre foi concebida como uma propriedade dos sistemas sociais, "contida" em práticas reproduzidas e inseridas no tempo espaço. Os sistemas sociais estão organizados hierárquica e lateralmente dentro das totalidades sociais, cujas instituições formam "conjuntos articulados" (Giddens, 1989:139).

O pensamento de Foucault (1997) a respeito do poder e do conhecimento é uma crítica ao modelo ocidental, que analisa segundo sua perspectiva as culturas e os acontecimentos para interesses de uma parte da sociedade. Por exemplo, quando vemos uma notícia sobre uma guerra em outro país e recebemos, sem questionar, como sendo imagens e narrações reais e verdadeiras sobre o acontecimento.

Foucault é uma inspiração para Edward Said (2008), no sentido em que as representações de culturas e acontecimentos não podem ser feitas por uma só perspectiva, “ele (Foucault) se afasta de ver o conhecimento como objetivo e desapaixonado e enxerga o conhecimento sempre trabalhando no interesse de grupos particulares” (p.79).

Said (2008) foi o grande entusiasta da teoria analisada a seguir, chamada de pós-colonialismo, que busca assim como o pós-estruturalismo, desconstruir as bases, principalmente sociais, no que diz respeito a academia, criticando seus modelos, por vezes etnocêntricos e engessados.

## 2.2 Pós- colonialismo

A corrente Pós-colonialista engloba um conjunto de teorias designadas a discutir os inúmeros legados do período colonial. É uma das correntes pós-críticas que confronta a forma como as outras teorias, principalmente a pós-estruturalista, analisam os conflitos sociais e políticos através da lógica ocidentalista. Essa corrente busca explicar os movimentos e relações sociais, definindo-as como resultados da colonização dos países centrais. Seus teóricos são essencialmente oriundos de nações outrora colonizadas. No início a teoria pós-colonialista era focada no colonialismo europeu, posteriormente foi estendida para o colonialismo norte-americano. Nos anos iniciais, a área pós-colonialista era mais fundamentada em romances e críticas ao colonialismo (Said, 2008).

Na análise das Ciências Sociais e das Relações Internacionais, essa teoria parte de uma visão terceiro-mundista, com o propósito de eliminar discursos instituídos pelas teorias criadas sob o ponto de vista dos países desenvolvidos, travando assim um debate profundo, com bases pós-modernas, de desconstrução dos pressupostos petrificados. (Nogueira & Messari, 2005).

Para o pós-colonialismo existem formas de poder que não são explícitas, podendo, entre outros meios, ser exercidas através da mente, das ideologias e do trabalho.

Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2005:126).

Para Quijano (2005), em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, a “Colonialidade do Poder” (p. 136) é um padrão que divide pessoas em raças. Porém, a ideia de

raça não é algo natural e não existe desde sempre, sendo algo político e não biológico. Na classificação social, as classes são divididas entre os que dominam os meios de produção e os que são dominados, vendendo sua mão-de-obra. A dominação tem como justificativa uma suposta superioridade natural que uns possuem, podendo ser exercida através do trabalho, dos recursos e outras formas.

Tudo faz parte da subjetividade da cultura do saber que compõe o eurocentrismo, que produz uma nova concepção de tempo e espaço, de maneira que um Estado é considerado atrasado se não participa do mesmo “movimento” europeu (Quijano, 2005). Dessa forma, ele passará a ser considerado desenvolvido quando atingir esse movimento, como exemplo, o conceito de democracia, o direito interno de um Estado, tecnologia, etc.

A ideia de diferenciação entre o “corpo” e o “não-corpo” na experiência humana é virtualmente universal à história da humanidade, comum a todas as “culturas” ou “civilizações” historicamente conhecidas. Mas é também comum a todas -até o aparecimento do eurocentrismo - a permanente co-presença dos dois elementos como duas dimensões não separáveis do ser humano, em qualquer aspecto, instância ou comportamento (Quijano, 2005:128).

Foi apenas na década de 70, com a publicação do livro *Orientalismo*, que essa teoria ganhou notoriedade na Academia. Essa vertente Orientalista teve como precursor Edward Said, teórico palestino, criado entre Jerusalém e o Cairo, tendo posteriormente migrado para os Estados Unidos, onde estudou na Universidade de Princeton e depois em Harvard (Nogueira & Messari, 2005).

### 2.2.1 Crítica ao Orientalismo

Orientalismo é uma área de estudo acadêmica sobre o Oriente, suas tradições, costumes e política. Esse campo de estudo surgiu no século XVIII, fortalecendo-se na época das colonizações quando o contato com povos e civilizações de costumes diferentes aos dos europeus se aprofundou (Said, 2008). Um Orientalista pode ser um antropólogo, um sociólogo, um historiador, um jornalista ou qualquer pessoa que pesquise aspectos característicos dessa área de conhecimento.

Entretanto, para Said (2008) “comparados a *Estudos Orientais* ou *Estudos da Área*<sup>5</sup>, é verdade que o termo Orientalismo deixou de ser o preferido dos especialistas atuais, não só porque é demasiadamente vago e geral, como porque conota a atitude arrogante do colonialismo europeu” (p.28).

Todorov (2012), na mesma linha, defendia que não é possível julgar os atos de uma cultura diferente baseado na sua própria cultura, pois isso levaria a um resultado ou uma resposta insuficiente e injusta. O erro de impressão dos julgamentos absolutos são oriundos da crença

---

<sup>5</sup> Grifo do autor

de que os valores habituais, ou seja, aqueles que estamos acostumados, são universais. Isso é o que se chama de etnocentrismo, que é o ato de considerar sua etnia/cultura superior aos demais.

Tal pessoa corre o risco de tornar-se bastante perigosa no dia em que vier a decidir que o mundo inteiro deve beneficiar-se das vantagens próprias de sua sociedade e que, a fim de esclarecer melhor os habitantes dos outros países, ela tem o direito de invadir seus territórios. (...) O universalismo dos valores ameaça, então, a ideia de que as populações humanas são iguais entre si e, portanto, também a universalidade da espécie (Todorov, 2012: 23).

A teoria Pós-colonialista aponta o problema do Orientalismo como sendo efetivamente um campo de estudos onde ocidentais pesquisam sobre o Oriente, o que faz com que a representatividade e a interpretação sejam em parte tendenciosas. Assim como, o Orientalismo é um campo de estudo como uma produção acadêmica eurocêntrica.

Nem o termo “Oriente” nem o conceito de “Ocidente” são reais, no sentido ontológico, sendo ambos parte apenas da afirmação de si e da identificação do outro, não existindo de fato numa ciência do ser.

O Orientalismo passa a ser uma forma de dominação do Ocidente sobre o Oriente. Falar de Orientalismo, portanto, é falar principalmente, embora não exclusivamente, de um empreendimento cultural britânico e francês (*até o fim da segunda Guerra Mundial - grifo meu*) e posteriormente norte-americano (Said, 2008).

A divisão entre o Oriente e o Ocidente possui características que podem aproximar ou afastar povos, raças, culturas e etnias. O perigo que essas diferenciações tomam a partir da mobilização do medo, do ódio, da presunção e da arrogância, cria uma divisão entre “Ocidentais” e “Orientais” - árabes e islâmicos. Alguns outros artifícios fortaleceram o aumento do preconceito contra o Oriente. O uso que a mídia faz da etiqueta “terrorista”, por exemplo, mobiliza pessoas a apoiarem atitudes bruscas e desumanas no Oriente Médio. Para o autor (2008):

Os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente” ou “Islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros, não podem continuar tendo a força que têm e devem ser combatidos; sua eficácia assassina precisa ser radicalmente reduzida tanto em eficácia como em poder mobilizador (Said, 2008:25).

A visão “ocidental” em relação ao árabe ou ao muçulmano é de rejeição: ao seu atraso, à ausência de governos democráticos, aos direitos das mulheres, etc. Na visão do autor, o interesse em conhecer o Oriente era influenciado pelo imperialismo, pelo controle da segurança, e pela escassez de recursos naturais, mas que é abundante no Oriente Médio, ou seja, petróleo. Assim como o papel do colonialismo era o de homogeneizar para dominar.

Toda a visão de mundo, todos imaginários, qualquer produção sistemática de conhecimento, estão associados a uma perspectiva de totalidade. Mas nestas culturas, a perspectiva de todo

o conhecimento inclui o reconhecimento da heterogeneidade de toda a realidade; do seu caráter contraditório irreduzível; de legitimidade (Quijano, 1992:19).

Pressupõe-se que a ideia de totalidade social acaba por excluir e negar a heterogeneidade que existe na história da sociedade. Essa divisão gera uma desigualdade hierárquica que desvaloriza culturas. Isso só acontece porque as culturas são reduzidas ao pensamento etnocêntrico das culturas pertencentes aos países centrais.

Assim, esse conhecimento não tem ligação com a realidade, ele somente é passado sem responsabilidade, propagado e disseminado de forma acriticamente repetitiva, em que “as ideias são propagadas e disseminadas anonimamente, são repetidas sem atribuição; tornaram-se literalmente ‘*idées reçues*’<sup>6</sup>” (Said, 2008:170).

O grande incômodo do Orientalismo, como tantos outros campos de pesquisa, é favorecer a visão daqueles que pesquisam, que possuem uma visão ocidental daquilo que supostamente representa o Oriente. Toda a pesquisa, recolhas dos dados e escrita são programados a partir de acadêmicos que possuem uma ideologia diferente daquela sobre a qual escrevem. O que falta é representatividade no meio acadêmico, o Oriente falando dele próprio. O campo é dominado pela perspectiva ocidental e ideologia do Norte. O que de certa forma não representa a cultura do Oriente, pois seus valores, ideais e costumes são compreendidos por outra cultura, nesse caso, a Europeia, que propositalmente ou não, através de comparações, enobrece seus valores e desqualifica valores diferentes.

Mas todos esses horizontes que se ampliavam tinham a Europa firmemente no centro privilegiado, como o principal observador (ou o objeto principalmente observado, como em *Citizen of the World* [Cidadão do Mundo], de Goldsmith). Pois mesmo quando a Europa se movia para o Exterior, seu senso de força cultural era fortalecido. A partir de contos de viajantes, e não apenas de grandes instituições como as várias companhias da Índia, as colônias eram criadas e as perspectivas etnocêntricas asseguradas (Said, 2008:171).

No livro *Muçulmanas e Mulheres*, Sónia Martins (2007) explica que “o processo de estereotipar é semelhante a um outro que levamos a cabo quando conhecemos alguém: o de tipificação” (p.16), onde se busca encaixar as pessoas naquilo que supõe ser o que as caracteriza. Além disso, quando existe previamente uma relação de confronto entre as partes, as imagens negativas sempre tendem a perpetuar-se (2007:18).

Numa sociedade não totalitária, encontra diferentes grupos culturais na qual um predomina sobre os outros. É que Gramsci chama de hegemonia (Said, 2008). Existe uma hegemonia, uma superioridade da cultura europeia sobre as outras, a ideia coletiva e compartilhada de que povos civilizados são aqueles que possuem essa cultura. Para o autor, o que impulsionou a hegemonia da cultura europeia foi justamente a ideia de que esta cultura é superior às demais não europeias.

---

<sup>6</sup> (grifo autor) Tradução: opinião popular

Os preceitos e preconceitos do estudo acadêmico Orientalista acabam por se estender. O que antes era uma forma “mágica” e curiosa de enxergar os Orientais - muçulmanos e islâmicos, hoje se desenvolve muito mais através de crítica. O Orientalismo, embora preconceituoso, não era em si um estímulo de rejeição ao modelo oriental de sociedade.

Said (2008) enumera quatro pontos que levaram a questão do árabe - muçulmano se tornar tão politizada: a luta árabe-israelense; a ausência uma visão imparcial sobre a cultura árabe; a falta de representatividade; e o preconceito contra árabes e o islã no Ocidente, diretamente ligado ao Orientalismo. Esses pontos ressaltados por Said estão intimamente ligados a Islamofobia, que é um resultado social, diferente do Orientalismo, que está preso à academia. Em ambos a generalização e o conhecimento superficial acerca de um grupo étnico ou religioso afetam a forma como as sociedades ocidentais se relacionam com as culturas mais distantes, ideologicamente falando. O que pode desenvolver exclusão social e até mesmo outros conflitos mais graves.

Na sequência do capítulo, é imprescindível comentar, ainda que sucintamente, alguns termos centrais que conseguem trazer clareza aos pontos importantes da interação social que rege o relacionamento secular das sociedades modernas.

### **2.2.2 Conceitos de Ideologia, Discurso, Estereótipo e Opinião Pública**

Sob a perspectiva de Althusser, Marina Camargo Heck (1996) entende que a ideologia é um sistema de representações que não fica apenas sob o plano das relações simples, mas se estende a relação entre as relações, ou seja, é um segundo nível de relação. Sendo assim, uma expressão da relação entre os homens e o mundo, onde há um nível de estrutura profunda que é inconsciente, não sendo apenas resultado de alienação ou da falsa consciência, mas sim de um efeito da relação social-imaginativa.

A ideologia, na concepção de van Dijk (1998), pode ser definida como a fundação da representação de um grupo. Como por exemplo a ideologia do racismo, que compreende e separa as pessoas em cores e etnias, origens e aparência. Constituindo assim uma polarização entre os homens, entre “nós e “eles”. Logo, aquilo que funda, explica e define o racismo nele mesmo, constitui em si a ideologia.

A ideologia é aquilo que está dentro do indivíduo, motivando e justificando suas atitudes do cotidiano, sendo sua presença imperceptível e inconsciente nas interações sociais. Na perspectiva de Jones e Jones (1999), a ideologia está ligada ao estereótipo, mas a não ser que se faça periodicamente uma análise sobre a forma como se vê o mundo, sempre se terá a noção individual de que as relações sociais, os julgamentos e as perspectivas são naturais.

Estas construções e justificativas sociais são possivelmente vistas como mais confortadas na situação em que uma cultura tenta dominar outra... O racismo não necessariamente requer

uma diferença de cor da pele, tudo o que a diferenciação da pele oferece é uma forma taquigráfica de reconhecimento visual a fim de definir quem delimitar e distinguir de si mesmo (Jones & Jones 1999: 122, Apud. Alvarado et al., 1987: 201).

No que diz respeito a criação desses estereótipos e essas ideologias, o discurso é fundamental para conceber esse ambiente. Assim, no que é referente ao discurso, Fairclough (2006) defende que ele não é somente uma prática de representação do mundo, mas é o que “significa o mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (p.64). Dessa forma, a prática discursiva contribui para a representação da sociedade, no que engloba identidades sociais, relacionamentos, sistemas de crenças e tudo o que configura um aspecto singular de uma sociedade e a diferencia de outras. Além de contribuir na representação da sociedade, o discurso também contribui para mudar a sociedade, ou seja, “o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, sustenta e muda as significações do mundo a partir de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2006, p.67).

No contexto da ideologia, o autor (2006) entende que a mesma é constituída de “significados/construções da realidade” (p.87), o que contribui para a produção e transformação das relações de dominação. A ideologia não se caracteriza unicamente como uma propriedade de estruturas (códigos, estrutura, formação), mas também como uma propriedade de eventos (processos, transformações e fluidez). O ponto crucial do estereótipo é que ele se refere muito mais ao que se imagina numa fantasia do que propriamente o que é percebido no real, configurando o que o autor chama de práticas de representações. (Hall, 2003).

Portanto, as divisões de poder e os preconceitos adjacentes são oriundos de legados históricos e sociais. Hall (2003) usa o conceito de “fetichismo” para explicar essas representações culturais. Fetichismo nos leva ao lugar onde a fantasia intervém na representação, “num nível onde o que é apresentado ou visto, na representação, somente pode ser entendido em relação aquilo que não está sendo apresentado” (p.266).

Quando os estereótipos e a ideologia fazem parte de um aglomerado social e local, pode-se dizer que ele pertence a opinião da maioria, nesse caso, a opinião pública, que é formada em conjunto, com um grupo de pessoas de diferentes níveis sociais, mas que fazem parte da mesma sociedade.

A opinião pública é a “entronização da voz popular, constituída num *parlamento invisível*<sup>7</sup> e numa espécie de quarto poder” (Rados, 2008:116). Sua função seria a defesa da maioria da população e o controle do governo. Porém, percebe-se que opinião pública por vezes “representa juízos individuais sobre interesses comuns” (ibidem).

---

<sup>7</sup> grifo do autor

Um dos grandes responsáveis por esse resultado é sem dúvida os meios de comunicação, que influenciam as pessoas a pensarem e reagirem de uma mesma forma (Hall, 2003). Assim como na perspectiva de Gerbner (1985), a maneira como comunicação funciona é através de uma intervenção por meio das mensagens publicadas todos os dias. Pode-se considerar que o discurso midiático é o proveniente das instituições de mídias, que codificam mensagens e “eventos simbólicos ou representacionais de algum significado compartilhado em uma cultura” (p.14).

Logo, a opinião pública seria justamente o resultado da interpretação, da ótica e do panorama das instituições, resultado da produção em massa de notícias e do sistema de distribuição das mensagens, que repassam as perspectivas e as interpretações de um grupo privado (elite), em perspectivas públicas, ou seja, na opinião pública.

Mas se não houvesse publicações, não haveria contato entre as diferentes comunidades. A publicação é um instrumento de consciência comunitária, em que grupos aleatórios interagem sem terem estado em contato frente a frente. Portanto, a comunicação de massa é direcionada a um grupo heterogêneo disperso numa sociedade, que sequer teve algum contato (Gerbener, 1985).

A mídia é responsável por transmitir as diversas visões e opiniões sobre diversos assuntos de interesse público. “Quadros de interpretação que nos permitem definir as nossas visões do outro” (Correia, 2009:119). Sendo ela a responsável por transmitir aquilo que está acontecendo sob uma ótica restrita a sua vontade, já que é através da mídia que o conhecimento e contato com os acontecimentos vêm a tona.

É necessário identificar que são as grandes organizações os executores do significado dado a notícia, pois “essas organizações são caracteristicamente de grande escala, burocráticas e monopolistas, operando “comercialmente” ou como organizações estatais na ‘superfície pública’” (Davis, 1985:45). Toda declaração implica um autor, e nesse caso, não são os narradores (jornalistas) ou autores, e sim essas grandes organizações. O problema não está com os profissionais da mídia e sim com a estrutura da própria produção. O que o autor chama de racismo institucional.

Um ponto chave sobre os meios de comunicação: remete aos profissionais a responsabilidade pela perpetuação de preconceitos e categorias de poder, além de fortalecerem certos valores especulativos sobre quem seria o bom ou o mau, moral ou imoral, etc., a partir de julgamentos como esses, se dá a construção de culturas e identidades comuns (Martins, 2007). Portanto, ao nascer, entra-se em uma sociedade com valores e identidades particulares, o que vai dificultar a visão fora do que é o senso comum, tornando natural a não aceitação de valores ideológicos diferentes daqueles a que a sociedade está acostumada.

O que Arendt (1967) expõem em “Verdade e Política” para o *The New Yorker* é a dificuldade em diferenciar aquilo que é verdade e aquilo que é opinião, pois se trata de uma realidade que está em jogo e não é discutida ou desconstruída. Assim torna-se quase impossível distinguir uma da outra. Entretanto, a verdade e a opinião não devem se opor uma a outra, pois os fatos são matérias das opiniões, e essas, por conseguinte, são inspiradas em paixões e interesses, podendo permanecer legítimas se respeitarem o que é a verdade de fato; “a liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objecto do debate” (p.11).

O discurso e a opinião pública estão intimamente ligados as construções das relações sociais e de como elas se desenvolvem. Tanto a construção de um discurso, como a legalização de um estereótipo na perpetuação da opinião pública são naturalmente forjados até tornarem-se imperceptíveis, chegando ao ponto de passarem despercebidos nas ações do dia a dia, sendo naturalizados e materializados nas mesmas relações sociais.

A identidade é formada por processos sociais (Berger & Luckmann, 1997). Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. As estruturas sociais históricas acabam por formar identidades que podem ser identificadas em casos particulares. Como por exemplo, a identidade de um francês e de um brasileiro. Assim, a orientação e o comportamento na vida cotidiana dependem destas tipificações. “Isto significa que os tipos de identidade podem ser observados na vida cotidiana” (p.229).

As teorias pós- críticas trazem a possibilidade de analisar essas mesmas relações, a fim de reconhecer os vícios e as tradições que fomentam as mesmas, atribuído tanto para o pós-estruturalismo quanto para o pós- colonialismo uma função crítica e inovadora, de abranger não somente a crítica social, mas também a crítica aos pesquisadores e aos que discursam, seja através da academia, da mídia ou da política. Nesse sentido, as teorias procuram encontrar o ponto inicial das relações sociais, seja através do discurso e da linguagem ou através das relações históricas entre as sociedades.

## Capítulo 3 - Islamofobia e a Sociedade Francesa

Esse capítulo irá abordar fatores sociais, como Islamofobia, Governo e Imigração. No caso da islamofobia, buscar-se-á entender como é construída e quais são suas bases, dando destaque ao foco desta dissertação: A Proibição do *Burkini*. No que diz respeito a sociedade francesa, a imigração e seu governo: como funciona a escolha do governo, quais são os principais partidos e qual é o volume de imigração na França.

### 3.1 Islamofobia

Segundo os dados de 2010 do *Global Religious Future*, o Islã é a religião de 23% da população mundial, contabilizando um total de 1.6 bilhões de fiéis. Em número só fica atrás da religião Cristã, que ainda representa a maioria de 2.2 bilhões de fiéis em 2050 os muçulmanos serão 30% da população do globo. A religião possui um número maior de crentes nos países da Ásia e da África. O desenvolvimento da religião nessas áreas estendeu-se devido as invasões do Império Otomano até o final da Primeira Guerra, quando o império se dissolveu.

Assim como o Cristianismo, o Islamismo é monoteísta: os fiéis acreditam que Allah é o único Deus e que Maomé foi seu maior e mais importante profeta. Segundo Jamal Elias (1999), a crença central partilhada pelos seguidores é a “crença num Deus que enviou uma revelação oral chamada *Alcorão* por intermédio de um profeta” (p.16), Maomé, que nasceu por volta do ano de 570 d.C.

Além do *Alcorão*, a *Torá*, livro dos Judeus, os Salmos e o Novo testamento cristão também são aceitos pela religião islâmica, que acredita que a substância de todos esses escritos é a mesma, mas defende que foi corrompida, alterando por exemplo fatos como Jesus ser filho de Deus, o que para o Islã é inconcebível. Para a maioria dos muçulmanos, o seu livro sagrado é o único grande sinal de Deus no universo físico.

Essa religião, diferente do catolicismo, não faz ou cultua imagens. “O Islamismo é uma religião veementemente iconofóbica, isto é, que proíbe a representação física de Deus ou de quaisquer heróis religiosos sob qualquer forma que possa encorajar as pessoas a transformarem o ícone num objeto de veneração” (Elias, 1999:22). O Islã se respalda em 5 pilares, “a Unidade Divina, a Profecia, a Revelação, a Intercessão dos Anjos e a existência de uma Outra Vida” (1999:61).

A religião islâmica se divide internamente em diversas facções que defendem seguimentos diferentes. Uma das divisões é o Xiismo, que vem do termo *Shiat Ali* (Facção de Ali). Ali era o primo e genro de Maomé, que foi assassinado após a morte do profeta, enquanto disputava o posto de Califa (dirigentes da comunidade islâmica) com Muawiya, o quinto sucessor de Maomé. Os Xiitas acreditam que os três primeiros Califas são usurpadores que “privaram Ali de seu

direito hereditário” (1999:36). Em contrapartida os Sunitas defendem a ideia de que é melhor aceitar um líder não ideal, do que lutar e ver um derramamento de sangue muçulmano. “Na realidade, o nome da seita deriva da palavra *Suna* (tradição)” (1999:38).

Um dos termos mais conhecidos do islã é a *Jihad*, “que significa, literalmente, <<perseverar no caminho de Deus>>” (1999:71). Esse conceito traduz uma defesa da causa islâmica, quer seja a defesa de seu país ou da própria religião. A *Jihad* pode ser comparada as Cruzadas católicas, no sentido que compreende a “Guerra Justa” (Ibidem). Muitos terroristas justificam-se pela *Jihad*. Para Jamal Elias, “A teoria da *Jihad* permite que o soldado mate o inimigo justificadamente; se assim não fosse estaria a cometer assassinio, que é um pecado muito grave no islamismo” (ibidem). Essa ideia é obviamente mal interpretada pelos extremistas.

O Islã, embora esteja se propagando no mundo, principalmente na Europa e na América do Norte, como dito antes, é concentrado maioritariamente no Oriente Médio, África e Ásia. Segundo Milan Rados (2008), foi no Oriente Médio que no século XX o petróleo foi descoberto. O petróleo, que por muito tempo foi uma fonte de energia barata, encareceu seu valor após a Segunda Guerra Mundial.

A guerra árabe-israelense em 1973 aumentou consideravelmente o preço do barril de petróleo. Sendo uma matéria prima tão importante e o Oriente Médio possuindo uma das maiores reservas mundiais, é obvio que as atenções estariam voltadas para lá, não só no âmbito político ou econômico, mas também no social. Com a religião islâmica sendo predominante na região e em grande parte dos Estados representando a lei que os regula, politicamente e socialmente, é compreensível que ela ganhe tanta atenção (Rados, 2008).

Tendo em vista as consequências do cenário de guerras no Oriente Médio, há uma grande emigração, uma espécie de diáspora de muçulmanos, dos países árabes para o continente europeu e para a América do Norte. De acordo com o Instituto de pesquisa *Pew Research* (2016)<sup>8</sup>, já em 2010 o número de muçulmanos vivendo na Europa aumentou consideravelmente, principalmente na Alemanha e na França, 4.8 milhões e 4.7 milhões respectivamente. A interação entre o Estado Francês e as tradições muçulmanas frequentemente tem mostrado uma realidade de xenofobia e preconceito.

Países europeus como França, Reino Unido e Alemanha, ainda que laicos, possuem uma forte tradição cristã. Os motivos para a rejeição aos muçulmanos são diversos, a cultura, a religião, a grande demanda na mão-de-obra nos países, a crise econômica e enfaticamente os ataques terroristas de fundamentalistas islâmicos. Essa perspectiva revestida de preconceito face à religião maometista é conhecida como Islamofobia.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2016/07/19/5-facts-about-the-muslim-population-in-europe/> (Acesso em: 10/11/2016)

A islamofobia é caracterizada por uma aversão ao Islã, um medo e uma rejeição aos ensinamentos ou aos seguidores dessa religião. Essa hostilidade aumentou significativamente após os ataques às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, realizados pela Al-Qaeda, que fizeram mais de 2000 vítimas, e os outros ataques terroristas que decorreram nas últimas décadas, como o ataque em 2013 na Maratona de Boston, em novembro de 2015 à casa de festas em Paris, e o atropelamento na comemoração da Queda da Bastilha, em julho de 2016, na cidade de Nice.

No que diz respeito ao Islã, ele parece representar o novo inimigo a ser combatido pelo Ocidente, por mais que os líderes das grandes potências ocidentais afirmem que a luta não é contra a religião e o povo. Hoje, sem a União Soviética, é o Islã que precisa ser vencido, quando confronta os muitos ideais cristãos e liberais da sociedade ocidental (Donnan & Stokes, 2002).

Enquanto o termo “Orientalista” tem sido primeiramente aplicado à produção acadêmica e também à arte e à literatura, o termo “Islamofobia” geralmente se aplica mais à cultura popular, incluindo a mídia e o preconceito de base. Por várias razões, incluindo o importante declínio do Estado-nação e a ascensão do pós-modernismo, acadêmicos estão agora muito menos propensos a representar os interesses particularmente nacionais do que eram no período colonial, ou mesmo na década de 1970 quando Saïd escreveu seu livro (Zebiri: 2008:5).

Enquanto o Orientalismo produz conceitos e ideias sobre o que acontece naquele espaço territorial através da formação acadêmica, a islamofobia em contrapartida atinge o cotidiano, o relacionamento interpessoal, seja com o vizinho, colega de trabalho ou nas escolas.

No que diz respeito ao fator ideológico, Tovorov (2012) explica que o populismo de direita que não defende uma classe, mas sim uma nação, culpa os imigrantes pela falta de empregos e violência, fortalecendo o sentimento xenófobo, cenário atualmente vivido na França, como será exposto adiante.

A ideia moderna de nação, surgida no século XVIII, possui duas facetas: O poder é atribuído ao conjunto de cidadãos, e não a um monarca de direito divino; e presume-se que o Estado coincide com um grupo humano que fala a mesma língua e as mesmas tradições (incluindo a religião) - o que é designado, às vezes, por etnia. Essa conjunção produz o Estado-nação. Na realidade, a segunda condição nunca é inteiramente atendida. As populações humanas misturam-se, e deslocam-se em numerosas oportunidades, sendo materialmente impossível estabelecer um número de Estados correspondente ao das etnias; além disso a própria identidade da etnia é por vezes problemática. Não existe nação etnicamente pura. Eis o que é ilustrado na evocação dos números: atualmente, podem ser encontradas no mundo cerca de 6.000 línguas (ora, a língua é o elemento mais fácil de identificar em uma cultura), mas um número inferior a 200 Estados (Todorov: 2012:83).

Baseado na perspectiva de Martín Muñoz e Grosfoguel (2012), entende-se que os intelectuais franceses definiram uma islamofobia tolerável. Nesse sentido, nem todos os muçulmanos são criticados, pois existe um projeto de muçulmano perfeito, que é aquele que renunciou a suas práticas religiosas. Dessa forma a França acaba por se tornar um paradoxo, onde o Islã é institucionalizado, mas onde também existem tendências islamofóbicas fortes e recorrentes.

A reação da sociedade frente aos muçulmanos em si nem é relativa a raça, mas ao estilo de vida. A rejeição parece ser à “submissão” aos valores religiosos que no caso do islã é muito mais notável e sugere um confronto ao passado histórico de opressão frente à igreja católica. O discurso islamofóbico tem se tornado bastante frequente na conjuntura atual de setores importantes na França.

A onda imigratória que tem levado milhares de muçulmanos a deixar seus países e migrarem para a Europa tem fortalecido o sentimento de rejeição e de ódio pelo islã. Embora grande parte dos muçulmanos já tenha nascido em solo europeu, ainda são caracterizados como “árabes ou muçulmanos” e depois como franceses, belgas ou britânicos. Antes os árabes eram figuras que geravam uma certa curiosidade nos europeus, hoje esse sentimento já é mais de rejeição. Os ocidentais acabam por generalizar todo o movimento islâmico como fundamentalista (Elias, 1999).

Beate Winkle, diretora do *European Centre on Racism and Xenophobia*, num relatório criado em 2006 sobre discriminação e islamofobia, alertou para o perigo de os muçulmanos tornarem-se vítimas duas vezes- primeiro ao serem submetidos aos ataques violentos dos terroristas e segundo ao serem responsabilizados por esses mesmos ataques. Para a diretora, há uma necessidade de maior diálogo, inclusão social e de políticas não discriminatórias que apoiem os grupos minoritários.

Os muçulmanos na Europa tinham em 2006 a maior taxa de desemprego, um menor aproveitamento escolar, dado pela falta de integração nas escolas, tornando-se vulneráveis a insegurança e segregação. “É imperativo que todos os membros da União Europeia apliquem as diretrizes anti discriminação e façam um uso mais pleno das potencialidades e disposições para combater a discriminação e promover a igualdade” (Winkle, 2006:6).

Uma das características mais sensíveis na discussão e rejeição no Ocidente é o uso da *Hijab*, o véu usado pelas muçulmanas. A opinião pública e a mídia problematizam essa forma de expressão religiosa. Entretanto, para Zebiri (2008), casos como a circuncisão feminina, considerada em muitos países como sendo crime, e o casamento forçado ou arranjado têm menos intensidade nos debates críticos do que o uso do véu. Elias (2009) afirma que a crítica ao véu é uma interpretação equivocada sobre a importância da mulher muçulmana para a comunidade internacional.

“Algo que está no centro de grande parte das posições feministas muçulmanas, sejam elas islamitas ou modernistas, é a crença de que determinadas passagens do Alcorão, que parecem afirmar inequivocamente a posição subserviente das mulheres em relação aos homens, devem ser lidas metaforicamente e consideradas relevantes apenas em relação às circunstâncias em que foram reveladas” (Elias, 1999:108).

Em alguns casos a crítica ocidental é declaradamente controversa, como o caso, que será discutido a seguir, do uso do *Burkini* em praias francesas. A proibição do uso das vestimentas

islâmicas de praia ocorreu logo após os atentados em Nice. Entender a proibição desse traje de banho nas cidades litorâneas é importante para a análise que será feita mais a frente.

### 3.2 Mulheres Muçulmanas e o *Burkini*

O *Burkini* é um traje de banho, desenvolvido pela Libanesa, Aheda Zanetti, que cobre o corpo da mulher da cabeça aos pés. Uma das críticas relacionadas ao *Burkini* é o fato de menosprezar a mulher, dando uma impressão de opressão e subjugação. Mas a sua proibição também pode ser considerada opressão e subjugação, visto que inibe a mulher de se expressar a si ou sua religião. “A representação dos meios de comunicação sobre o Islã alega que o Islã oprime as mulheres, de maneira significativamente diferente sendo pior do que o tratamento recebido pelas mulheres em outras religiões e culturas (Zebiri, 2008).

Stuart Hall (2003) afirma que o poder não deve ser entendido somente atuando na esfera econômica ou física, mas também no que diz respeito a cultura e os termos simbólicos que representam algo ou alguém. O autor fala de um “regime de representação” (p.259) e o estereótipo está incluso nesse regime, que é uma violência simbólica. Segundo Martins (2007), a ideia de que o Ocidente respeita as mulheres e o Oriente as trata como escravas aparece para justificar a inferioridade da religião islâmica em relação a outras religiões, mas principalmente em relação ao cristianismo, que é a religião da maioria do mundo ocidental.

Os direitos das mulheres realmente são arcaicos na cultura islâmica, visto que quando escrito o Alcorão, a sociedade em que vivia o Profeta era patriarcal. Entretanto, naquela época, o reconhecimento que as mulheres tiveram no livro sagrado foi importante para a sociedade na época. Feministas muçulmanas consideram que as partes do *Alcorão* que defendem a superioridade masculina foram adicionadas ao livro porque à época “a inferioridade feminina estava profundamente enraizada na sociedade árabe da altura” (Elias, 1999:106).

“As feministas muçulmanas e os teólogos liberais estão normalmente de acordo quanto ao facto de muitas destas regras parecerem arcaicas ou injustas quando vistas sob a perspectiva da moderna sociedade ocidental. No entanto deve-se notar que foram reformas importantes no estatuto legal das mulheres daquele tempo” (Elias, 1999:75).

Em geral a sociedade laica e a mídia tratam o uso do véu ou das vestimentas islâmicas como uma imposição da religião ou do marido, o que é inconcebível na perspectiva de uma sociedade moderna e liberal, que lutou pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que separou estado e religião. É um conflito cultural e um claro paradigma do orientalismo-islamofobia, quando o ocidente pressupõe as práticas culturais através de uma perspectiva totalmente paralela. A mulher muçulmana encontra certa hostilidade, “sendo acusada de ter traído a causa do feminismo pelo qual as mulheres ocidentais lutaram com tanta força” (Zebiri, 2008:27).

A prática da misoginia, a desigualdade salarial entre mulheres e homens, a reduzida representatividade na política, o número de mulheres em cargos de chefia comparado aos

homens, a dupla jornada de trabalho da mulher, a maior responsabilidade na criação dos filhos, cuidados com a casa, etc., não são características só das sociedades islâmicas, mas também das sociedades laicas e ocidentais (Martins, 2007).

Em julho de 2016, segundo o portal online do Diário de Notícias<sup>9</sup>, as fotografias de policiais franceses em uma praia na cidade francesa de Nice (Figura 1), aparentemente multando uma senhora por estar usando trajes de banho islâmicos, que segundo testemunhas não era um *burkini* e sim uma calça e uma bata, além do véu, inflamou o debate sobre a liberdade religiosa.



Figura 1: Mulher autuada por utilizar trajes de banho islâmicos  
Fonte: Diário de Notícias  
(24/08/2016; acesso em 11/05/2017)

Em 2004 já era debatida na França a proibição da *burqa*, véu que cobre totalmente o rosto e o corpo da mulher, sendo o mais comum a *niqab*, que deixa apenas os olhos em evidência, em escolas públicas do país e posteriormente em 2007 nos espaços públicos. De acordo com o portal *The Independent*<sup>10</sup>, em 2009, o então presidente Nicolas Sarkozy definiu os trajes religiosos das mulheres muçulmanas como de “rebaixamento”. A lei da *burqa* proíbe também o uso de “símbolos religiosos ostensivos” como o véu islâmico, *kipa* judaico e as cruzes cristãs nas escolas públicas.

Muitas mulheres que vivem no Ocidente optam pelo uso do véu, “como sinal das suas convicções pessoais” (Martins, 2007:65). Dessa maneira o véu não representa a submissão e sim a afirmação da sua identidade religiosa e de seu direito de escolha. Além de servir também como

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/guerra-ao-burkini-policia-de-nice-multa-por-demasiada-roupa-na-praia-5354099.html> (acesso em: 11/05/2017)

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/burkini-ban-ruling-france-sarkozy-nice-beach-pictures-muslim-islam-a7208476.html> (acesso em: 12/05/2017)

oposição as mulheres ocidentais, consideradas muitas vezes como excessivamente expostas aos olhos masculinos.

O uso do véu não era obrigatório até pelo menos a quarta geração após a morte do Profeta. Naquele período somente as mulheres de classes mais altas usavam o véu. Posteriormente o uso foi adotado pelas outras classes mais baixas, até virar costume. O discurso apresentado pela mídia, segundo Martins (2007), em relação as muçulmanas, é bastante reduzido aos estereótipos sobre mulheres “sem identidade, sem voz; no fundo, vítimas de uma religião que valoriza os homens e permite a violência sobre elas” (p.62).

O primeiro decreto que proibiu o uso do *burkini* em 2016, foi em 28 de julho, 14 dias após o atentado terrorista em Nice, em que um motorista atropelou e matou dezenas de pessoas no dia em que o país celebrava o feriado da Queda da Bastilha. Foi proibido pela primeira vez em Cannes e depois por mais 15 cidades francesas. Os argumentos para essa decisão foram a segurança, a ordem pública e o direito das mulheres, de acordo com nota sobre o caso da Anistia Internacional.

A proibição do *burkini* é a mais recente de uma série de leis restritivas aprovadas na França contra vestuário com características culturais ou religiosas. Em 2004 foi adotada uma lei sobre os símbolos religiosos que banuiu toda a simbologia religiosa de estar visível das escolas públicas. E em 2011, foi aprovada legislação que proibiu o uso do véu integral em locais públicos. Estas leis discriminam as mulheres muçulmanas (Anistia Internacional, 26/08/2016)<sup>11</sup>.

Autoridades francesas se posicionaram em relação a proibição, para o Primeiro Ministro Manuel Valls ao diário regional *La Provence* “o *burkini* não é compatível com os valores franceses” e o uso dele representava “sinais de reivindicação de um islamismo político”. Entretanto outras opiniões confrontavam-se dentro do governo francês. A Ministra da Educação Vallaud-Belkacen afirmou que não há nada que estabeleça uma relação entre o terrorismo do Estado Islâmico e o que uma mulher veste na praia.<sup>12</sup>

Como comentado anteriormente, a sociedade francesa e sua gestão funcionam numa dualidade de perspectivas quanto a importância da religião/cultura na secularidade e nas leis do país. As reações frente aos movimentos sociais, a polarização da política, são de fato importantes para entender os conflitos sociais que se transformam em políticas públicas. Para entender melhor como funciona a sociedade e os poderes na França, é preciso conhecer seu sistema político, seus representantes e a interação com a sociedade, incluindo nacionais e imigrantes.

### 3.3 Sistema Político Francês

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/proibicao-burkini-em-cidades-de-franca-pode-abrir-caminho-para-abuso-contras-mulheres/> (acesso em:25/05/2016)

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/08/25/mundo/noticia/conselho-de-estado-frances-adia-decisao-sobre-polemica-da-proibicao-dos-burkinis-1742334> (acesso em: 25/05/2017)

A República Francesa é uma república democrática e semipresidencialista desde 1958, quando teve início a V República, a *Cinquième République*. Com fortes tradições democráticas, o Presidente é eleito por sufrágio universal, e partilha a legislatura do Estado francês com o executivo, com um Primeiro Ministro e com um Gabinete. O Presidente, eleito por um mandato de 5 anos, é considerado a autoridade máxima francesa. O poder legislativo possui ainda duas Câmaras independentes, o Senado (*Sénat*) e a Assembleia Nacional.

O *Sénat* é a Câmara mais alta do Parlamento francês, possui 348 senadores eleitos indiretamente. Quem elege os senadores são prefeitos e conselheiros locais. Atualmente quem cumpre o mandato presidencial do Senado é o político Gérard Larcher do partido *Rassemblement pour la République (RPR)*. O Senado possui um impacto político menor do que a outra parte do Parlamento, a Assembleia Nacional (Câmara baixa), que possui 577 deputados eleitos pela maioria dos votos.

### 3.3.1 Formação do Governo

Para eleger um Presidente com mandato de 5 anos na Assembleia é necessário que um partido tenha pelo menos 289 deputados assentados. Atualmente é presidida por Claude Bartolone, do Partido Socialista. O Congresso do Parlamento reúne periodicamente o Senado e a Assembleia Nacional a fim de revisar a constituição. Além dos poderes citados acima, o governo francês possui no poder judiciário a Corte da Cassação<sup>13</sup>.

Os grupos Parlamentares são divididos de acordo com a ideologia dos partidos presentes, visto que a França é a favor do multipartidarismo. Entre os partidos com maior destaque atualmente na política francesa encontram-se o Partido Socialista, do ex presidente François Hollande, a Frente Nacional da então candidata à Presidência Marine Le Pen, o partido Os Republicanos do ex Primeiro Ministro e o então candidato a presidência, François Fillon, e o movimento “Em Marcha!” do atual presidente, outrora do Partido Socialista, Emmanuel Macron.

No momento das eleições presidenciais de 2017 houve um total de 11 candidatos. Porém os mais importantes nessas eleições foram os citados acima. As últimas eleições francesas marcaram um importante momento da política mundial, caracterizado por polarizações nas ideologias dos candidatos e um fator decisivo para a permanência ou saída da França da União Europeia.

Depois de 17 anos sem eleger um presidente, o Partido socialista elegeu, com altas expectativas, Hollande, vencendo Nicolas Sarkozy, que tentava reeleição em 2012. Hollande

---

<sup>13</sup> Na segunda rodada das eleições para o parlamento francês, que ocorreu no dia 18 de junho de 2017, o partido do atual presidente francês, En Marche!, conquistou 300 assentos, somando 41 assentos do seu aliado do partido MonDem. A Frente Nacional, da ex candidata Marine Le Pen, conseguiu apenas 8 assentos.

foi eleito sob a promessa de trazer de volta a esperança à França e governa-la para todos os franceses, o então presidente eleito era oposto às propostas de imigração do ex Presidente Sarkozy.

Entretanto, o governo socialista enfrentou ao longo dos anos duros momentos que culminaram na baixa popularidade do Presidente. Segundo o órgão *TNS et sofres*<sup>14</sup>, Sociedade Francesa de inquéritos por amostragem, no início de 2016 a desaprovação do presidente era de quase 90%. Em 2013, um ano após sua eleição, Hollande já era descrito como o presidente mais impopular da França. Dentre os fatores que incidiram nessa baixa popularidade estão a estagnação econômica, o desemprego, os escândalos extraconjugais do Presidente, a perda de espaço político do Partido Socialista diante do progresso da Frente Nacional nas prefeituras francesas e por fim, segundo o Jornal *Washington Post*, os atentados terroristas, que foram cruciais para que Hollande perdesse o interesse da população, como pode ser visto na figura 2<sup>15</sup>.

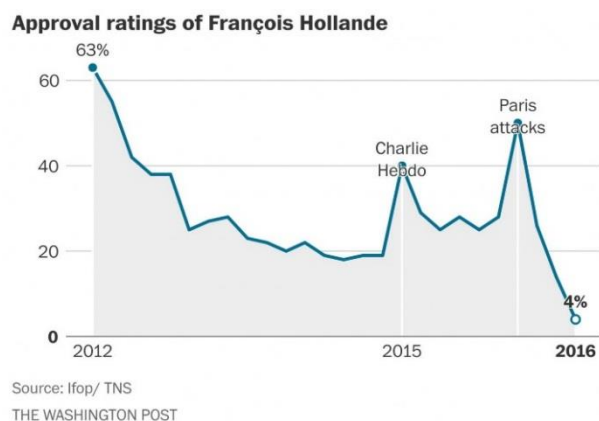


Figura 2: Popularidade François Hollande  
Fonte: The Washington Post  
(5/06/2016; acesso em 11/05/2017)

A campanha presidencial de 2017 foi um confronto polarizado entre Le Pen e Macron. A oposição ideológica dos candidatos e a visão da França no mundo representam os grandes desafios que o país irá enfrentar futuramente.

### 3.3.2 Perfil dos Principais Candidatos à Presidência da França

**François Fillon:**

<sup>14</sup> Índice de popularidade: François Hollande (acesso em: 20/03/2017). Disponível em: [http://www.tns-sofres.com/dataviz?type=1&code\\_nom=hollande](http://www.tns-sofres.com/dataviz?type=1&code_nom=hollande)

<sup>15</sup> Gráfico popularidade: (acesso em: 20/03/2017) .Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/07/05/nearly-90-percent-of-the-french-now-disapprove-of-their-president/?utm\\_term=.413e9a610227](https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/07/05/nearly-90-percent-of-the-french-now-disapprove-of-their-president/?utm_term=.413e9a610227)

O candidato do Partido “Os Republicanos”, François Fillon, era até o ano passado a principal aposta para a presidência do país em 2017. Foi Primeiro Ministro do governo Sarkozy e é um defensor da permanência da França na União Europeia. Desde 1974 é um militante Gaullista, que defende uma França independente globalmente. O Estadista foi comparado algumas vezes a Margaret Thatcher, por sugerir diversas reformas sociais e trabalhistas.

Fillon foi acusado em 2016 de Islamofóbico, quando publicou um livro intitulado *Vencer o Totalitarismo Islâmico*, publicação influenciada pelo atentado em julho de 2016 em Nice. Além disso, também em 2016, o candidato teve problemas com as comunidades africanas. Mesmo assim, o candidato permanecia à frente dos demais, garantindo-se como o principal a ocupar o cargo de Presidente.

Porém no início de 2017, François Fillon foi acusado de contratar a própria esposa, Penelope Fillon, como sua assessora parlamentar entre 1998 e 2002, e mais tarde como assessora do seu suplente, Marc Joulaud, de 2002 a 2007. Embora a lei francesa não proíba a contratação de membros familiares, o problema, segundo o semanário *Le Canard Enchaîné (2017)*, foi que o candidato empregou de maneira fictícia sua cônjuge, Penelope Fillon.<sup>16</sup>

O ex-primeiro Ministro perdeu sua popularidade e caiu nas intenções de voto. Tido como o único capaz de neutralizar o populismo de Marine Le Pen, François Hollande perdeu apoio de políticos importantes, como Bruno Le Maire, diplomata francês.

### **Marine Le Pen:**

Política e ideologicamente de direita, caracterizada pelo seu populismo, Marine Le Pen manteve-se como um dos candidatos favoritos à cadeira de Presidente Francês. Le Pen já havia se candidatado em 2012.

Comumente caracterizada de xenófoba<sup>17</sup> e de extrema-direita nacionalista, Le Pen é anti-União Europeia, oposta a imigração e a favor da pena de morte, sugeriu fazer um referendo a favor da saída da França do bloco europeu, além de apertar o cerco aos imigrantes ilegais, caso vencesse as eleições.

Na infância, Marine Le Pen sobreviveu a um atentado com bomba destinado ao seu pai, fundador da Frente Nacional, Jean Marie Le Pen. Segundo o Portal *Sputinick News*, em 2010, a candidata comparou as rezas muçulmanas nas ruas da França com a ocupação Nazista. Le Pen que representa a Frente Nacional - partido acusado de possuir uma simpatia pelo Nazismo-, possui

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/03/14/mundo/noticia/fillon-vai-ser-indiciado-por-desvio-de-fundos-publicos-1765147> (acesso em: 20/05/2017)

<sup>17</sup> Disponível em: <https://fr.sputniknews.com/international/201510201018946454-marine-le-pen-musulmans/> (acesso em:20/05/2017)

proximidade com políticos populistas como Vladimir Putin e Donald Trump, segundo o portal *The independent*.<sup>18</sup>

Marine Le Pen possuía a maior porcentagem das intenções de voto da primeira rodada (Figura 3). A candidata prometia uma política mais rígida à imigração, principalmente a ilegal e a manutenção mais severa das fronteiras, além da saída da França da União Europeia que levaria também a retirada do país da zona do euro.

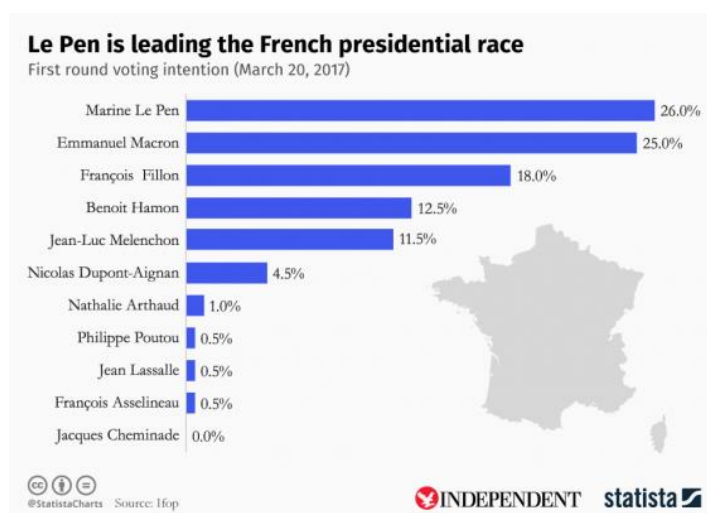


Figura 3: Níveis de popularidade  
Fonte: independent.co.uk  
(20/03/2017; acesso em: 17/05/2017)

### Emmanuel Macron:

Ex-Ministro da Economia, da Indústria e da Informática do governo de François Hollande, o atual presidente Emmanuel Macron pertence ao centro-esquerda. Entre os anos de 2006 e 2009, Macron integrava o Partido Socialista. Em 2016, quando declarou sua candidatura às presidenciais, fundou também o movimento de centro “Em Marcha!”, muito criticado pelo então presidente Hollande.

Segundo Jorge Almeida Fernandes, do Público<sup>19</sup>, Macron baseou sua campanha em dois pilares, “Que a França estava aberta para um programa de reformas e uma opção inequivocamente europeísta. E que a sua candidatura dispunha de um amplo espaço no centro do espectro político”. Com uma iniciativa pró União Europeia, o ex Ministro tem propostas políticas muito próximas a Chanceler alemã, Angela Merkel, no que diz respeito ao apoio aos refugiados. No

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/le-pen-trump-and-putin-trio-would-be-good-for-world-peace-le-pen-says-a7421546.html> (acesso em: 20/05/2017)

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/03/25/mundo/noticia/32r-1766474> (acesso em: 25/04/2017)

debate televisivo que aconteceu em Abril de 2017, Macron mostrou-se aberto a receber mais refugiados e promover abertura do mercado de trabalho para eles.

Emmanuel Macron foi acusado por seus opositores de não ser digno de governar a França, quando em 2016 qualificou a colonização francesa na Argélia como “um crime contra a humanidade”.<sup>20</sup> Assunto, esse, muito delicado na França.

As eleições Francesas representaram um momento crucial não só para a França, como para a União Europeia, no que diz respeito a sobrevivência do bloco. O país é a segunda maior economia presente no bloco europeu, atrás apenas da Alemanha.

### **Resultado das eleições e seus significados:**

Após um primeiro turno acirrado das eleições francesas no dia 23 de abril de 2017, a disputa dos primeiros colocados Marine Le Pen e Emmanuel Macron, teve como resultado<sup>21</sup> 22%, 24% respectivamente.

No dia 7 de maio, segunda rodada das eleições, a vitória de um dos dois candidatos revelaria não só o destino da França, como da União Europeia. A vitória do candidato Emmanuel Macron foi de 66,0% contra 33,94% da candidata Marine Le Pen<sup>22</sup>. O atual Presidente tomou posse no dia 14 de maio de 2017.

No que se refere a população muçulmana, o atual presidente possui um grande apoio. De acordo com a Revista Exame<sup>23</sup>, líderes da Grande Mesquita de Paris convocaram os muçulmanos a votar em Macron, afirmando que o então candidato seria uma esperança para as minorias religiosas, como o islã.

A vitória de Macron<sup>24</sup>, na conjuntura atual, significa uma esperança para o bloco europeu, que desde a crise de 2008, a saída do Reino Unido em 2016 e a forte imigração dos últimos tempos, vem enfrentando um enfraquecimento em suas bases. O atual Presidente representa uma tentativa de recuperação dos ideais do bloco e uma esperança econômica e social na França.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/02/16/mundo/noticia/macron-diz-que-colonizacao-francesa-na-argelia-foi-crime-contra-a-humanidade-1762303> (acesso em: 16/02/2017)

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/04/1877896-macron-e-le-pen-va-ao-2-turno-na-franca-mostra-resultado-preliminar.shtml> (acesso em: 23/04/2017)

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/2017/05/emmanuel-macron-win-welcomed-european-leaders-170508084801616.html> (acesso em: 8/05/2017)

<sup>23</sup> Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/grande-mesquita-de-paris-pede-que-muculmanos-votem-em-macron/> (Acesso em: 22/08/2017)

<sup>24</sup> 22/08/2017 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/05/1881994-vitoria-de-macron-e-refundacao-da-europa-diz-ex-primeiro-ministro.shtml> (acesso em: 8/05/2017)

Além disso, a vitória de Macron vem na direção contrária aqueles países europeus que elegeram governos de extrema-direita, como Hungria e Áustria<sup>25</sup>, que se opõem a imigração.

### 3.4 Sociedade e Onda Imigratória

O artigo 1º da Constituição francesa alega que “A França é uma República indivisível, laica, democrática e social. Assegura a igualdade de todos os cidadãos perante a lei sem distinção de origem, raça ou religião. Respeita todas as crenças. Sua organização é descentralizada”. Além do conhecido lema da República francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o Preâmbulo da Constituição de 27 de outubro de 1946 afirma que “Toda pessoa tem o dever de trabalhar e o direito de obter um emprego. Ninguém pode ser lesado, no seu trabalho ou no seu emprego, devido às suas origens, as suas opiniões ou as suas crenças”.

A França possui 65 milhões de habitantes (dados do *Country Meters*<sup>26</sup> de 2017). O Estado francês é laico, mas possui predominantemente raízes católicas e enfrenta nos dias de hoje a “islamização” com a vinda de imigrantes ou refugiados de países islâmicos. Em 2014, segundo o *Gatestone Institute*, a população muçulmana na França era de 6.5 milhões, representando cerca de 10% da população do país. “A população muçulmana da França gira em torno de 10% da população total do país de 66 milhões de habitantes. Em termos reais, a França conta com a maior população muçulmana da União Europeia” (Gatestone Institute, 23/12/2014).

No gráfico de 2014 (figura 4), pode-se ver através da porcentagem populacional que os nacionais dos países, inclusive da França, sustentavam que os imigrantes seriam um perigo para a economia de seus países; “um fator chave que impulsiona a oposição à imigração é a crença de que os imigrantes são um fardo econômico” (*Pew Research*).<sup>27</sup> Para os pesquisadores, a visão da imigração está extremamente ligada à ideologia. Por isso nota-se um crescimento ao apoio aos partidos de extrema-direita, como a Frente Nacional de Le Pen.

---

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/03/16/interna\\_mundo,581256/panorama-dos-movimentos-de-extrema-direita-na-europa.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/03/16/interna_mundo,581256/panorama-dos-movimentos-de-extrema-direita-na-europa.shtml) (acesso em: 13/03/2017)

<sup>26</sup> Disponível em: <http://countrymeters.info/fr/France> (acesso em: 15/08/17)

<sup>27</sup> <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2014/05/14/in-europe-sentiment-against-immigrants-minorities-runs-high/> (acesso em: 15/04/2017)

### Right More Likely to See Immigrants as Economic Burden

Percent saying immigrants are a burden because they take jobs and social benefits

	Total	Left	Moderate	Right	Right-Left Difference
Italy	69%	53%	62%	84%	+31
France	52	37	44	66	+29
Germany	29	16	27	36	+20
Spain	46	36	51	54	+18
UK	37	24	39	42	+18
Greece	70	61	74	78	+17
Poland	52	54	50	46	-8

Source: Spring 2014 Global Attitudes survey. Q85a.

PEW RESEARCH CENTER

Figura 4: Opiniões

Fonte: PRC

(14/05/2014; acesso em: 15/04/2017)

Entretanto em 2015, o *Pew Research Center*<sup>28</sup>, em uma publicação após o atentado ao Charlie Hebdo, concluiu que na sequência aos atentados, a imagem negativa dos muçulmanos aumentou significativamente na França, assim como comparado aos Estados Unidos pós- Onze de Setembro. A publicação ressalta que embora exista uma forte preocupação com o papel do islã na sociedade francesa, conhecida por sua secularidade, a visão positiva dos muçulmanos aumentou, sendo maior na esquerda política francesa. Mas isso não impediu a violência contra muçulmanos.

Em 2016, em outra publicação, o *Pew Research*<sup>29</sup> entrevistou a população de alguns países europeus sobre a visão em relação aos muçulmanos, aos judeus e aos ciganos. A conclusão foi que os ciganos possuíam a classificação mais negativa dentre os três. Os judeus, com exceção da Grécia, eram vistos de maneira positiva. Em relação aos muçulmanos, países como Hungria, Polônia, Grécia e Espanha tiveram uma visão mais negativa. Já em outros países, incluindo a França, as opiniões eram positivas. O que a publicação destacou é que a classificação negativa era oriunda de pessoas mais velhas e com pouca escolaridade.

Outro ponto importante é que na França aqueles que sustentam que os muçulmanos têm ligação com grupos extremistas, quase 1/3, ideologicamente são de direita e identificam-se com a Frente Nacional, enquanto 13% identificam-se com o Partido Socialista, ideologicamente de

<sup>28</sup> Disponível em: <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/06/03/ratings-of-muslims-in-france-and-us/> 3/06/2015 (acesso em: 03/04/2017)

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2016/07/11/negative-views-of-minorities-refugees-common-in-eu/> (acesso em: 06/04/17)

esquerda. “Na França, 85% dos identificadores da Frente Nacional estão preocupados com uma possível ligação entre refugiados e terrorismo, enquanto apenas 31% dos partidários do Partido Socialista dizem o mesmo” (*PewResearch*).<sup>30</sup>

Há na França um enaltecimento dos seus próprios valores e uma negação dos valores de outras etnias mais ou menos expressivas em França. Por exemplo, em 2007 foi criado o *Ministère de L'Immigration, de L'Intégration, de L'Identité Nationale et du Codéveloppement*, um ministério da identidade Nacional, que é bastante criticado por alguns setores. Criado pelo ex-presidente Nicolas Sarkozy, esse ministério pretendia formalizar um conceito da identidade francesa, evidenciando costumes, ideais e valores, e a língua, - o que foi bastante questionado já que muitos franceses não dominam bem a língua enquanto muitos estrangeiros falam como se fosse sua própria. “Ser francês vive-se, daqui em diante, como uma opção, em vez de uma condição. A França suscita a adesão e não tanto a submissão” (Todorov, 2008:96).

O economista Samuel Huntington, em seu livro *Crash of Civilizations*, afirma que o medo europeu de uma islamização já era grande na década de 90. No caso francês, na primavera de 1991, pelo menos 51% da opinião pública esperava que perigo viesse do Sul, “os quatro países que a opinião pública francesa mais receava eram todos muçulmanos: o Iraque, 52%; o Irã, 35%; a Líbia, 26%; a Argélia, 22%” (Huntington, 234:1998).

Segundo o Report de 2006 da Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia, a maioria dos muçulmanos que vive em países da União Europeia chegou no boom econômico dos anos 60: os primeiros como trabalhadores migrantes, mais tarde suas famílias durante as décadas de 1970 e 1980, e mais tarde outros grupos, como o asilo na década de 1990. Antigos laços coloniais também desempenharam um papel significativo, atraindo imigrantes das antigas colônias. Na França a migração foi em grande parte das antigas colônias e protetorados do Magrebe, nomeadamente Argélia, Marrocos e Tunísia.

Huntington (1998) destacou que os franceses são muito mais “agarrados a sua cultura” do que de fato racistas. “Aceitaram africanos negros que falem perfeitamente o francês, mas não aceitam raparigas muçulmanas que usem lenços a cobrir as cabeças nas escolas” (p.234). Uma estimativa ainda em 1990 mostrava que 76% da população de França achava que tinham muitos árabes no país. Essas questões de imigração mudaram o cenário político não só francês como europeu. Os partidos de Frente Nacional ganharam espaço nos dias atuais.

No respectivo cenário de guerras no Oriente Médio e de refugiados a caminho da Europa, os franceses aumentaram a restrição para vinda de imigrantes. É claro que a crise pela qual a Europa passa é um fator a ser reconhecido, entretanto no caso francês, a valorização da cultura

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.pewresearch.org/2006/08/17/the-frenchmuslim-connection/> (acesso em: 06/07/2017)

e a segregação dos muçulmanos é um ponto muito importante. Um comentário de um jornalista americano realça esse problema:

Curiosamente, a hostilidade europeia é seletiva. Poucas pessoas em França receiam um afluxo vindo do Leste- Os Polacos, apesar de tudo, são europeus e católicos. E a maioria não receia ou despreza os imigrantes africanos, não árabes. A hostilidade é sobretudo dirigida contra os muçulmanos. O termo <<Imigrado>> é virtualmente associado ao islão, atualmente a segunda maior religião da França, o que reflete um racismo cultural e étnico profundamente enraizado na história francesa (Huntington, 1998:234).

A França e a União Europeia têm tido ao longo das décadas dificuldade de assimilar e integrar os imigrantes, em particular aqueles que fisicamente e etnicamente são mais distantes. Dessa forma a marginalização desses indivíduos aumenta, geralmente segregados a áreas violentas das metrópoles e a empregos inferiores. Séculos e décadas depois das colonizações europeias, a imigração faz o caminho oposto. A colonização por si era violenta, militar e imposta. A imigração por outro lado, quando em grande número, parece amedrontar os ideais dos países outrora colonizadores.

No artigo “Islamophobia: A French Specify in Europe?”, Vicent Greisser (2010) destaca que na França a islamofobia pode ser encontrada na história nacional, desde o século XVIII e especificamente durante a colonização francesa na África Ocidental e no Oriente Médio. O autor afirma que o anti-maometismo ajudou o cristianismo ocidental a existir política, cultural e religiosamente, através do medo e da rejeição provenientes das guerras e das divisões dos reinos. Foi a partir do século XV que o medo do cristianismo passou a declinar e se tornar um medo geopolítico, com a ascensão do Império Turco Otomano. Hoje, parece haver um medo novamente oriundo de meios culturais e religiosos. “A missão da República Francesa é tornar possível a libertação dos muçulmanos do espírito de obstrução” (p.44).

A perseguição a muçulmanos e os ataques às mesquitas não são mais numerosos que em outro país europeu, mas sem dúvida é um dos países mais profundamente afetado. É pertinente salientar que o mesmo Estado que cria o CFCM, o Concílio Francês da Fé Islâmica, que institucionaliza a religião no país, também proíbe o uso de símbolos religiosos em escolas públicas.

A islamofobia francesa pode ser encontrada numa dimensão intelectual e elitista, são acadêmicos, editores, jornalistas, filósofos que agem como “vetores latentes” de opiniões, e falta representatividade nesses setores. Nesse sentido, a visão que se generaliza é novamente a do ocidental sobre os orientais. A partir de um modelo de pensamento europeu lidando com o que consideram ser “fanatismo”, vulgarizando o termo “fundamentalismo islâmico”. Em consequência as expressões como “terrorismo islâmico”, “guerra ao terror” e “fundamentalismo religioso” sempre em associação com os muçulmanos nutrem as matérias de jornais e publicações literárias, incitando o imaginário dos consumidores-leitores (Greisser, 2010).

Para Huntigton (1998) passa a existir o endurecimento do conflito: um aumento da população muçulmana (migração), o contato crescente entre muçulmanos e ocidentais evidenciam as diferenças e a intolerância. São resquícios dos “traumas” da época em que a religião era o braço de ferro da Europa e a luta que houve para acabar com o poder da religião, e os avanços dos direitos das mulheres, que hoje são tão incômodos na cultura islâmica.

Esse endurecimento no conflito é por muito alimentado pela mídia ocidental, que por vezes conota a religião dos muçulmanos negativa ou pejorativamente. Na perspectiva de Said (2008), essa caracterização e essa idealização do muçulmano pelo Ocidente é fruto de jornalistas e “especialistas” mal informados. De acordo com Martins (2007), após o 11 de Setembro a divisão entre Oriente e Ocidente tornou-se uma batalha entre o “nosso” como sendo nós as vítimas, e “eles” como sendo os malfeitores (p.36).

Nesse aspecto, a mídia é responsável por criar uma “dualidade de critérios” que permeiam grupos sociais, culturais, políticos e religiosos quando implementam uma etiqueta terrorista em torno daqueles que são islâmicos, entretanto, não utilizam essa mesma etiqueta terrorista para falar de outros grupos religiosos, culturais, etc. Dessa forma o termo terrorismo se perpetuou como característica irrevogável do Islã, possuindo um grau de associação imediato (Martins, 2007).

Com base no que foi dito, é possível perceber que na França a islamofobia é um assunto sensível, pois parte não somente das bases seculares, como em setores do governo e na criação de leis. Como Huntigton (1998) destacou, o endurecimento do conflito é cada vez mais forte, como resultado dessa forte imigração, e de uma Europa em crise, que teme os seus empregos e por sua segurança.

Assim, a sociedade francesa passa por uma crise nos seus valores, “*liberte, égalité, fraternité*”, base da sua identidade, pois ao mesmo tempo que defende a liberdade, a igualdade e a fraternidade, também as restringe em parte, para uma minoria. As eleições expuseram a polarização política e social do país, de um lado Macron, com uma proposta política liberal, que defendia o direito dos imigrantes e favorito dos governos europeus. E do outro lado, Le Pen, política de extrema-direita, que, caracterizada como populista, defendia a ideia de uma França melhor para os franceses, com mais oportunidades, e por isso a ideia de que a imigração afetava potencialmente essa possibilidade.



**PARTE II**  
**INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**



# Capítulo 4 - Apresentação e Percurso

## Metodológico

O intuito desse capítulo é apresentar os métodos e técnicas de pesquisa executados para o desenvolvimento da investigação através do Estado da arte, bem como apresentar o percurso metodológico e o modo que foi realizada a recolha dos dados empíricos visto que a problemática é: há uma preocupação dos jornais online *Le Monde* e *Le Figaro* em disseminar uma informação de uma minoria com imparcialidade?

### 4.1 Justificativa

Como visto no capítulo 3, a população muçulmana na França é significativamente expressiva, sendo a maior população islâmica da Europa. Entretanto, o relacionamento entre essa religião e o Estado francês não tem sido amigável. A França agarra-se aos seus valores e o mesmo acontece com os muçulmanos. A proibição do *Burkini* trouxe à tona uma grande discussão do espaço que os muçulmanos podem ocupar no país. De acordo com Mcnair (2004), “o discurso jornalístico goza de um poder persuasivo que pode influenciar a estrutura das ideias” (p.24). Partindo desse ponto de vista, será feita uma análise de dois canais jornalísticos online franceses: *Le Monde* e *Le Figaro*.

Para isto, foram selecionadas publicações relacionadas a proibição do *Burkini* que foi decretada no dia 27 de julho de 2016. A escolha desse tema surgiu a partir do nosso interesse pessoal pelo tema islamofobia<sup>31</sup> e após a leitura do livro *Orientalismo* de Edward Said, tomou-se conhecimento de que a França seria um potencial e interessante campo de análise para uma pesquisa.

O objetivo geral desta investigação é analisar se os jornais *Le Monde* e *Le Figaro* são imparciais ou não no que diz respeito a inclusão dos muçulmanos na sociedade Francesa. Além disso, busca-se compreender os seguintes objetivos específicos: verificar se existem ou não associações pejorativas a respeito do *Burkini* nos portais do *Le Monde* e do *Le Figaro*; e aferir a existência de valorização, depreciação ou neutralidade com relação aos muçulmanos na construção das notícias nos jornais online *Le Monde* e *Le Figaro*.

---

<sup>31</sup> Relativo ao tema islamofobia, encontraram-se alguns momentos dignos de destaque, sendo eles: O atentado ao *Charlie Hebdo* e o atentado a Boate *Bataclan*, ambos em 2015, o atentado em Nice e a proibição do *Burkini*, ambos em 2016. Porém, na coleta de dados, tornou-se inviável abordar todos os acontecimentos, visto o grande número de notícias finais. A partir disso, foi decidido pela “proibição do *Burkini*”, por ser o assunto mais atual e que também protagonizou uma grande crítica as liberdades fundamentais na França pela imprensa internacional.

Parte-se das seguintes hipóteses: H1: Os jornais franceses *Le Monde* e *Le Figaro* estariam delimitando a religião islâmica como ameaçadora para a nação; H2: Em função da ideologia política associada a cada um dos jornais as notícias terão abordagens diferentes sobre a proibição do traje; H3: Falta representatividade feminina e muçulmana nas publicações dos jornais *Le Figaro* e *Le Monde* sobre o *Burkini*.

A escolha destes jornais justifica-se a partir do número relevantes de leitores dos portais online, como será apresentado mais adiante.

A partir do desenvolvimento do tema e da construção dos objetivos, chegou-se aos seguintes questionamentos:

1. Há uma preocupação dos portais do *Le Monde* e *Le Figaro* em publicar artigos de opinião com mais de um ponto de vista?
2. No resultado geral, as notícias dos jornais online *Le Monde* e *Le Figaro* são favoráveis ou contra o traje?

O método de pesquisa utilizado foi a Análise de Conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que possui três fases essenciais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1977).

Durante a leitura das notícias foram detectados alguns pontos especiais e importantes para a configuração e a formulação da pesquisa. Esses tópicos destacados no corpo da notícia são baseados nas hipóteses dessa dissertação, são o que Bardin (1977) chama de “referenciação de índices e a elaboração de indicadores” (p.99). O índice pode ser uma alusão aos elementos ou temas explícitos no texto, partindo do princípio que eles possuem uma importância destacada quando são referenciados mais vezes. Assim, nessa investigação busca-se detectar primeiramente os temas e posteriormente a frequência de aparição nos textos.

Nessa análise, procurou-se encontrar resultados qualitativos e quantitativos. No que se refere ao primeiro, a investigação irá se direcionar aos elementos textuais de forma interpretativa. Já no segundo, a análise medirá a proporção de incidências no corpo dos textos.

## 4.2 Percurso metodológico

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1977) é uma técnica objetiva e prática, que permite uma investigação produtiva no que diz respeito a observação dos conteúdos analisados, através de uma elaboração sistemática de técnicas de investigação. Optou-se primeiramente por fazer uma análise individual de cada jornal, demonstrando as incidências através da verificação das notícias. Posteriormente através de uma análise comparativa, buscou-se encontrar diferenças e similaridades entre os dois jornais, no que diz respeito a proibição do *burkini*.

As técnicas de uma análise de dados, oriundas da análise de conteúdo, permitiu que essa investigação se configurasse de forma precisa em uma análise explorativa, com um caráter cientificista e objetivo.

Para essa investigação, utilizou-se como base, o autor de referência da Análise de Conteúdo, Larence Bardin, que em 1977 conjecturou e explicou o desenvolver dessa técnica de investigação. Essa análise é sobretudo interpretativa e visa extrair dos textos analisados os seus sentidos.

Bardin (1977) apresenta diferentes seguimentos e orientações em seu livro *Análise de Conteúdo*, mas deixa claro de que o processo de investigação não possui uma única regra de análise e sim um conjunto de técnicas. Na realidade, a escolha das regras utilizadas deve está adequada ao material escolhido, como também aos objetivos estipulados.

Com base nisto, foram usados alguns critérios de seleção e de desconstrução dos textos, como será explicado mais adiante, a fim de organizar em blocos, as ideias, o material e sua análise. Para assim chegar a um resultado não só quantitativo como qualitativo e conclusivo sobre os questionamentos, hipóteses e objetivos previamente estabelecidos.

De acordo com Flick (2009), as amostras de uma pesquisa qualitativa são desenvolvidas através de um levantamento. “Os enunciados gerais são elaborados da forma mais independente possível em relação aos casos concretos estudados. Os fenômenos observados são classificados de acordo com sua frequência e distribuição” (p.21). Essa configuração na pesquisa qualitativa que também é atribuída a análise de conteúdo, busca distanciar a influência do pesquisador na investigação, garantindo a objetividade da pesquisa.

Flick (2009) defende que a objetividade da pesquisa, entretanto, não implica na reflexão do pesquisador sobre a pesquisa. Assim, na primeira parte das análises são definidos os critérios e o exame dos textos e posteriormente há uma reflexão sobre os dados extraídos. “O objeto de estudo é o fator determinante para a escolha do método de pesquisa” (p.24), o que de fato foi. Pois a partir do exame das notícias viu-se a necessidade de uma análise que de forma prática e clara pudesse encontrar elementos que testassem as hipóteses apresentadas.

Para selecionar as notícias para análise de conteúdo, foram utilizados quatro critérios:

1. A existência da palavra *Burkini* na pesquisa.
2. Conter a palavra *Burkini* no título da notícia.
3. Ter um período de publicação de 28 de julho a 25 de agosto de 2016.
4. Conteúdo livre de assinatura, ou seja, que pode ser acessado por um maior número de pessoas.

## 4.3 Objetos de Análise

No período da Segunda Guerra Mundial, como resposta ao pacto de não agressão entre a Alemanha Nazista e a União Soviética, o Governo francês decidiu banir todas as publicações Comunistas, incluindo as do Jornal L'Humanité. O resultado dessa decisão foi o estabelecimento de publicações “ilegais”, que aconteciam sem o conhecimento do Governo. Essa imprensa que agia de forma clandestina foi fundamental para espalhar e mobilizar a Resistência Francesa (Kuhn, 2011).

Assim, a Segunda Guerra Mundial marcou uma diferença entre o que era o sistema midiático antes e como ele ficou posteriormente. Antes da Segunda Guerra Mundial, os jornais eram financiados por grandes corporações e ao fim do conflito, muitos jornais acusados de colaborar com os Nazistas foram fechados e um novo sistema de imprensa foi construído por companhias independentes. Entretanto, nos dias atuais, de acordo com o portal *France Press*, quem financia a imprensa são os magnatas das tecnologias, os anunciantes e os patrocinadores.

Foram escolhidos para essa investigação dois dos jornais mais importantes da França, O *Le Monde* e o *Le Figaro*. A escolha desses dois jornais baseou-se no número de leitores em seus diários em papel e suas versões online. O *Le Monde*, segundo o site *FactSheet*, vendia em 2016 cerca de 300 mil cópias por dia<sup>32</sup> e online possuía cerca de 4 milhões de acessos<sup>33</sup>. O *Le Figaro*, segundo o mesmo portal, vendeu em 2016 cerca de 310 mil cópias diariamente<sup>34</sup> e online possuía pelo menos 4 milhões<sup>35</sup> de leitores. Na sequência uma breve apresentação dos jornais analisados.

### 4.3.1 *Le Monde*

O jornal foi fundado em 1944 em Paris, logo após a retirada dos alemães na França no fim da 2ª Guerra Mundial e faz parte do Grupo *La Vie-Le Monde*. De acordo com a Enciclopédia Britânica<sup>36</sup>, o *Le Monde* sob a direção de Hubert Beuve-Méry, apresenta-se como um órgão independente e sem financiamento privado ou público, “um dos poucos jornais que permanece

---

<sup>32</sup> Disponível em:

<http://factsheets.publicitas.com/Factsheets/intranet/detail.faces?factsheetid=MP6MP8&listName=pCList-> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>33</sup> Disponível em:

<http://factsheets.publicitas.com/Factsheets/intranet/detail.faces?factsheetid=MP6MPP> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>34</sup> Disponível em:

<http://factsheets.publicitas.com/Factsheets/intranet/detail.faces?factsheetid=FP1FP6&listName=pCList> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>35</sup> Disponível em:

<http://factsheets.publicitas.com/Factsheets/intranet/detail.faces;jsessionid=2D8009058777B23996A39FC60B2CE060.1?factsheetid=FP1FQ2> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Le-Monde> (acesso em: 15/08/2016)

internamente controlado por seus acionistas é *Le Monde*<sup>37</sup> tendo sido o primeiro do mundo desde 1995 a possuir um portal online<sup>38</sup>.

O *Le Monde* tem a particularidade de oferecer análises e opiniões sobre os acontecimentos e ideologicamente se encaixa no perfil de centro-esquerda<sup>39</sup>, sendo o favorito de intelectuais, acadêmicos, e funcionários públicos de alto escalão. Segundo o portal *About France*<sup>40</sup>, é o jornal francês mais vendido fora do país.



Figura 5: Portal do Jornal *Le Monde*  
Fonte: *Le Monde*  
(5/08/2016; acesso em 15/08/2017)

#### 4.3.2 *Le Figaro*

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.pressreference.com/Fa-Gu/France.html> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>38</sup> Disponível em: <https://about-france.com/french-newspapers.htm> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>39</sup> Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4295349.stm> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>40</sup> Disponível em: <https://about-france.com/french-newspapers.htm> (acesso em: 15/08/2016)

O jornal *Le Figaro* foi por muitos anos a voz política da classe conservadora francesa. O mais antigo jornal nacional francês foi fundado em 1826 e é sediado em Paris<sup>41</sup>. Logo após o final da 2ª Guerra Mundial, o *Le Figaro* continuou sendo a voz da classe média alta francesa, mas também mantinha uma linha editorial independente<sup>42</sup>. É considerado um jornal claramente conservador<sup>43</sup> e também o jornal que mais vende cópias diárias na França.



The image shows a screenshot of the Le Figaro website. At the top, there is a blue navigation bar with the logo 'LE FIGARO · fr' in white. Below the logo, there are several menu items: 'Premium', 'Actualité', 'Economie', 'Sport', 'Culture', 'Lifestyle', 'Madame', 'Figaro Live', 'Vox', 'Abonnez-vous', and a plus sign icon. The main content area features a large headline in black serif font: 'Polémique autour d'une journée «burkini» dans un parc aquatique'. Below the headline, there is a sub-headline in a smaller font: 'Par Paul de Coustin | Mis à jour le 04/08/2016 à 23:01 / Publié le 04/08/2016 à 20:00'. The central image shows a person in a bright pink burkini carrying a child on their shoulders, standing on a beach with waves in the background. Below the image, there is a dark blue banner with the text 'LE FIGARO PREMIUM' and '1€ le premier mois'. To the right of the banner, there is a comment count '914 commentaires' and a row of social media sharing icons for Facebook, Twitter, Google+, LinkedIn, and Email.

Figura 6: Portal do Jornal Le Figaro  
Fonte: Le Figaro  
(04/08/2016; acesso em: 15/08/2017)

<sup>41</sup> Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4295349.stm> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Le-Figaro> (acesso em: 15/08/2016)

<sup>43</sup> Disponível em: <https://about-france.com/french-newspapers.htm> (acesso em: 15/08/2016)

## Capítulo 5 - Discussões e Interpretação dos Resultados

Esse último capítulo tem como objetivo analisar os portais de notícias dos Jornais *Le Monde* e *Le Figaro*.

### 5.1 Elementos de Categorização

Na pré-análise das notícias (N), foram encontrados elementos que possuíssem certa incidência dentro dos textos nos respectivos jornais. Foram criadas três categorias (tabela 1) a fim de aferir o número de notícias pejorativas e apreciativas.

<i>Burkini</i>
Mulher Muçulmana
Cultura e Valores

Tabela 1: categorias para referir as notícias

Dessa forma, chegou-se ao final da pré-análise com o total de 8 elementos dentro das 3 categorias apresentadas, num total de 6 elementos pejorativos (-) e 2 elementos apreciativos (+).

<i>Burkini</i>
Terrorismo (-)
Imperialismo religioso (-)
Perturbação da ordem pública (-)

Tabela 2: Elementos *burkini*

<b>Mulher Muçulmana</b>
Direitos violados (+)
Vitima de religião (-)
Representatividade (+)

Tabela 3: Elementos “mulher muçulmana”

<b>Cultura</b>
Valores franceses (-)
Muçulmanos x Franceses (-)

Tabela 4: Elementos “cultura”

Essa seleção corresponde ao que Badin (1977) explica como sendo o tratamento do material. Para ele, “tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação-effectuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto” (p.103). Partindo dessa amostra, as unidades então foram recortadas, enumeradas e assim classificadas e agregadas.

Para saber se uma notícia comporta algum desses elementos citados anteriormente, foi traçado um plano de orientação. Abaixo segue uma apresentação do plano de cada um desses elementos. Na primeira parte os 6 elementos possuem características pejorativas.

1. “Terrorismo” - Todas as vezes que o uso do *burkini* foi sugerido como parte de uma coligação com os grupos e os atentados terroristas.
2. “Imperialismo Religioso” - Quando o *burkini* foi caracterizado como a vontade de demarcação de território por fundamentalistas religiosos.
3. “Perturbação da ordem pública” - Todas as vezes que a proibição do *burkini* foi justificada para evitar a perturbação da ordem pública.
4. “Vítimas da Religião” - Todas as vezes que classificaram a mulher muçulmana como subjugada pela religião.
5. “Valores Franceses”- Quando há uma valorização dos valores franceses e ao mesmo tempo uma desvalorização dos valores de outra sociedade, seja ela islâmica ou dos países anglo-saxões.
6. “Muçulmanos x Franceses” - Todas as vezes que a integração, a o respeito aos princípios franceses foram colocados como critérios de separação entre ser francês e ser muçulmano, sugerindo que ambos não estejam presentes em uma só pessoa.

No que se refere a características apreciativas, encontrou-se nos textos dois elementos: A representatividade (feminina/muçulmana) nas notícias a denúncia ao desrespeito das liberdades fundamentais, acusando uma violação dos direitos violados.

7. “Representatividade” - Todas as notícias que tiveram como fonte mulheres muçulmanas que usam o *burkini*.
8. “Direitos Violados” - Quando acusam a proibição do *burkini* de violar o direito e as liberdades fundamentais das mulheres.

A frequência com que os elementos são citados nos textos é importante para essa pesquisa, pois segundo Bardin (1977) “a abordagem quantitativa funda-se na frequência da aparição de certos elementos na mensagem” (p.141). Para chegar a um resultado na análise, foi estabelecido uma média de:

- Pelo menos três incidências de elementos pejorativos na mesma notícia para considerá-la pejorativa.

- Pelo menos duas incidências de elementos apreciativos para considerar a notícia apreciativa.

Cabe ressaltar que a notícia precisa ter uma maioria de elementos pejorativos para ser considerada pejorativa ou maioria de elementos apreciativos para ser considerada apreciativa. Dessa forma, será somada a quantidade de notícias com esses valores apreciativos ou pejorativos a fim de chegar a um resultado.

### 5.1.1 Le Monde

Notícias	Terrorismo	Imperialismo religioso	Perturbação da ordem pública	Direitos violados	Vítimas da religião	Valores franceses	Franceses x muçulmanos	Representatividade
N1		X	X					X
N2			X					
N3	X		X					
N4	X			X				
N5	X		X	X		X		X
N6	X	X	X	X				
N7			X					
N8		X	X					
N9			X			X	X	
N10				X			X	
N11			X	X		X	X	
N12		X	X					
N13							X	
N14		X		X	X	X	X	
N15		X			X	X	X	
N16	X	X	X		X		X	
N17	X	X	X	X	X			
N18	X	X	X	X				
N19			X	X	X			
N20		X			X	X		
N21			X	X		X		
N22				X		X		
N23	X			X	X	X	X	
N24	X	X	X	X				

N25								X
-----	--	--	--	--	--	--	--	---

Tabela 5: Incidências de elementos *Le Monde*

O *Le Monde* possui o total de 25 notícias analisadas. As que possuem pelo menos 3 elementos pejorativos em seu corpo são: N1, N5, N6, N9, N11, N14, N15, N16, N17, N18, N19, N20, N23 e N24. Um total de 14 notícias contendo os elementos supracitados, ou seja, mais da metade. Em contrapartida a N4, N10, N21, N22 e N25 foram as notícias que possuem elementos apreciativos.

### 5.1.2 *Le Figaro*

Notícias	Terrorismo	Imperialismo religioso	Perturbação da ordem pública	Direitos violados	Vítimas da religião	Valores franceses	Franceses x muçulmanos	Representatividade
N1	X		X		X	X		
N2				X	X	X	X	
N3			X					
N4		X		X	X	X	X	
N5	X	X			X			
N6	X	X	X			X		
N7	X			X	X	X	X	
N8								X
N9		X	X		X	X	X	
N10	X		X					
N11						X		
N12		X		X		X	X	
N13			X			X		
N14		X		X	X	X		
N15	X	X	X					
N16		X	X		X			
N17	X		X	X			X	
N18		X						
N19					X			
N20			X					X
N21		X		X	X			X
N22								

Tabela 6: Incidência de elementos *Le Figaro*

O Jornal *Le Figaro* possui um total de 22 notícias, dessas, 12 (N1, N2, N4, N5, N6, N7, N9, N12, N14, N15, N16 e N17) possuíam três ou mais elementos pejorativos no corpo da notícia. Portanto mais da metade das notícias das quatro semanas tiveram um número relativamente expressivo com as características pejorativas em relação ao *burkini*. No que se refere aos elementos considerados apreciativos, apenas as notícias N8, N20 e N21 são caracterizadas como a favor ou imparciais quanto ao *burkini*.

É importante observar que das 47 notícias analisadas, 25 reuniram no corpo do texto pelo menos três características pejorativas, tendo resultado em aproximadamente 53% das publicações.

## 5.2 Análise de Convicção (negativo, positivo e neutro)

Na segunda parte, será selecionado o que se pode chamar de **Convicção**. O resultado é oriundo da soma das notícias que possuem cada um dos tópicos citados. Assim procura-se saber qual a porcentagem das convicções expressas nos tópicos existentes nas notícias. Primeiramente referente ao corpo do texto: Título, Subtítulos, Destaques. E por último o que é referente aos dois objetos: Artigos de opinião e *Burkini*.

1. P: POSITIVO: Quando o tópico não denigre, ofende ou exclui os muçulmanos.
2. N: NEGATIVO: Quando há qualificação negativa em relação ao *burkini* e muçulmanos.
3. 0: NEUTRO: Quando não há juízo de valores para nenhuma das partes.

Abaixo a explicação mais detalhada de cada um.

1. Títulos - Primeiro enfoque da matéria.
2. Subtítulos: Separações dentro da matéria que salientam mais um assunto.
3. Destaques: Citações destacadas (repetidas) mais de uma vez na matéria.
4. Artigos de Opinião: Textos que apresentem o ponto de vista do autor.
5. *Burkini*: Traje usado pelas muçulmanas nas praias.

### 5.2.1 Títulos

O título é sem dúvida uma das primeiras impressões de uma notícia. É a partir dele que o leitor contempla a informação e decide se vale ou não a pena sua atenção. De acordo com Gradin (2000), o título serve para atrair o leitor, despertando seu interesse pelo que pode conter no texto, “por princípio desaconselha-se a utilização de títulos negativos (...) e interrogativos que sugiram que o jornal veicula rumores ou boatos” (p.71).

## Títulos das Notícias (LF)

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro

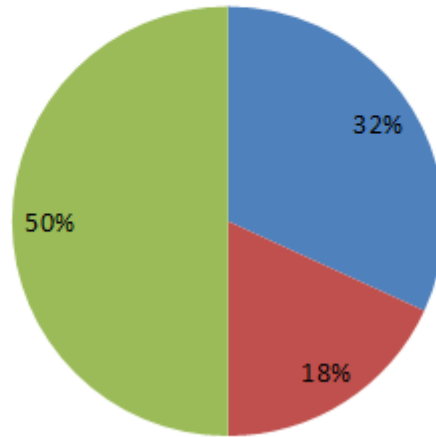


Figura7: Gráfico do título das notícias *Le Figaro*

Títulos neutros: n1,n3,n4,n5,n6,n7,n8,n12,n16,n21,n22.

Títulos positivos: n11, n13,n18,n20.

Títulos negativos: n2,n9,n10,n14,n15,n17,n19.

## Títulos das Notícias (LM)

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro

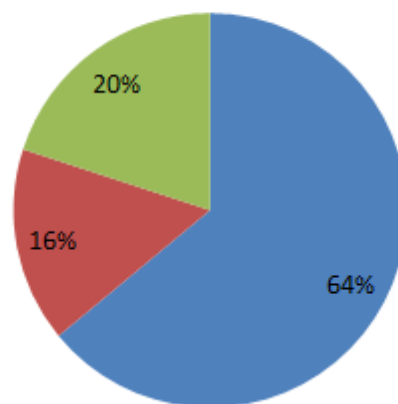


Figura 8: Gráfico do título das notícias *Le Monde*

Títulos neutros: n1,n6,n10,n22,n23.

Títulos positivos: n4,n13,n19, n25.

Títulos negativos: n2,n3,n5,n7,n8,n9,n11,n12,n14,n15,n16, n17, n18,n20,n21,n24.

A partir dos dados apresentados foi possível perceber que ambos os jornais apresentaram um valor significativo de negatividade nos seus títulos, entretanto apenas o *Le Monde* possuiu a uma maioria de títulos negativos, correspondendo a 64% dos títulos analisados. Enquanto o *Le Figaro* atingiu 50% de neutralidade e 32% de títulos caracterizados como negativos.

Sendo assim, calcula-se que das 47 notícias de ambos os jornais nas quatro primeiras semanas após a primeira proibição resultam um total de 48,94% de títulos negativos contra 34,04 neutros e 17,02 positivos.

### 5.2.2 Subtítulo

Os subtítulos geralmente são utilizados em textos maiores, nos quais há uma necessidade estética de compilação a fim de orientar o leitor sobre o que será dito. É uma tática organizacional do texto. Portanto servem, assim como os outros objetos analisados, para garantir que a pesquisa buscou assentar em todas as nuances das notícias. É imprescindível destacar que nem todas as notícias possuíam no seu corpo subtítulo e também que algumas possuíam mais de um subtítulo.

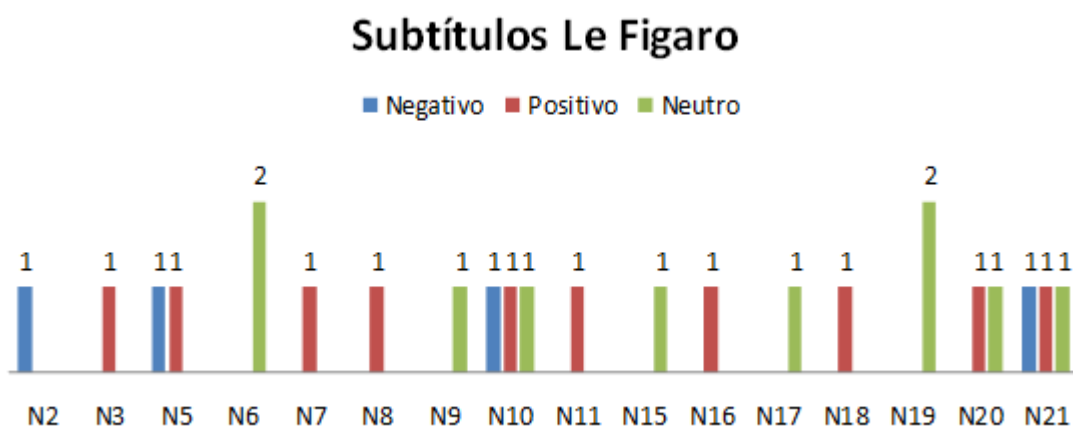


Figura 9: Gráfico dos subtítulos das notícias *Le Figaro*

Dos 25 subtítulos das 16 notícias apresentadas, 05 foram negativos, 10 positivos, e 10 foram neutros.

## Subtítulos Le Monde

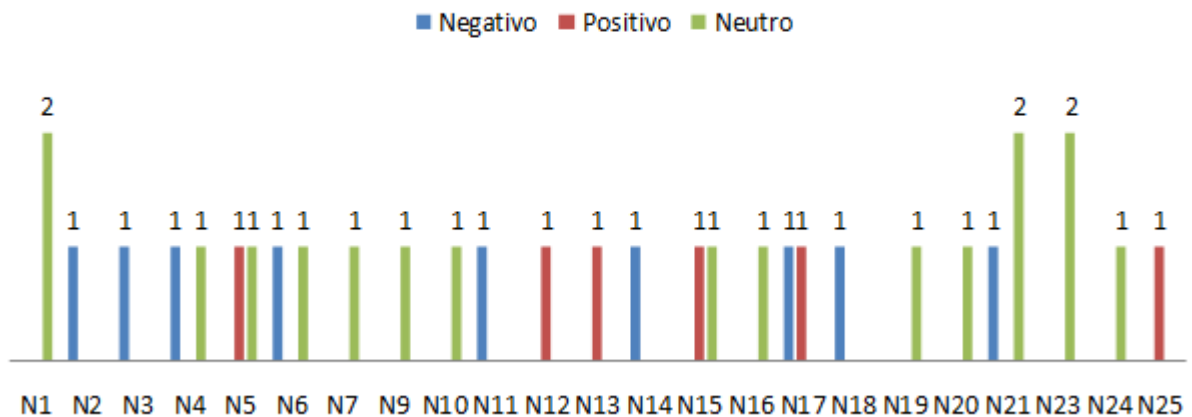


Figura 10: Gráfico dos subtítulos do *Le Monde*

Dos 32 subtítulos presentes nas 23 notícias selecionadas, 9 foram negativos, 6 positivos, e 17 foram neutros.

Observa-se que diferentemente dos títulos que possuíram maioria negativa, os subtítulos apresentam uma incidência positiva de 47,37% nos 57 subtítulos existentes nos textos de ambos os jornais. Tendo ainda 28,07% de subtítulos neutros e apenas 24,56% de subtítulos negativos.

### 5.2.3 Destaques

Os destaques referem-se a frases que foram evidenciadas nos textos, sendo repetidas e ressaltadas no corpo da notícia para destacar uma opinião ou uma fonte importante dentro do contexto noticiado. Coube aqui analisar que ideias, fontes e tendências foram relevantes para a construção das notícias sobre a proibição do *burkini*.

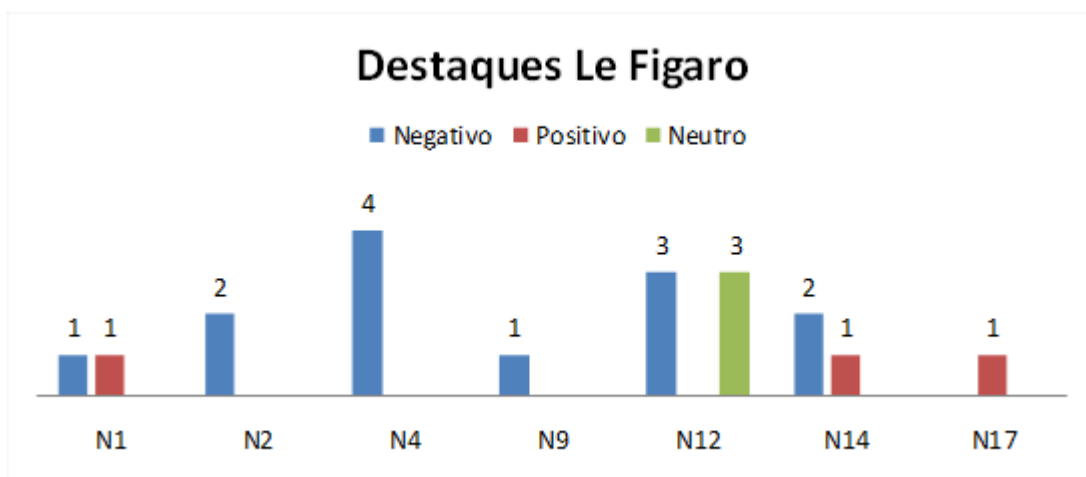


Figura 11: Gráfico dos destaques do *Le Figaro*

Dos 18 destaques presentes nas sete notícias do *Le figaro*: 13 foram negativos, 3 positivos e 3 neutros.

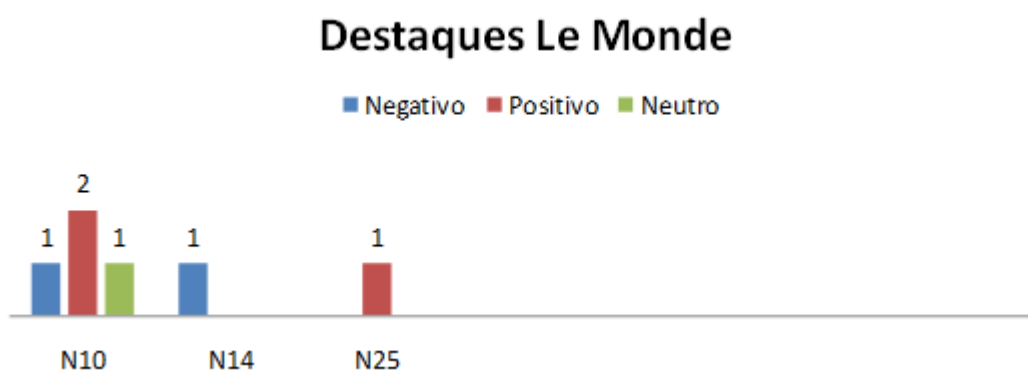


Figura 12: Gráfico dos destaques do *Le Monde*

Dos 6 destaques presentes nas 3 notícias do *Le Monde*: 2 foram negativos, 3 positivos e 1 neutro.

Das 47 notícias de ambos os jornais, apenas 10 (21,28% das notícias) possuíam destaques nos seus textos, somando um total de 24 destaques. Desses, 16,67% e 25% eram neutros e positivos, respectivamente, enquanto 62,50% eram negativos.

#### 5.2.4 Artigos de Opinião

Artigos de opinião são textos em que o autor pode expressar livremente seu ponto de vista. No contexto dessa pesquisa, os artigos exprimem seus ângulos de pensamento. Segundo Gradim (2000), o objetivo é “afirmar determinadas posições pessoais, aduzindo argumentos a esse favor; e levar os outros a aderirem a tais teses e conclusões” (p.93).

Sendo o seu objetivo transparecer fielmente seu ponto de vista, a pessoa que escreve o artigo de opinião está ciente que não precisa ser imparcial, “mas admite e deseja que estas sejam partilhadas e adoptadas por um grande número de receptores dessa opinião- é esse o sentido da argumentação: converter, convencer, arregimentar” (p.94). Assim, assume-se que o mesmo vale para fundamentar o resultado das convicções dos artigos de opinião.

### Artigos de opinião LF (total:5)

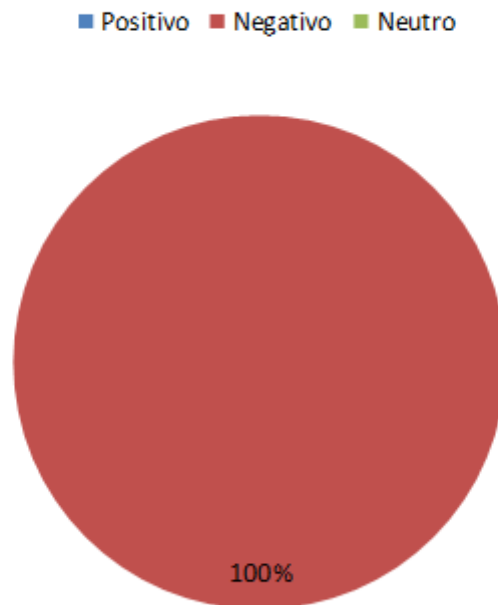


Figura 13: Gráfico dos artigos de opinião do *Le Figaro*

Dos cinco artigos de opinião identificados (n4,n12,n14,n17,n19) no portal do *Le Figaro*, todos foram contrários ao uso do *burkini* nas praias francesas.

## Artigos de Opinião LM (total: 2)

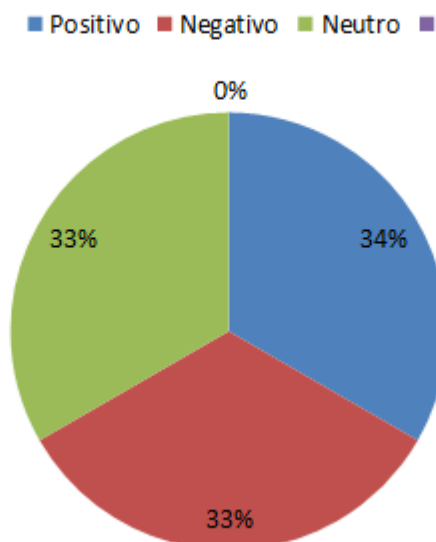


Figura 13: Gráfico dos artigos de opinião do *Le Monde*

Com estes dados, observou-se que dos dois artigos selecionados no *Le Monde*, um foi neutro (n22) e outro possuiu dois pontos de vista, negativo e outro positivo (n16<sup>44</sup>).

Assim, dos 7 artigos recortados de ambos os jornais, 6 foram negativos, 1 positivo e 1 neutro.

### 5.2.5 Posicionamento a respeito do *Burkini*

Os gráficos demonstram de que maneira o *Burkini* é citado segundo sua adjetivação.

- Negativo: refere-se as vezes que o traje foi caracterizado como opressor, anti-higiênico, imperativo e segregado.
- Positivo: quando há um favorecimento ao traje, descaracterizando a forma pejorativa com que é referenciado. Todas as vezes que há apoio a não proibição.
- Neutro: quando não há caracterização nem positiva nem negativa. Quando o *Burkini* é referenciado sem adjetivação.
- Negativo e positivo: notícias que apresentaram o *Burkini* das duas maneiras.

<sup>44</sup> Essa notícia é um Editorial do *Le Monde*, mas para a finalidade da análise preferiu por não fazer distinção entre Editorial e Artigo de opinião, visto que ambos apresentam um posicionamento sobre o que se está sendo analisado.

## BURKINI (LE FIGARO)

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro ■ Positivo e negativo

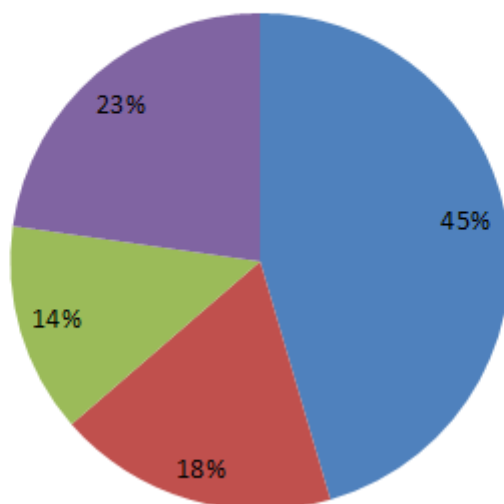


Figura 15: Gráfico sobre o *burkini* no Le Figaro

Das 22 notícias analisadas no portal do *Le Figaro* nas primeiras quatro semanas da proibição, 10 foram negativas (n2,n4,n5,n6,n9,n10,n12,n14,n17,n19), 05 (n13,n15,n16,n18,n21) tiveram características negativas e positivas ao mesmo tempo, 04 foram apenas positivas (n7,n8,n11,n20) e 03 (n1,n3,n22) foram neutras, não demonstrando nenhum tipo de convicção em relação ao traje ou a sua proibição.

## BURKINI (LE MONDE)

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro ■ Positivo e negativo

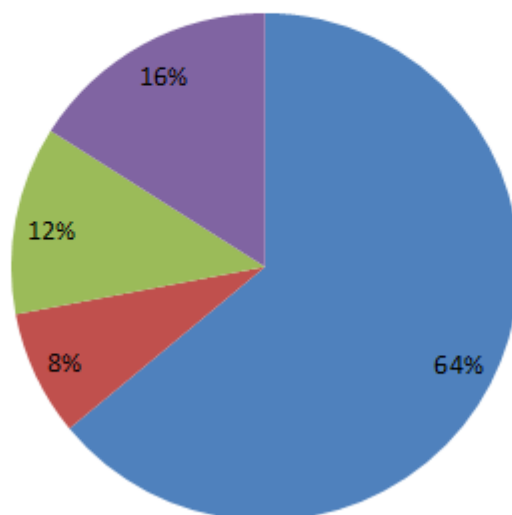


Figura 16: Gráfico sobre o *burkini* no Le Monde

Em relação as 25 notícias analisadas no *Le Monde*, 16 destas (n3, n4, n5, n6, n7, n8, n12, n13, n14, n15, n17, n18, n20, n21, n23, n24), cerca de 64% delas, apontaram negativamente a respeito do *Burkini*, enquanto apenas 02 (n10, n25) foram positivas; outras 04 (n9, n11, n19, n16) apresentaram convicções negativo e positivo, e 03 (n1, n2, n22) foram neutros.

Na totalidade das 47 notícias, 12,77% foram positivas e a mesma porcentagem neutras, enquanto 19,15% foram ao mesmo tempo positivas e negativas, e mais da metade, 55,32% foram totalmente negativas ao uso do *Burkini*. Assim conclui-se que relativamente as notícias a respeito da proibição do *Burkini*, a maior parte das notícias utiliza elementos que classificam o traje negativamente.

### 5.2.6 Análise Comparativa do *Le Monde* e do *Le Figaro*

Com base na análise dos dados retirados dos jornais, no que diz respeito as publicações referentes a proibição do *burkini*, esperava-se que por razões das diferenças ideológicas, ambos apresentassem inclinações pouco semelhantes. Entretanto, foram encontradas mais similaridades do que diferenças.

Adiante, um apanhado geral das diferenças e similaridades encontradas nas publicações referente a proibição do *burkini* em ambos os portais.

No que diz respeito a proporção do conteúdo apresentado, o portal do jornal *Le Figaro* possui notícias mais extensas, discorrendo mais sobre os acontecimentos, e mais presença das fontes, ou seja, as notícias são mais descritivas. Já o *Le Monde* apresentava notícias mais curtas, assim, o espaço dado as pessoas envolvidas, comparado ao *Le Figaro*, é menor.

A justificativa para esse resultado pode ser referente ao público de cada jornal. O *Le Figaro*, direcionado a classe mais conservadora e consideravelmente elitista, enquanto o *Le Monde* se orienta à um público de centro-esquerda, que é uma ideologia mais presente nas alas mais progressistas e jovens da sociedade.

O jornal *Le Figaro* possui mais destaques dentro das suas notícias quando comparado ao *Le Monde*, e na maioria das vezes são opiniões destacadas de autoridades políticas, ativistas, professores, etc., e em maior parte negativas, como pôde ser visto na análise. Enquanto o *Le Monde* que apresenta um número bem menor de destaques, apresentou-os de forma mais equilibrada, com quadros positivos, negativos e neutro.

Em contrapartida, no que diz respeito aos títulos, o *Le Figaro*, ao contrário do que se esperava apresentou mais títulos neutros do que negativos. Ao passo que o *Le monde* apresentou em mais de 60% títulos negativos em relação ao *burkini*.

No que diz respeito as similaridades encontradas, ambos os jornais se referiram mais de forma negativa do que de forma positiva ou neutra a proibição, o que ficou evidenciado nas análises. Embora a vertente ideológica pudesse ser algo que diferenciasse as perspectivas na posição dos jornais, as informações foram dadas quase da mesma maneira e fizeram múltiplas vezes uso das mesmas associações pejorativas.

Partindo do número de notícias analisadas de cada jornal, o posicionamento e as conclusões foram quase sempre muito semelhantes. Inclusive as fontes usadas foram quase sempre as mesmas, governantes, ativistas e advogados<sup>45</sup>.

Esperava-se que o jornal *Le Monde*, de centro-esquerda, fosse mais representativo e tivesse um viés mais liberal, porém das 25 notícias analisadas, apenas 5 foram consideradas representativas ou apoiantes dos direitos das mulheres em usar o traje que quisessem. Um número pouco representativo para um jornal que se orienta de forma mais progressista, ou seja, revolucionária e moderna.

Das 22 publicações do jornal *Le Figaro*, apenas 3 foram de alguma forma representativa ou defensora do direito das mulheres. O que é esperado de uma ideologia conservadora é que ela represente os valores tradicionais e seja reversa a mudanças sociais. Dos 5 artigos publicados

---

<sup>45</sup> Os artigos de opinião não se encaixam nessa observação.

no *Le Figaro*, todos foram negativos. Não houve um artigo selecionado, nos critérios da pesquisa, que desse voz a minoria muçulmana e feminina que defendia o *burkini*.

No caso do *Le Monde*, esperava-se encontrar notícias mais heterogêneas, ou seja, que desse voz a diferentes pontos de vista. O que não foi encontrado. Entretanto, nos seus 2 artigos (1 Editorial), apresentou neutralidade em um, e no outro apresentou a perspectiva negativa e a positiva da proibição.

No geral, o *Le Figaro* continuou a ser um jornal mais conservador, mas em alguns momentos menos do que o *Le Monde*, como por exemplo nos títulos, subtítulos e até mesmo no posicionamento relativo ao tratamento do *burkini*. Esse resultado apresenta uma importante realidade dos veículos de notícia franceses, que no caso da proibição do *burkini*, apresentou pouca diferenças na maneira como noticiaram as proibições.

Recaptulando o que foi dito no capítulo 1, a imagem dos Estados se fortalece a partir dos discursos de medo e de perigo do que vem de fora. E consternam a população através das imagens alarmantes dadas pela mídia, ao ponto de formar um pensamento quase que totalitário, ou seja, que possui apenas uma perspectiva.

O governo, ao proibir o uso do *burkini*, justificou-se de forma generalista, ou seja, não havendo de fato uma explicação plausível para a proibição. A mídia expôs o assunto e apresentou tendenciosamente o ponto de vista dos que proibiram.

E por último, a opinião pública consumiu as imagens que lhes foram dadas através dos diferentes canais de informação, que mesmo que distintos, ofereceram o mesmo ponto de vista. Isso é o que Saeed (2007) caracterizou como a valorização do pensamento de uma elite que está no poder, seria uma prática do *soft power*, que através de mecanismos sutis, atrai e consegue aquilo que almeja.

Na análise teórica entendeu-se que o jornalismo é passível de muitas influências, por exemplo, governamentais, econômicas, etc., e que exerce uma fração importante de influência sobre a opinião pública. Na corrida eleitoral de 2017, por exemplo, a mídia francesa trouxe Macron como a grande esperança para o país e destacava em várias publicações as promessas do então candidato em relação aos imigrantes, enquanto atacava Le Pen e seu conservadorismo de extrema-direita.

No momento de decisões políticas que a França passou recentemente, na quase eleição de Marine Le Pen, uma candidata de extrema-direita, e do outro lado um candidato de centro-esquerda, que venceu as eleições defendendo valores liberais, Macron teve o suporte da mídia

na sua candidatura, estampando dezenas de revistas e capas de jornais, que o chamavam de “A escolha moderna” em comparação aos outros candidatos.<sup>46</sup>

De um lado a mídia francesa mantém um viés tradicionalista, de outro arrisca no que é oferecido por um político liberal. Não é o âmbito da pesquisa, mas percebe-se que por um lado os grandes empresários donos dos conglomerados de mídia defendem a abertura da França (econômica), mas de outro aliena as minorias (imigrantes) e reafirma os valores conservadores. Além do resultado da análise, o resultado das eleições francesas leva-nos a perceber que há sim uma influência muito importante nas mãos dos veículos de notícia e que é usada com conhecimento e assertividade.

---

<sup>46</sup> “How the french media turned Emanuel Macron into a presidential candidate”. Disponível em: [https://www.vice.com/en\\_nz/article/4xkw4w/how-the-french-media-turned-emmanuel-macron-into-a-presidential-candidate](https://www.vice.com/en_nz/article/4xkw4w/how-the-french-media-turned-emmanuel-macron-into-a-presidential-candidate) (acesso em 26/09/2017)

## Considerações finais

Mediante o conteúdo teórico estudado e a análise dos dados recolhidos durante a pesquisa, foram constatados pontos importantes que merecem ser citados e ressaltados na conclusão dessa investigação. Com o intuito de facilitar a compreensão e de compilar tudo o que foi dito antes. Por essa razão decidiu-se por fazer comentários relacionando as teorias, análises, hipóteses, perguntas, objetivos e problema.

Ao analisar os dados dos Jornais *Le Monde* e *Le Figaro*, procurou-se não só compará-los, mas também chegar a uma perspectiva mais ampla de qual foi o comportamento da imprensa francesa no que diz respeito à proibição do burkini.

Tendo em mente que o intuito dessa investigação foi entender qual o papel do jornalismo atual numa sociedade que enfrenta conflitos culturais, partindo da do pressuposto que ao jornalismo cabe esclarecer e noticiar eventos buscando a imparcialidade, evitando preconceitos e juízo de valores da sociedade.

No primeiro capítulo foi apresentada a importância da construção das notícias, no que diz respeito ao conteúdo e ao jornalista. Na perspectiva apresentada pela teoria do agendamento, foi compreendida a importância dos efeitos exercidos pelos mass media. Nesse âmbito entende que a comunicação em massa é imprescindível para que as informações cheguem ao público. De acordo com McCombc (2006), “a agenda da mídia define a agenda pública” (p.5). Ou seja, além de decidir aquilo que chegará ao conhecimento do público, a mídia também acaba por induzir a interpretação do acontecimento.

O pseudo ambiente do homem, composto pelos estereótipos e pelas imagens pré-existentes, acabavam por distorcer os fatos e de acordo com Lippmann (1998) “primeiro definimos e depois vemos” (p.xvi). No que diz respeito aos responsáveis, na visão do autor (1998), a mídia assume essa papel. Sendo criadas através dela as interpretações da realidade e a ligação entre os acontecimentos e imagens.

A partir da leitura teórica foram inquiridas duas questões. A primeira dizia respeito a preocupação de ambos os jornais (*Le Monde* e *Le Figaro*) em publicar artigos de opinião que possuíssem mais de um ponto de vista. Nesse sentido, buscou-se responder se os jornais demonstraram ser ou não partidários, no que era referente a proibição, partindo da premissa apresentada por Gradim (2000), de que o objetivo do artigo de opinião é defender determinadas posições pessoais a fim de levar os outros a seguir a mesma opinião. Mas levando em consideração que essas afirmações e conclusões já são adotadas por um número significativo de pessoas.

Diante do número de notícias, nas primeiras 4 semanas da proibição foram encontrados sete artigos, sendo um contra a proibição e seis a favor. Dessa forma, respondendo a primeira pergunta, conclui-se que os jornais não procuraram ser imparciais. O *Le Monde*, com dois artigos, durante esse período, teve um artigo negativo ao burkini e outro artigo com uma perspectiva contra e a favor do traje. Enquanto o *Le Figaro* foi negativo ao traje nos 5 artigos de opinião publicados.

No que diz respeito ao *burkini*, a segunda pergunta se referia a opinião dos jornais sobre o traje de banho. Se eram a favor ou contra na maioria das vezes. Assim, como explicado nos critérios da análise, o burkini teve na maioria das vezes, 55,32%, de referências negativas em ambos os jornais (64% das notícias do *Le Monde* e 45% das notícias do *Le Figaro*).

Seguindo essa linha de raciocínio e a análise dos resultados, notou-se numa primeira parte que a hipótese de que “Os jornais Franceses *Le Monde* e *Le Figaro* estariam delimitando os muçulmanos como uma ameaça para a nação francesa”, se confirmou. A partir da aferição de elementos considerados pejorativos, que conjugam de maneira maniqueísta as mulheres que usam o traje, fazendo excessivas comparações entre o *burkini* e o Terrorismo, o Imperialismo Religioso, e Perturbação da ordem pública, a exaltação dos valores franceses e divisão entre os Franceses e Muçulmanos, levam a conclusão de que através da imagem gerada pela mídia, os muçulmanos são marginalizados e levados a uma posição de ameaçadores na sociedade francesa. Para relembrar, das 47 notícias, 25 reuniram no corpo do texto pelo menos três características pejorativas, tendo resultado em aproximadamente 53% das publicações.

Isto posto, pode-se argumentar que existe uma discriminação em relação aos muçulmanos, e como comentado no capítulo 3, o islã estaria representando um novo inimigo a ser combatido pelo Ocidente (Donnan & Stokes, 2002), com as etiquetas “terrorista”, “fundamentalistas” e “mulheres oprimidas”. Said (2008) ressalta a proporção e o perigo que essas diferenciações tomaram a partir da mobilização do medo, do ódio, da presunção e da arrogância, fazendo uma divisão entre “Ocidentais” e “Orientais”.

A partir do que foi apresentado no capítulo 2 pela teoria Pós-estruturalista, pode-se defender o pressuposto na visão de Foucault (1997), de que o discurso é uma ferramenta de poder e que também é através das práticas sociais que as tipificações de identidades se desenvolvem. Assim como na perspectiva de Correia (2009), percebe-se que a maneira de interpretar as atividades e os acontecimentos do cotidiano está diretamente relacionada com a interação e o processamento das informações recebidas e também o processo sociocultural no qual o sujeito está inserido. Portanto, a forma como a proibição do *burkini* e a impressão sobre os muçulmanos são expostos nas notícias está estreitamente relacionada com o estabelecimento de estereótipos e preconceitos vistos nos títulos, subtítulos e também nas categorias negativas apresentadas.

Assim, no que se refere a construção dos textos que foram analisados através dos títulos, subtítulos e destaques, das 47 notícias analisadas nas quatro primeiras semanas após a primeira proibição do *burkini*, um total de 48,94% de títulos foram considerados negativos, enquanto 34,04% foram neutros e 17,02% positivos. Os subtítulos, entretanto, apresentaram uma incidência positiva de 47,37% nos 57 subtítulos encontrados nas notícias de ambos os jornais. Outros 28,07% de subtítulos foram considerados neutros e apenas 24,56% foram negativos. Os destaques foram encontrados apenas em 10 notícias (21,28%), resultando um total de 24 destaques. Desses, 16,67% e 25% são neutros e positivos, respectivamente, enquanto 62,50% são negativos.

A segunda hipótese partiu da ideia de que haveria uma diferença nas abordagens dos jornais na forma de noticiar a proibição do traje de banho islâmico. Entretanto a hipótese 2 (Em função da ideologia política associada a cada um dos jornais as notícias terão abordagem diferente sobre a proibição do traje) não se confirmou. Logo na pré análise foi constatado que as abordagens dos jornais eram praticamente idênticas, possuíam as mesmas fontes, as mesmas justificativas e os mesmos pontos de vista. Das 25 notícias do *Le Monde*, 14 apresentaram 3 ou mais incidências pejorativas no texto (mais da metade das notícias). O *Le Figaro*, com 22 notícias, apresentou 12 também com 3 ou mais elementos pejorativos (mais da metade).

Essa segunda hipótese pôde ser mais explorada na comparação feita anteriormente na análise empírica. Onde alguns detalhes como as similaridades e as diferenças foram expostas, além disso, também foi apresentado aquilo que era esperado antes da análise se iniciar. A concepção pré análise era de que dois jornais ideologicamente diferentes, não dariam o mesmo tratamento a um acontecimento que em si já é doutrinário, ou seja ideológico. A princípio esperava que o *Le Monde* tivesse um posicionamento diferente, mais tolerante, entretanto ele apresentou uma disposição muito similar a de um jornal conservador, no caso o *Le Figaro*. No que diz respeito a esse último, o resultado obtido foi o esperado, o *Le Figaro* é um jornal desde o princípio direcionado a elite francesa e que por conseguinte possui uma posição mais conservadora no que diz respeito a opinião política e cultural.

A terceira hipótese, direcionada a investigar a participação feminina era: “Falta representatividade feminina-muçulmana nas publicações do *Le Monde* e *Le Figaro*”. Essa hipótese também foi verificada e comprovada, já que das 47 notícias, apenas 4 notícias foram representativas, ou seja, tinham como fonte uma mulher muçulmana que usasse o *burkini*. É compreensível que num contexto de imediatismo, onde as notícias online devem ser atualizadas a cada minuto, haja pouco tempo e espaço para desenvolver mais as notícias. Mas seria importante disponibilizar notícias menos generalistas e mais informativas para os conteúdos livres de assinaturas, já que são esses que são os mais acessíveis para a maioria do público online que acessa esses portais.

Lippman (1995) elucidou, entretanto, que a notícia e a verdade não são a mesma coisa, pois, a função da primeira é descrever um acontecimento, enquanto a segunda é trazer à tona fatos ocultos. O que pode ser um problema, se se partir do princípio de que os jornalistas só podem se referir ao que são capazes de possuir em sua consciência, e de acordo com Newmann (1995), é o que chega ao leitor, que no fim só poderá explicar o mundo mediante aquilo que absorveu nas notícias. Assim, é estabelecida uma forma igual de pensar, no fim das contas é o que se pode designar por opinião pública. Para McNair (2004), o jornalismo é parte de um aparato cultural, cuja principal função é manter relações de dominação e subordinação entre grupos fundamentalmente desiguais” (p.22).

Constata-se com base nos resultados obtidos na sequência dos objetivos, no que condiz ao problema da pesquisa, que não acredita-se que exista um esforço da mídia francesa, no que diz respeito aos seus dois maiores jornais, de disseminar de forma imparcial as informações relacionadas a uma minoria étnica e religiosa. Com base na análise, concluiu-se que a maioria das notícias possuía a mesma visão do fato. A narração dos fatos por vezes foi repetitiva e maçante, quando comentavam os mesmos assuntos, as mesmas falas e as mesmas fontes por vezes. Por exemplo, a declaração do Primeiro Ministro Manuel Valls, de que a proibição do *burkini* era para evitar a perturbação da ordem pública. Essa opinião foi exposta em quase todas as notícias.

Ao ler as notícias de ambos os jornais, dificilmente se nota a presença de posicionamento político e ideológico, mas através da análise minuciosa, pôde-se encontrar algumas características preocupantes. Ademais, não cabe aqui medir a influência que essas publicações tiveram na opinião pública francesa, mas cabe enfatizar o que as publicações representaram. A partir de todas as teorias investigadas, conclui-se que no que diz respeito as publicações, podemos considerar que de fato não houve uma preocupação dos jornais em serem imparciais.

Sabe-se que o jornalista não tem o controle total sobre seu ofício, pois dentro das redações as notícias passam por toda uma seleção e correção até chegar ao público final. E tão pouco as grandes corporações de mídias se importam em serem imparciais, se preocupando com as minorias, muito pelo contrário, sabe-se que essas empresas fortalecem o status quo das elites.

Entretanto, o intuito dessa investigação foi a de mostrar através uma análise particular das notícias expostas pela mídia sobre uma minoria, como é preciso que cada leitor faça um esforço pessoal de ler além das entrelinhas e também de incentivar os futuros profissionais de jornalismo a entender a relevância do seu trabalho na sociedade.

Tendo em vista todo o conteúdo apresentado, pôde-se perceber que as ideologias, os discursos, as imagens, etc, podem influenciar ou fortalecer preconceitos e estereótipos que são forjados na opinião pública. No que se refere a forma como a proibição do *burkini* foi noticiada em dois importantes jornais nacionais e as imagens de um traje opressor, até anti-higiênico, a

justificativa de manter a ordem, a comparação entre o *burkini* e um movimento terrorista, a constante enaltação dos valores franceses, como se fossem superiores a outros valores culturais, a falta de voz da comunidade muçulmana nas notícias, e assim por diante, mostram que aos grandes meios de comunicação pouco importa o reflexo do seu discurso.

É necessária, portanto, uma reflexão e talvez a criação de algum método ou de algum setor dentro dos diversos veículos de informação, que estejam preocupados com esses infortúnios. Mesmo que seja uma ideia difícil, visto o momento pelo qual passa o jornalismo ao comportar a cada dia uma redução de profissionais nas edições das notícias, é importante continuar a discutir essa possibilidade, pois mediante tudo o que foi apresentado, sabe-se do importante papel dos meios de comunicação, tanto como fiscal dos governos, quanto como promotor de opiniões na sociedade.



## Referências Bibliográficas

Arendt, H. (02/1967). Truth and Politics. The New Yorker. Disponível em: <https://idanlandau.files.wordpress.com/2014/12/arendt-truth-and-politics.pdf>

Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Baudrillard, J. (1991). A sociedade de consumo. Lisboa: Arte & comunicação. Edições 70.

Berger, P. & Luckmann, T. (1997). A construção social da realidade. 14ª edição. Petrópolis: Vozes.

Blázquez, N. Coordenado por: Perales, E.B. (1995). Éticas de la Información y Deontologías del periodismo. Capítulo 10: UNESCO: principios de ética profesional del periodismo Madrid: Editorial Tecnos. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=5570>. Acesso em: 03/03/2017

Cardoso, M. J. d'E. (2010). Sobre a teoria do valor em Saussure, Marx e Lacan. *Estudos Semióticos*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>. Acesso em: 10/04/2017

Carta de deveres profissionais dos jornalistas franceses. (1918). Disponível em: <http://www.snj.fr/content/charte-d%E2%80%99%C3%A9thique-professionnelle-des-journalistes>. Acesso em: 12/02/2017.

Carta de Ética do Grupo Le Monde. (2010). Disponível em: [http://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2010/11/03/la-charte-d-ethique-et-de-deontologie-du-groupe-le-monde\\_1434737\\_3236.html](http://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2010/11/03/la-charte-d-ethique-et-de-deontologie-du-groupe-le-monde_1434737_3236.html). Acesso em: 10/02/2017

Código europeu de deontologia jornalística. (1993). Disponível em: [http://www.asociacionprensa.org/es/images/Codigo\\_Deontologico\\_Europeo\\_de\\_la\\_Profesion\\_Periodistica.pdf](http://www.asociacionprensa.org/es/images/Codigo_Deontologico_Europeo_de_la_Profesion_Periodistica.pdf). Acesso em: 14/02/2017.

Correia, J. (2009). Teoria Crítica do Discurso Noticioso. Covilhã: LabCom. Disponível em: [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110819-correia\\_teor%C3%ADa\\_critica\\_discurso\\_noticioso.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110819-correia_teor%C3%ADa_critica_discurso_noticioso.pdf) 2009. Acesso em: 20/03/2017

Correia, J. (2011). O admirável mundo das notícias. Covilhã: LabCOM. Disponível em: [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/publicacoes/201509031123-o\\_admiravel\\_mundo\\_das\\_noticias\\_2011\\_.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/publicacoes/201509031123-o_admiravel_mundo_das_noticias_2011_.pdf). Acesso em: 04/04/2017

Country Meters. População Francesa atual. Disponível em: <http://countrymeters.info/fr/France>. Acesso em: 04/03/2017.

- Curran, J. (2002). *Media and Power*. London & New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Davis, H. H. (1985). *Discourse and Media Influence*. In Van Dijk, T. (ed). *Discourse and Communication: New Approaches to the Analysis of Mass Media Discourse and Communication*. (pp.44-59). Berlin: Walter de Gruyter. Disponível em: <http://web.asc.upenn.edu/gerbner/Asset.aspx?assetID=1624>. Acesso em: 20/04/2017.
- Declaração da FIJ (Declaração de Bordéus). Disponível em: <http://www.jornalistas.eu/?n=8446>. Acesso em 10/12/2016.
- Declaração da UNESCO sobre os Media. (1983). *Princípios internacionais da ética profissional no jornalismo*. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>. Acesso em: 05/02/2017
- Declaração de Munique. (1971). Disponível em: <http://www.jornalistas.eu/?n=8445>. Acesso em 10/12/2016.
- Derrida, J. (1995). *A escritura e a Diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Dimaggio, A. (2008). *Mass media, mass propaganda: Examining American News in the “War on Terror”*. Lanham: Lexington Books.
- Donnan, H, & Stokes, M. (2002). *Interpreting Interpretations of Islam*. In Donnan, H. *Interpreting Islam*. (pp.20-31). London: SAGE.
- Eldridge, J. (2003). *Getting the message: News, truth and Power*. London & New York: Glasgow University Media Group. Routledge, Taylor & Francis Group.
- Elias, J. (1999). *Islamismo*. Lisboa: Edições 70.
- Fairclough, N. (2006). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- Flick, U. (2009). *Introdução a pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (1997). *A ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- Gerbner, G. (1985). *Discourse and Communication, New Approaches to the Analysis of Mass Media Discourse and Communication*. Editado por Teun A. van Dijk. Capítulo: *Message system analysis as a component of cultural Indicators*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- Gerbner, G. (1985). *Mass Media Discourse: Message System Analysis as a Component of Cultural Indicators*. In Van Dijk, T. (ed). *Discourse and Communication: New Approaches to the Analysis*

of Mass Media Discourse and Communication. (pp.13-25). Berlin: Walter de Gruyter. Disponível em: <http://web.asc.upenn.edu/gerbner/Asset.aspx?assetID=1624>. Acesso em: 20/04/2017.

Gessier, V. (2010). "Islamophobia: a French Specificity in Europe?". *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*: Vol. 8: Iss. 2, Artigo 6. Disponível em: <http://scholarworks.umb.edu/humanarchitecture/vol8/iss2/6>. Acesso em: 22/01/2017

Giddens, A. (1989). A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda.

Gordon, D.; Kitross, J. M.; Merrill, J. C.; Babcock, W. A.; Dorsher, M. (2011). *Controversial in Media Ethics*. New York: Routledge. 3ª Edição disponível em: [https://www.homeworkforyou.com/static/uploadedfiles/User\\_82892672016TEXTBOOKControversiesinMediaEthics\(1\).pdf](https://www.homeworkforyou.com/static/uploadedfiles/User_82892672016TEXTBOOKControversiesinMediaEthics(1).pdf). Acesso em: 11/03/2017

Gradim, A. (2000). *Manual de Jornalismo. Estudo de comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Habermas, J. (1996). *Racionalidade e Comunicação*. Lisboa: Edições 70.

Hall, S. (2003). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage publications Ltd.

Heck, M. C. (1996). *Culture, Media, Language. The Ideological Dimension of Media Messages*. In Hall, S. Hobson, D. Lowe, A. & Willis, P. *Center for contemporary cultural studies*. (pp.122-127). London: Routledge.

Huntington, S. P. (1998). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. London: Touchstone Books.

Jones, M. & Jones, E. (1999). *Mass Media*. New York: Palgrave.

Kuhn, R. (2011). *The Media in Contemporary France*. Glasgow: Open University Press.

Lasswell, H. (1971). *Propaganda technique in World War I*. Cambridge: The M.I.T. Press.

Lechte, J. (2001). *Fifty Key Contemporary Thinkers: From structuralism to postmodernity*. New York: Routledge.

Lipmann, W. (1998). *Public Opinion*. London: Transaction Publishers.

Lyman, Stanford M. & Vidich, Arthur, J. (2000). *Selected Works of Herbert Blumer- A public philosophy for mass society*. Chicago: University of Illinois Press.

Martins, S. (2007). *Muçulmana e mulher. A representação das mulheres muçulmanas na imprensa*. Lisboa: Livros horizontes.

McCombs, M. (2006). *Setting the Agenda. The mass media and public opinion*. Cambridge: Polity Press.

McNair, B. (1998). *The Sociology of Journalism*. London: Arnold Publishers.

McQuail, D. (2003). *Modelos de Comunicação: Para o estudo da comunicação de Massas*. Lisboa: Notícias.

Mills, S. (2004). *Michel Foucault*. New York: Routledge Critical Thinkers.

Muñoz, M. G. & Grosfoguel, R. (eds). (2012). *La Islamofobia a Debate: La Genealogia del Miedo al Islam y la Construcción de los Discursos Antiislámicos*. Madrid: Casa Árabe. Disponível em: [www.casaarabe.es/documents/download/1479](http://www.casaarabe.es/documents/download/1479). Acesso em 20/02/2017.

Noelle-Neumann, E. (1995). *La Espiral del silencio- Opinión pública: nuestra piel social*. Barcelona: Ediciones Paidós.

Nogueira, J. & Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates- Rio de Janeiro*: Editora Campus Elsevier.

\_\_\_ Número da população muçulmana por país. In. *Global Religious Futures*. Disponível em: <http://www.globalreligiousfutures.org/religions/muslims>. Acesso em 10/01/2017.

Perales, E.B. (1995). *Éticas de la Información y Deontologías del periodismo. Introducción: de la ética filosófica a la deontología periodística*. Madrid: Editorial. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=5570>. Acesso em: 03/03/2017.

Peters, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autentica.

\_\_\_ Historical development of the media in France. Disponível em: <http://www.mheducation.co.uk/openup/chapters/9780335236220.pdf>. Acesso em 10/08/2017.

\_\_\_ Constituição Francesa. Disponível em: [http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank\\_mm/portugais/constitution\\_portugais.pdf](http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank_mm/portugais/constitution_portugais.pdf).

Prieto, J. A. (1995). *Éticas de la Información y Deontologías del periodismo. Capítulo 9: Código de la Federación Internacional de Periodistas*. Madrid: Editorial. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=5570>. Acesso em: 03/03/2017

Quijano, A. (2005). *Colonialidad del poder, Eurocentrismo y América Latina*. Disponível em: <http://www.decolonialtranslation.com/espanol/quijano-colonialidad-del-poder.pdf> 201-246. Acesso em: 23/04/2017

Rados, M. (2008). Mundo e comunicação: uma história da política contemporânea. Uso: Edições Afrontamento.

Saeed, A. (2007). Media, Racism and Islamophobia: The Representation of Islam and Muslims in the Media. *Sociology Compass*. 1. 443 - 462. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1751-9020.2007.00039.x/pdf>. Acesso em: 03/02/2017

Said, E. (2007). Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

Santos, J. M. (2012). Introdução à ética. Lisboa: Documenta.

Smith, S; Hadfield, A. & Dunne, T. (2012). Foreign Policy: Theories, Actors, Cases. Oxford: Oxford University Press.

Sousa, J. (2000). As notícias e seus efeitos. Coimbra: Minerva Coimbra.

Todorov, T. (2012). O Medo dos Bárbaros: Para Além do Choque das Civilizações. Rio de Janeiro: Vozes.

Traquina, N. (2000). O poder do Jornalismo. Análise e textos da teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva.

Traquina, N. (2004). A tribo Jornalística- uma Comunidade transnacional. Lisboa: Lusomundo.

Van Dijk, T. (1998). Ideology: A multidisciplinary approach. London: SAGE Publications.

Wilkins, L. & Clifford, G. (2009). The Handbook of Mass Media. New York: Routledge.

Winkle, B. (2006). Muslims In the European Union Discrimination and Islamophobia. Disponível em: [http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra\\_uploads/156-Manifestations\\_EN.pdf](http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/156-Manifestations_EN.pdf). Acesso em: 10/10/2016.

Wolf, M. (2009). Teorias da comunicação. Lisboa: Editora Presença.

Zebiri, K. (2008). The Redeployment of Orientalist Themes in Contemporary Islamophobia. *Studs in Contemporary Islam*, 10. (4-44). London. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/7649/1/Redeployment.pdf>. Acesso em 30/01/2017.

Notícias analisadas:

Le Figaro:

N1\_\_\_ Coustin, P. (04/08/2016). Polémique Autour d'une journée *burkini* dans un parc aquatique. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/04/01016-20160804ARTFIG00282-polemique-autour-d-une-journee-burkini-dans-un-parc-aquatique.php>.

N2\_\_\_ Devecchio, A. (04/08/2016). Journée *burkini* femmes et enfants jetés dans le grand bain de la ségrégation islamiste. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/vox/politique/2016/08/04/31001-20160804ARTFIG00187-journee-burkini-femmes-et-enfants-jetes-dans-le-grand-bain-de-la-segregation-islamiste.php>.

N3\_\_\_ Coustin, P. (09/08/2016). Près de Marseille la Journée *Burkini* n'aura pas lieu. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/09/01016-20160809ARTFIG00093-pres-de-marseille-la-journee-burkini-n-aura-pas-lieu.php>.

N4\_\_\_ Bock-Côté, M. (09/08/2016). Ce que révèle l'affaire du *burkini*. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/vox/societe/2016/08/09/31003-20160809ARTFIG00129-ce-que-revele-l-affaire-du-burkini.php>.

N5\_\_\_ Chlaikhy, L. (12/08/2016). L'interdiction du *burkini* à Cannes contestée en justice. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/12/01016-20160812ARTFIG00236-l-interdiction-du-burkini-a-cannes-contestee-en-justice.php>.

N6\_\_\_ Le Figaro. (13/08/2016). La Justice valide l'interdiction du port du *burkini* à Cannes. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/13/01016-20160813ARTFIG00129-la-justice-valide-l-interdiction-du-port-du-burkini-a-cannes.php>.

N7\_\_\_ Bastié, E. (16/08/2016). *Burkini* la presse étrangère entre incompréhension et ironie. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/16/01016-20160816ARTFIG00119-burkini-la-presse-etrangere-entre-incomprehension-et-ironie.php>.

N8\_\_\_ Foucaud, I. (17/08/2016). *Burkini*, une marque déposée en 2006 en Australie. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/conso/2016/08/17/05007-20160817ARTFIG00158-burkini-une-marque-deposee-en-2006-en-australie.php>.

N9\_\_\_ AFP Agence. (17/08/2016). Manuel Valls soutient les maires qui interdisent le *burkini*. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/politique/2016/08/17/01002-20160817ARTFIG00045-manuel-valls-soutient-les-maires-qui-interdisent-le-burkini.php>.

N10\_\_\_ Peyrach, A. AFP Agence & Blavignat, Y. (16/08/2016). Plusieurs communes interdisent désormais le *burkini* sur leurs plages. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/16/01016-20160816ARTFIG00290-plusieurs-communes-interdisent-desormais-le-burkini-sur-leurs-plages.php>.

N11\_\_\_ Maupoil, T.Q. (17/08/2016). Christine Boutin trouve la polémique sur le *burkini*. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/citations/2016/08/17/25002-20160817ARTFIG00178-christine-boutin-trouve-la-polemique-sur-le-burkini-grotesque.php>.

N12\_\_\_ Bock-Côté, M. (18/08/2016). Condamner le *burkini* pour sauver la nation. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/vox/politique/2016/08/18/31001-20160818ARTFIG00185-condamner-le-burkini-pour-sauver-la-nation.php>.

N13\_\_\_ Levrault, O. (19/08/2016). Bataille judiciaire autour des arrêtés municipaux anti *burkini*. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/19/01016-20160819ARTFIG00274-bataille-judiciaire-autour-des-arretes-municipaux-anti-burkini.php>.

N14\_\_\_ Voogd, C. (19/08/2016). Pourquoi la crise du *burkini* n'est pas une vaine polémique. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/vox/politique/2016/08/19/31001-20160819ARTFIG00338-pourquoi-la-crise-du-burkini-n-est-pas-une-vaine-polemique.php>.

N15\_\_\_ Levrault, O. (22/08/2016). Nice un arrêté Anti *burkini* valide. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/22/01016-20160822ARTFIG00282-nice-un-arrete-anti-burkini-valide.php>.

N16\_\_\_ Berdah, A. (23/08/2016). *Burkini* sur twitter la subtile pique d'Axelle le maire à Manuel Valls. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2016/08/23/25001-20160823ARTFIG00189-burkini-sur-twitter-la-subtile-pique-d-axelle-lemaire-a-manuel-valls.php>.

N17\_\_\_ Blavignat, Y. & AFP Agence. (24/08/2016). Des photos de patrouilles anti *burkini* à nice suscitent la polémique. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/24/01016-20160824ARTFIG00279-des-photos-de-patrouilles-anti-burkini-a-nice-suscitent-la-polemique.php>.

N18\_\_\_ Le Figaro. (24/08/2016). *Burkini* les arrêtés ne doivent pas conduire à des stigmatisations. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/24/01016-20160824ARTFIG00227-burkini-les-arretes-ne-doivent-pas-conduire-a-des-stigmatisations.php>.

N19\_\_\_ Ravinel, S. (25/08/2016). Pour Mélenchon, le *burkini* est une provocation politique. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2016/08/25/25001-20160825ARTFIG00031-pour-melenchon-le-burkini-est-une-provocation-politique.php>.

N20\_\_\_ Berdah, A. (25/08/2016). Arrêts anti *burkini*: Valls et Vallaud Belkacem affichent publiquement leur désaccord. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/citations/2016/08/25/25002-20160825ARTFIG00082-arretes-anti-burkini-valls-et-vallaud-belkacem-affichent-publiquement-leur-desaccord.php>.

N21\_\_\_ Eugénie, E. (25/08/2016). Les féministes françaises divisées sur la question du *burkini*. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2016/08/25/01016-20160825ARTFIG00145-les-feministes-francaises-divisees-sur-la-question-du-burkini.php>.

N22\_\_\_ Galiero, E. (25/08/2016). *Burkini*: Anne Hidalgo réclame l'arrêt de l'hystérie médiatique et politique. Disponible em: <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/citations/2016/08/25/25002-20160825ARTFIG00147-burkini-anne-hidalgo-reclame-l-arret-de-l-hysterie-mediatique-et-politique.php>.

Le Monde:

N1\_\_\_ Rof, G.(05/08/2016). Marseille: la journée *burkini* vectrice d'une polémique politique. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/05/a-marseille-la-journee-burkini-vecteur-d-une-polemique-politique\\_4978587\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=60](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/05/a-marseille-la-journee-burkini-vecteur-d-une-polemique-politique_4978587_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=60).

N2\_\_\_ Le Monde & AFP. (09/08/2016). Marseille: annulation de la journée *burkini*. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/09/marseille-annulation-de-la-journee-burkini\\_4980413\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=58](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/09/marseille-annulation-de-la-journee-burkini_4980413_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=58).

N3\_\_\_ Le Monde.(11/08/2016). Le maire de Cannes interdit les vêtements religieux à la plage. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/11/le-maire-de-cannes-interdit-les-vetements-religieux-a-la-plage\\_4981587\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=56](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/11/le-maire-de-cannes-interdit-les-vetements-religieux-a-la-plage_4981587_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=56).

N4\_\_\_ Camus, E.(12/08/2016). *Burkini*: Le collectif contre le islamophobie conteste l'arrete de la mairie de Cannes. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/12/burkini-le-collectif-contre-l-islamophobie-conteste-l-arrete-de-la-mairie-de-cannes\\_4982041\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=54](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/12/burkini-le-collectif-contre-l-islamophobie-conteste-l-arrete-de-la-mairie-de-cannes_4982041_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=54).

N5\_\_\_ Le Monde & AFP. (13/08/2016). Après Cannes, Villeneuve Loubet interdit le *burkini*. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/13/apres-cannes-villeneuve-loubet-interdit-le-burkini\\_4982366\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=53](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/13/apres-cannes-villeneuve-loubet-interdit-le-burkini_4982366_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=53).

N6\_\_\_ Vicente, E. (15/08/2016). Le *burkini* en après l'interdit dur la plage de Cannes valide. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/15/le-burkini-en-question-apres-l-interdit-sur-la-plage-de-cannes-valide\\_4982966\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=46](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/15/le-burkini-en-question-apres-l-interdit-sur-la-plage-de-cannes-valide_4982966_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=46).

N7\_\_\_ Le Monde & AFP. (15/08/2016). Course le maire de Sisco prend um arrête contre le *burkini* a la suite des violences du weekend. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/15/corse-le-maire-de-sisco-prend-un-arrete-contre-le-burkini-a-la-suite-des-violences-du-week-end\\_4982914\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=52](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/15/corse-le-maire-de-sisco-prend-un-arrete-contre-le-burkini-a-la-suite-des-violences-du-week-end_4982914_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=52).

N8\_\_\_ Le Monde & AFP. (16/08/2016). Leucate et le Touquet interdisent à leur tour le *burkini*. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/16/leucate-et-le-touquet-interdisent-a-leur-tour-le-burkini\\_4983651\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=48](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/16/leucate-et-le-touquet-interdisent-a-leur-tour-le-burkini_4983651_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=48).

N9\_\_\_ Le Monde & AFP. (16/08/2016). Chevenement partage entre libertés de porter le *burkini* et necessite d'ordre public. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/16/chevenement-partage-entre-liberte-de-porter-le-burkini-et-necessite-d-ordre-public\\_4983340\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=51](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/16/chevenement-partage-entre-liberte-de-porter-le-burkini-et-necessite-d-ordre-public_4983340_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=51).

N10\_\_\_ Le Monde. (16/08/2016). Espagne, Italie, États-Unis: Le interdiction du *burkini* en France vivement critiquée. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/16/espagne-italie-etats-unis-l-interdiction-du-burkini-en-france-vivement-critiquee-dans-les-medias-etrangers\\_4983527\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=50](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/16/espagne-italie-etats-unis-l-interdiction-du-burkini-en-france-vivement-critiquee-dans-les-medias-etrangers_4983527_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=50).

N11\_\_\_ Le Monde. (17/08/2016). Arrête anti-*burkini* à Villeneuve Loubet le tribunal administratif de Nice saisi. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/17/arrete-anti-burkini-a-villeneuve-loubet-le-tribunal-administratif-de-nice-saisi\\_4984128\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=39](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/17/arrete-anti-burkini-a-villeneuve-loubet-le-tribunal-administratif-de-nice-saisi_4984128_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=39).

N12\_\_\_ Diard, R. P. (17/08/2016). Les arêtes municipales contre le *burkini* se multiplient. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/17/les-arretes-municipaux-contre-le-burkini-se-multiplient\\_4983873\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=41](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/17/les-arretes-municipaux-contre-le-burkini-se-multiplient_4983873_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=41).

N13\_\_\_ Le Monde & AFP. (17/08/2016). *Burkini* le CCIF veut attaquer tous les arêtes municipaux. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/17/burkini-le-ccif-veut-attaquer-tous-les-arretes-municipaux\\_4984005\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=42](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/17/burkini-le-ccif-veut-attaquer-tous-les-arretes-municipaux_4984005_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=42).

N14\_\_\_ Le Monde. (17/08/2016). Manuel Valls soutient les maires ayant interdit le *burkini*. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/17/manuel-valls-soutient-les-maires-ayant-interdit-le-burkini\\_4983667\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=45](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/17/manuel-valls-soutient-les-maires-ayant-interdit-le-burkini_4983667_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=45).

N15\_\_\_ Le Monde & AFP.(19/08/2016). Nice interdit à son tour le *burkini* sur les plages. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/19/nice-interdit-a-son-tour-le-burkini-sur-les-plages\\_4985067\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=35](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/19/nice-interdit-a-son-tour-le-burkini-sur-les-plages_4985067_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=35).

N16\_\_\_ Le Monde. (20/08/2016). Le *burkini* de la discorde. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/08/20/le-burkini-de-la-discorde\\_4985415\\_3232.html?xtmc=burkini&xtcr=32](http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/08/20/le-burkini-de-la-discorde_4985415_3232.html?xtmc=burkini&xtcr=32).

N17\_\_\_ Diard, R.P. (22/08/2016). Le tribunal administratif de Nice valide l'arête anti-*burkini* de Villeneuve-Loubet. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/22/le-tribunal-administratif-de-nice-valide-l-arrete-anti-burkini-de-villeneuve-loubet\\_4986457\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=30](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/22/le-tribunal-administratif-de-nice-valide-l-arrete-anti-burkini-de-villeneuve-loubet_4986457_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=30).

N18\_\_\_ Le Monde & AFP. (23/08/2016). Arrête anti-*burkini* audiencé du conseil d'État jeudi. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/23/arrete-anti-burkini-audience-du-conseil-d-etat-jeudi\\_4986908\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=27](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/23/arrete-anti-burkini-audience-du-conseil-d-etat-jeudi_4986908_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=27)

N19\_\_\_ Le Monde & AFP. (23/08/2016). Canada: Justin Trudeau défend le *burkini*. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2016/08/23/canada-justin-trudeau-defend-le-burkini\\_4986688\\_3222.html?xtmc=burkini&xtcr=29](http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2016/08/23/canada-justin-trudeau-defend-le-burkini_4986688_3222.html?xtmc=burkini&xtcr=29).

N20\_\_\_ Le Monde & AFP. (24/08/2016). Sarkozy mène la charge contre le *burkini*. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/politique/article/2016/08/24/sarkozy-mene-la-charge-contre-le-burkini\\_4987534\\_823448.html?xtmc=burkini&xtcr=24](http://www.lemonde.fr/politique/article/2016/08/24/sarkozy-mene-la-charge-contre-le-burkini_4987534_823448.html?xtmc=burkini&xtcr=24).

N21\_\_\_ Le Monde & AFP. (24/08/2016). La verbalisation d'une femme voilée à Cannes: indignation a gauche. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/24/la-verbalisation-d-une-femme-voilee-a-cannes-indignation-a-gauche\\_4987286\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=25](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/24/la-verbalisation-d-une-femme-voilee-a-cannes-indignation-a-gauche_4987286_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=25).

N22\_\_\_ Sellier, C. (24/08/2016). Arrête anti-*burkini* ce jugement menace la liberté de tous. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/24/arrete-anti-burkini-ce-jugement-menace-la-liberte-de-tous\\_4987372\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=26](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/24/arrete-anti-burkini-ce-jugement-menace-la-liberte-de-tous_4987372_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=26).

N23\_\_\_ Le Monde & AFP. (25/08/2016). *Burkini*: Manuel Valls désavoue Najat Vallaud Belkacem. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/25/burkini-manuel-valls-desavoue-najat-vallaud-belkacem\\_4987686\\_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=22](http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/08/25/burkini-manuel-valls-desavoue-najat-vallaud-belkacem_4987686_1653130.html?xtmc=burkini&xtcr=22).

N24\_\_\_ Dupont, G. (25/08/2016). Signes religieux audience décisive au conseil d'État. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/25/signes-religieux-audience-decisive-au-conseil-d-etat\\_4987604\\_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=46](http://www.lemonde.fr/societe/article/2016/08/25/signes-religieux-audience-decisive-au-conseil-d-etat_4987604_3224.html?xtmc=burkini&xtcr=46).

N25\_\_\_ Le Monde & AFP. (25/08/2016). Manifestation: à Londres contre l'interdiction du *burkini*. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/port-du-voile/article/2016/08/25/manifestation-a-londres-contre-l-interdiction-du-burkini\\_4988144\\_4987696.html?xtmc=burkini&xtcr=44](http://www.lemonde.fr/port-du-voile/article/2016/08/25/manifestation-a-londres-contre-l-interdiction-du-burkini_4988144_4987696.html?xtmc=burkini&xtcr=44).

# Apêndices

## Apêndice 1 - Resumo das notícias

Após os critérios terem sido aplicados foram viabilizadas 47 matérias dos dois diários franceses, *Le Figaro* com 22 notícias e *Le Monde* com 25 notícias. As notícias podem ser encontradas nos resumos que serão apresentados a seguir, com o intuito de esclarecer o assunto de cada notícia.

Com base no argumento usado para definir o período de tempo analisado, as notícias foram definidas por blocos; cada semana representa um bloco. Para facilitar a leitura, as notícias serão enumeradas de acordo com a sequência de publicação. Portanto a Notícia 1 equivale a primeira a ser publicada, e assim sucessivamente.

### ***Le Figaro:***

#### **Semana 1**

##### **Notícia 01:** A Polêmica em torno do “dia do *burkini*” em um parque aquático

Publicada no dia 04 de agosto de 2016 explica de forma geral a existência de uma indignação por parte dos políticos: todos denunciaram o evento do “dia do *burkini*” como sendo comunitarista. Há uma enunciação das exigências do evento, seguida de uma explicação sobre a Associação *Smile 13* (organizadora do evento).

##### **Notícia 02:** Dia do *Burkini*: mulheres e crianças atiradas no grande banho da segregação Salafista

Publicada no dia 04 de agosto, a informação disponível é uma entrevista dada pela jornalista Isabelle Kersimon, também autora do ensaio *Islamophobie, La Contre-enquête*. A primeira pergunta é direcionada ao significado do evento a a resposta ao uso do *Burkini*, segundo a entrevistada, é que o evento e o traje são claramente uma segregação sexual. A segunda pergunta é sobre a possibilidade da proibição diminuir a liberdade individual da mulher. As duas últimas perguntas são referentes a laicidade do Estado Francês e ao financiamento da instituição.

#### **Semana 2**

##### **Notícia 03:** “O dia do *burkini*” anulado numa preocupação “de apaziguamento”

A notícia de 4 de agosto de 2016 é referente ao cancelamento do evento que estava programado para acontecer no parque aquático de Marselha, por decisão dos gestores do *SpeedWater Park*, que preferiram não mais alugar o local para a Associação *Smile 13*. Na continuação do texto,

volta a ser explicado o motivo da polêmica. O presidente da Câmara, Michel Amiel comemora a conquista e a Associação demonstra insatisfação com a decisão e reclama ser vítima de racismo, xenofobia e ameaças.

#### **Notícia 04: O que revela o Caso dos *burkinis***

Publicada no dia 9 de agosto, é um Artigo de opinião escrito por Mathieu Bock-Côté, Doutor em Sociologia. O sociólogo explica o decorrer da polêmica até então e relembra que em 2014, um prefeito de *Quebec* foi obrigado a aceitar a presença de *burkinis*. E observa que, “as pessoas comuns reconhecem espontaneamente um desafio de identidade na organização de um evento como esse: o mais rigoroso Islã que se estabeleceu na França quer viver por suas próprias regras”. Bock-Côté continua a discorrer sobre a necessidade de pensar no que esse dia representava para a cultura francesa.

O autor do artigo afirma que o islamismo ainda é uma lógica de conquista política e ideológica que se apropria do corpo da mulher para ganhar território. Relembrado um caso particular ocorrido no Canadá, quando uma imigrante paquistanesa faz seu juramento de cidadania usando um *Niqab*.

Para o sociólogo, “No momento em que a cultura nacional apaga-se, é a soberania da nação que se torna inoperante”. Assim, mesmo que seja uma boa coisa permitir aos muçulmanos seguirem sua fé, ainda é preciso entender que é necessário integrá-los aos valores da sociedade em que vivem, nesse caso a francesa. “Para realmente integrá-los aos países que o acolhem, a religião muçulmana deverá ocidentalizá-los e transpôr-se numa cultura que a obrigue a transformar o seu relatório à inclusão social da fé”. Os muçulmanos devem procurar tornar menos visível a religião e devem aculturar-se aos costumes ocidentais e apostar em uma prática religiosa menos conquistadora. É preciso, de acordo com o autor, demonstrar o interesse na cultura do país em que vive, explicitando minimamente suas crenças e religião.

#### **Notícia 05: A proibição do *burkini* em Cannes contestada na justiça**

Publicada no dia 12 de agosto, afirma que a primeira proibição foi datada no dia 28 de julho de 2016, em Cannes, pelo presidente da Câmara, David Lisnard. A primeira frase da notícia destaca que os *Burkinis* não são bem-vindos nas praias locais e ainda salienta que embora a proibição tenha sido assinada no mês de julho, a polêmica somente ganhou repercussão após o evento programado pela Associação *Smile 13* num parque aquático em Marselha.

A advogada do tribunal de recurso de Paris, Delphine Krust afirma que “a polícia de vestimenta não existe”, enquanto Thierry Migoule, Diretor Geral dos serviços da cidade, faz uma associação do *burkini* com o terrorismo, “um traje que faz “alegria dos movimentos terroristas”. O Coletivo SOS racismo denuncia uma malícia contra as populações árabes-muçulmanas e é espaldado pela

federação do Partido Socialista, que afirma que a proibição não passa de uma operação de que irá fornecer vitória para os fundamentalistas religiosos.

**Notícia 06:** A justiça valida a proibição do porte do *burkini* em Cannes

Publicada em 13 de agosto de 2016, a última notícia da segunda semana tem o foco na rejeição do pedido de anulação da ordem que proíbe o uso do *burkini* nas praias francesas. É uma retrospectiva da notícia anterior, que cita as associações que foram contra a proibição no tribunal. Além de mencionar novamente a fala de David Lisnard, presidente da câmara municipal de Cannes. Ainda traz a justificativa dada pelo juiz do caso em relação a proibição: a laicidade francesa e o contexto do momento (o atentado em Nice). A notícia também traz a reação do advogado do CCIF, que afirma que “esta decisão abre a porta à proibição de qualquer sinal religioso no espaço público”. Na conclusão apresenta que outro município, Alpes Marítimos, também aderiu a proibição em suas praias, e finaliza o texto explicando mais uma vez as razões da proibição.

**Semana 3**

**Notícia 07:** *Burkini*: a imprensa estrangeira entre incompreensão e ironia

Publicada no dia 16 de agosto de 2017, a notícia 07 tem como foco a reação da imprensa internacional diante da proibição do *burkini*. Há citações de algumas frases dos jornais estrangeiros, nomeadamente o *The New York Times*, *The independent* e o *The Guardian*, todos anglo-saxões, o que segundo o autor é a razão da incompreensão da política francesa no que diz respeito a proibição.

**Notícia 08:** *Burkini*®, uma marca registrada em 2006 em Austrália

Publicada em 17 de agosto de 2016, a notícia apresenta Aheda Zanetti, a criadora do traje. O título mostra que a criação do *burkini* não é atual, tendo sido registrado 10 anos antes de virar uma polêmica. Aheda afirma que foi em 2016 que a empresa aumentou consideravelmente suas vendas além de ter fincado mercados em todos os continentes.

**Notícia 09:** Manuel Valls apoia os presidentes das Câmaras Municipais que proíbem o *burkini*

Publicada em 17 de agosto de 2016, a notícia foca no apoio do Primeiro Ministro Manuel Valls às Câmaras Municipais que proibiram o uso do *burkini*. A notícia evidencia os locais em que a proibição já estava em vigor e traz um adentro: a primeira proibição é datada de julho de 2013.

A notícia expõe o apoio do primeiro Ministro ao Diretor da Fundação do Islã na França, Jean-Pierre Chevènement, que pediu a descrição dos muçulmanos em suas manifestações religiosas.

**Notícia 10:** Vários municípios agora proíbem o *burkini* em suas praias

Disponibilizada no dia 17 de agosto de 2016, a notícia centraliza-se na proibição dos vários municípios ao uso do *burkini*. O título é referente aos 7 municípios que apresentaram deliberações contra o traje. Além disso, a notícia apresenta a justificativa da proibição: o *burkini* manifesta de maneira ostensiva uma pertença religiosa. Há também destaque para a afirmação do prefeito da cidade Corsa de Sisco, Ange-Pierre Vivoni, que garante que a proibição também irá proteger a população em geral e notoriamente a população muçulmana, que segundo ele é a primeira vítima destas provocações extremistas.

Na sequência, o diário online comenta a adesão de prefeitos socialistas à proibição, que primeiramente teria sido tomada apenas por políticos republicanos. O advogado do CCFI, Sefen Guez, denuncia o oportunismo político frente as eleições de 2017. Abdallah Zekri, Presidente do Observatório Contra Islamofobia, afirma que estão “dando demasiada atenção a isso” (o traje). No final é informado que as primeiras multas para as portadoras do *burkini* já foram entregues. Uma multa de 38 euros para quem for autuada usando o traje.

#### **Notícia 11: Christine Boutin acha a polêmica sobre o *burkini* grotesca**

Publicada em 17 de agosto de 2016, a ex-ministra e fundadora do Partido Cristão-Democrata opina contra a proibição, que segundo ela, não traduz laicidade, pois num país laico todas as religiões podem ser exercidas. O título da notícia refere-se a fala da ex-ministra que acredita que essa proibição é um retrocesso para a França.

Na sequência, é exposto o apoio do Primeiro Ministro Manuel Valls a proibição dos *burkinis* e a opinião de Boutin: “A laicidade também significa aceitar todas as religiões”.

#### **Notícia 12: *Burkini*: detrás da laicidade, a nação**

Disponível desde 18 de agosto de 2016 refere-se a um artigo escrito por Mathieu Bock-Côté, doutor em sociologia, professor e colunista em Montreal, Canada. O professor afirma que o *burkini* é “um sinal visível de agressividade identitária”.

O foco está na laicidade e seu desenvolvimento na França, tanto no que se refere ao islã quanto ao catolicismo, destacando a presença de uma laicidade francesa, que difere da dos outros Estados. O texto aborda a controvérsia da discussão, e diferente do que aparenta, não se refere ao traje islâmico em si mas sim na agressividade que representa para os valores das sociedades ocidentais.

O autor propõe que o *burkini* representa um choque, uma “fronteira visual” entre a França e o Islã, e que não é errado levar tão a sério o significado político que existe em torno da vestimenta. Para Bock-Côté é necessário empurrar o islã para os moldes da cultura ocidental, para que haja uma evolução e diferenciação, até que se caracterize como um tipo ímpar de islã francês. Por fim, o professor e colunista defende que o *burkini* paradoxalmente se tornou um símbolo pela luta dos direitos humanos, de um islã que é perseguido no Ocidente.

### **Notícia 13: Batalha Judicial em torno da suspensão municipal anti-*burkini***

Com publicação no dia 19 de agosto, a Notícia 13 aborda a anulação da proibição. Em Villeneuve-Loubet o advogado Patrice Spinosi, da Liga dos Direitos Humanos, caracteriza a proibição como sendo uma infração as liberdades individuais. Mas a resposta do advogado do município francês é de que a proibição não comete nenhuma privação de liberdade.

Outro político a favor da proibição, Cristian Estrosi afirmou que a cobertura integral do rosto ou o uso de um traje integral para ir à praia não corresponde ao ideal francês de relação social. Tendo sido rebatido por Spinosi, que afirmou que o *burkini* é apenas um traje que cobre o corpo e não o rosto. No final a notícia deixa o suspense da decisão que será tomada no tribunal.

### **Notícia 14: Porque a crise do *Burkini* não é uma vã polêmica**

Esta é uma análise/artigo de opinião do jornalista e também professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris, Christophe de Voogd, a respeito do significado do que ele chama de “crise do *burkini*”, publicado em 19 de agosto de 2016. O professor destaca as acusações sofridas pelos franceses a respeito das deliberações contra o uso do *burkini*, feitas por jornais anglo-saxões, entretanto, também invoca a importância dessa discussão na França no cenário atual.

Voogd cita o que Marcel Mauss chamou de “Fato Social”, uma atividade que tem implicações em todas as esferas da sociedade. Alertando para a discussão do *burkini* e as comparações feitas em outros países. Além disso, traz também a resposta a uma comparação do *burkini* com os maiôs da belle époque francesa, que segundo o professor são diferentes, a partir do detalhe de que na *belle époque* o homem se cobria tanto quanto a mulher. Voogd também comenta a dimensão política do *burkini*: “Dizer, como alguns meios de comunicação, que o *burkini* visa permitir que as mulheres muçulmanas se banhem, é cair na confusão que nós reivindicamos para denunciar”.

### **Semana 4**

#### **Notícia 15: Nice: a deliberação “antiburkini” é validada**

A notícia, publicada em 22 de agosto de 2016 enfatiza um novo episódio da proibição nos tribunais de Nice e a rejeição do tribunal ao pedido de anulação da proibição. A justificativa segue os exemplos anteriores, e mais uma vez cita o *burkini* como um traje de praia que manifesta de maneira ostensiva uma pertença religiosa enquanto a França e os lugares de culto religiosos são atualmente o alvo de atos terroristas. Podendo o traje criar riscos de perturbações da ordem pública.

O advogado Olivier Suarès afirma que não é a proibição da roupa que pode afetar a liberdade. A notícia termina salientando que a decisão tomada pelo conselho de Estado servirá para todo o país.

**Notícia 16: *Burkini*: no Twitter, uma sutil picada de Axelle Lemaire à Manuel Valls**

Esta notícia fala sobre a crítica de Axelle Lemaire, secretária de Estado à Valls e o apoio ao posicionamento de Justin Trudeau, que defende o direito de usar o *burkini*. Publicada em 23 de agosto de 2016, demonstra a insatisfação diante da situação. Além da secretária de Estado, também expõe a opinião de Bernard Cazeneuve, ministro do Interior francês “uma instrumentalização cheia de segundas-intenções políticas destinadas a criar antagonismos”, e do Primeiro Ministro do Canadá Justin Trudeau que defendeu a liberdade das mulheres usarem o traje.

**Notícia 17: Fotos de patrulhas "anti-*burkinis*" em Nice suscitam polêmica**

A notícia do dia 24 de agosto de 2016 é sobre policiais atuando uma mulher na praia que usava uma túnica e calça, por estar infringindo a ordem dada pelas autoridades locais. A notícia comenta a notoriedade tomada pela foto que correu o mundo, em que a mulher é obrigada a tirar a túnica e também destaca as justificativas usadas pelos municípios para a proibição. Entretanto, salienta que Nice e Cannes são as únicas cidades a terem processado verbalmente quase 20 mulheres.

O diário explica, segundo a justificativa das autoridades, que a mulher não foi obrigada a tirar a bata, só estava mostrando que não possuía por baixo o *Burkini*. Andrew Strohlein, Diretor de Comunicação da *Human Rights Watch Europe*, questiona "quantos policiais armados são necessários para forçar uma mulher a se despír em público?". A notícia prossegue demonstrando a preocupação de diversas lideranças em relação a estigmatização dos muçulmanos na França, como o ministro do interior, Bernard Cazeneuve, a senadora ambientalista, Esther Benbassa e o Conselho Francês da fé muçulmana.

**Notícia 18: *Burkini*: as deliberações não devem conduzir à “estigmatizações”**

Publicada no dia 24 de agosto de 2016, O Ministro do Interior, Bernad Cazeneuve fala da tentativa de frear o perigo da estigmatização, procurando reunir pesquisadores, acadêmicos e personalidades para integrar a Fundação do Islã para interagir e procurar maneiras de apaziguar a situação. Além disso, o Ministro lamenta o caso de uma mãe que foi autuada nas ruas enquanto andava com seus filhos, por usar o véu. A matéria realça que a França é o país com a maior comunidade muçulmana da Europa.

**Notícia 19: Para Mélenchon, “o *burkini* é uma provocação política”**

Notícia de 25 de agosto de 2016 refere-se ao Líder do movimento “França Insubmissa” criticando Manuel Valls por não responder as provocações devidamente. Também mostra o posicionamento de Mélenchon frente as políticas referentes aos refugiados.

**Notícia 20: *Burkini*: Valls provocou a ira de seus ministros**

A publicação datada de 25 de agosto de 2016, destaca o distanciamento de vários políticos à Manuel Valls, entre eles Axelle Lemaire e Bernard Cazeneuve. Com o subtítulo: "Como se apenas a religião muçulmana fosse problemática" o jornal comenta as questões das liberdades individuais. Também destaca a posição do Ministro da Saúde de Hollande, Marisol Touraine, que afirma que a laicidade garante a liberdade individual e coletiva, não podendo ser usada para gerar estigmatizações. Ao final destaca uma tentativa do ex-presidente Hollande em apaziguar a briga entre os políticos.

**Notícia 21:** As feministas francesas divididas sobre a pergunta do *burkini*

Publicada em 25 de agosto de 2016, direciona-se as várias associações feministas que denunciaram o *burkini* como sendo sexista e outras feministas que acreditam que a mulher deve poder escolher o que usar. A notícia destaca o pensamento de algumas feministas em achar o *burkini* uma forma de exclusão das muçulmanas e afirmam reconhecer a luta de mulheres em países como Irã e Arábia Saudita, mas entendem que essa proibição vai contra as liberdades femininas. Já outras feministas muçulmanas denunciam o Patriarcado racista, mas a notícia salienta que as feministas não estão propriamente direcionando suas críticas ao *burkini* e sim ao sexismo e racismo dos policiais.

A presidente da Associação Mulher e Livre, Yaël Mellul, caracteriza o *burkini* como sendo um traje que estigmatiza as mulheres como objetos sexuais. A ministra do direito das mulheres, Laurence Rossignol, também condenou o *burkini* como sendo "arcaico". Na sequência a notícia expõe outras opiniões contrárias ao *burkini*, entre elas a da advogada Yaël Mellul, que afirma que uma corrente islâmica-esquerdista infiltrou-se no feminismo.

**Notícia 22:** *Burkini*: Anne Hidalgo revidica a proibição de "histeria midiática e política"

A última notícia das primeiras quatro semanas, publicada no dia 25 de agosto de 2016, foca a crítica feita pela prefeita de Paris à dimensão em que a polêmica do *burkini* chegou: "Eu acho que estamos numa espécie de histeria midiática e política que deve parar". Hidalgo lamenta que o assunto tenha tomado o rumo das políticas francesas e a imprensa internacional.

## ***Le Monde***

### **Semana 1**

**Notícia 1:** Em Marselha, a polêmica política sobre um "dia do *burkini*" em um centro aquático

Publicada no dia 05 de agosto de 2016, refere-se ao caso do dia do *burkini* que seria celebrado num parque aquático em Marselha. A notícia salienta o conflito em torno do evento. A primeira parte da notícia traz a fala de Melisa Thivet, fundadora da *Smile 13*, que diz não saber se continuará com o evento, por conta dos ataques de ódio que a associação vem recebendo. O

jornal salienta que o evento tem por objetivo permitir que as mulheres desfrutem de jogos e atividades no parque, usando roupas que cobrem seus corpos do peito até os joelhos.

Na sequência, o prefeito da cidade de *Pennes-Mirabeau*, Michel Amiel, afirma que a proibição do evento é evitar a perturbação da ordem pública. A notícia também questiona a polícia local sobre a proibição, além de contatar o parque aquático *SpeedWater*, que defende ser livre para alugar seu espaço. A senadora Samia Ghali protesta a proibição, acusando de ser uma estigmatização dos muçulmanos. Do outro lado, Valérie Boyer viu no evento a expressão visível da vontade dos fundamentalistas para marcar seu território.

Na parte final a notícia traz uma explicação sobre a associação: “Criada em 12 de janeiro de 2015, a *Smile 13* reúne 200 membros e não recebe qualquer subsídio público”. Além de expor o intuito do evento, segundo uma das organizadoras: “Queríamos apenas passar um bom dia entre as mulheres com os nossos filhos”.

## Semana 2

### **Notícia 2:** Marselha: Anulação do “dia do *burkini*”

Publicada no dia 09 de agosto de 2016, a notícia é referente ao cancelamento do evento que iria ocorrer no parque aquático de Marselha. A notícia traz as opiniões do representante do parque aquático *SpeedWater* e do Prefeito da cidade, Michel Amiel que decidiram pelo cancelamento do evento e da Associação *Smile 13*, que não respondeu às solicitações de contato da mídia, mas que constatou em sua conta no Facebook que recebeu ameaças, incluindo balas de revólver enviadas pelo correio.

### **Notícia 03:** *Burkini*: “Prefeito de Cannes proíbe roupas religiosas na praia”

Publicada no dia 11 de agosto de 2016, David Lisnard, prefeito de Cannes, decretou no dia 28 de julho uma lei municipal que proíbe o uso de roupas religiosas nas praias da cidade. Segundo Lisnard, a moda praia manifesta de maneira ostensiva uma filiação religiosa, enquanto a França e seus locais de culto religioso são agora o alvo de ataques terroristas. O traje seria susceptível de criar riscos de perturbações da ordem pública.

Thierry Migoule, político de Cannes, afirma que o intuito não é proibir o uso de símbolos religiosos e sim roupas ostentosas que fazem referência a fidelidade a movimentos terroristas. A notícia explica que embora seja lei na França a proibição do véu que cobre o rosto todo desde 2010, não há proibição de símbolos religiosos. Feiza Ben Mohamed, porta-voz e secretária-geral da Federação dos Muçulmanos do Sul, disse que iria recorrer a decisão nos tribunais.

### **Notícia 04:** *Burkini*: Coletivo contra a islamofobia desafia o decreto de Cannes

Referente ao dia 12 de agosto de 2016 a notícia aborda a decisão do Coletivo em recorrer sobre a proibição do *burkini* em Cannes. Citando o prefeito da cidade, David Lisnard, autor da proibição, que afirma que quem infringir a ordem de proibição será punido verbalmente e terá de pagar uma multa de 38 euros. O diretor do Coletivo, Marwan Muhammad, explica que medida é restritiva das liberdades sem justa causa e que sua componente estigmatiza o lugar dos muçulmanos.

O Diretor de Serviços Gerais de Cannes, Thierry Migoule, disse ao *Agence France-Presse*, que não se trata de proibir o uso de símbolos religiosos na praia, mas as roupas ostentosas que fazem referência a uma fidelidade a movimentos terroristas. A Liga dos Direitos Humanos de Cannes denunciou a proibição como um abuso de direito e fez uma referência ao princípio da laicidade contido na Constituição.

#### **Notícia 05: Após Cannes, Villeneuve-Loubet proíbe *burkinis***

No dia 13 de agosto de 2016, a notícia começa destacando a explicação do Republicano Lionnel Luca, Presidente da Câmara Municipal da cidade Alpes-Maritimes, que negou qualquer acusação de discriminação no contexto de uma advertência dada a uma mulher que banhava-se usando um *burkini*, que segundo ele, era inadequado, tendo em conta o contexto atual. Afirmando a sua vontade “em evitar qualquer perturbação à ordem pública numa região marcada pelos atentados”.

Segundo Luca, os adeptos do *burkini* são quem praticam a discriminação, “são eles que se isolam num gueto, são eles que são culpado de discriminação, não nós que pelo contrário defendemos os muçulmanos nas suas práticas”. No final a notícia refere que a União dos muçulmanos de Alpes-Maritimes (UMAM) expressou em um comunicado sua “surpresa” do despacho proferido em Cannes, considerando que viola as liberdades fundamentais garantidas pela Constituição da República Francesa.

#### **Semana 3**

#### **Notícia 06: “*Burkini*” em questão após a proibição na praia de Cannes ser validada**

Publicada no dia 15 de agosto de 2016, a notícia apresenta os acontecimentos posteriores a decisão do Tribunal de Nice. “Após vários dias de polémica, retransmitida para as colunas do New York Times, o Tribunal Administrativo de Nice concordou com o prefeito de Cannes, que proibiu o uso de *burkinis* nas praias da cidade.

A notícia comenta que o decreto Cannes foi apresentado em 28 de julho, mas inicialmente não teve publicidade. Foi por acaso, depois de indivíduos terem retransmitido no Facebook, que o CFIC anunciou ter sido informado. Segundo o prefeito de Cannes, David Lisnard, essa ordem foi tomada para garantir a segurança da cidade em estado de contexto de emergência: “Ela não

proíbe o véu ou kipá, nem a cruz, simplesmente proíbe um uniforme que é o símbolo do extremismo islâmico”.

Após o jornal investigar no Tribunal a validade da ordem, tomou conhecimento que Nice apoiou-se sobre a decisão do Conselho Constitucional de Novembro de 2004 tomada na época sob o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. De acordo com esta decisão, “o direito de todos, individual ou coletivo, de demonstrar por meio de suas práticas, suas convicções religiosas em público (...) está sujeito às mesmas restrições, principalmente por razões de segurança pública, de proteção da ordem, da saúde e da moral pública”.

**Notícia 07:** Córsega: Prefeito de Sisco emite uma ordem contra o "*burkini*" após a violência do fim de semana

A publicação do dia 15 de agosto de 2016 explica que o prefeito de Sisco (Haue-Córsega) emitiu uma ordem proibindo o "*burkini*" nas praias da cidade após um incidente entre jovens corseses e outros de origem do Magrebe. Testemunhas disseram que a briga começou quando várias famílias muçulmanas, que se banhavam em um riacho perto da aldeia de Sisco, foram fotografadas pelos turistas. Um outro incidente ocorreu também quando cerca de 500 pessoas compareceram a um comício na Bastia, gritando: "Às armas! Subiremos porque estamos em casa", a favor da proibição.

**Notícia 08:** Leucate e Le Touquet, por sua vez querem proibir o "*burkini*"

Publicada no dia 16 de agosto de 2016, o presidente da câmara municipal de Touquet, Daniel Fasquelle, decidiu proibir também o *burkini*: “Não há *burkini* no momento em Touquet, mas não quero que os meus serviços sejam tomados desprevenidos”. Outro prefeito a similarmente proibir o traje, foi Michel Py de Leucate (Aude) para "garantir a ordem correta, segurança e a salubridade públicas". A notícia afirma que muitos muçulmanos lamentam as decisões.

**Notícia 09:** Chevènement dividido entre "liberdade" de usar o "*burkini*" e "necessidade de paz"

Publicada no dia 16 de agosto de 2016 é referente a posição do ex-Ministro do interior, Chevènement, cotado para assumir a gestão da Fundação para o Islã França. Chevènement defende o direito dos muçulmanos em vestir o que quiserem, mas com ressalvas. “Minha posição é a liberdade, salvo necessidade de ordem pública”. O ex-ministro afirma que todas as outras nacionalidades que chegaram na França fizeram um esforço para adotar os costumes locais e o mesmo não deve ser diferente para os muçulmanos, segundo ele, “a integração não é uma palavra suja, isso significa acesso a códigos sociais que permitem o exercício das liberdades”.

**Notícia 10:** Espanha, Itália, Estados Unidos... A proibição do "*burkini*" na França é muito criticada na mídia estrangeira

Publicada no dia 16 de agosto de 2016 tem o foco na reação da mídia internacional diante das proibições do *burkini* nas praias francesas. A notícia destaca os principais questionamentos de jornais como o *The New York Times*, *Telegraph* e *El Pais*. Focando nos destaques dados pelos jornais para comentar o caso: “Cerca de trinta municípios catalões proibiram a burca” (*El Pais*), “Eu não posso impedir uma mulher de tomar banho vestida” (*Nuovadi Venezia*), “Cinco razões para usar um *burkini* - e não somente para irritar os franceses” (*The Guardian*), “Um ataque islamofóbico contra as muçulmanas” (*BBC*) e “A França designa a recente ameaça à sua segurança: o *burkini*” (*The New York Times*).

**Notícia 11:** Proibição “anti-*burkini*” em Villeneuve-Loubet: o Tribunal Administrativo de Nice é consultado

Publicada no dia 17 de agosto de 2016, o foco desta notícia cabe ao desenvolvimento do caso na justiça. Nesse sentido, a Liga dos Direitos humanos recorreu da decisão da Prefeitura que proibiu o uso do *burkini*. O argumento: é caracterizada por um atentado grave e manifestamente ilegal em várias liberdades fundamentais, incluindo o de manifestar suas crenças religiosas, de se vestir - a última a ser considerada parte da liberdade de expressão - e de ir e vir. O advogado que representa a Liga, Patrice Spinosi, afirma que a ordem visa somente um grupo específico de pessoas.

**Notícia 12:** As proibições municipais contra o “*burkini*” se multiplicam

Publicada no dia 17 de agosto de 2016, o cerne dessa notícia cabe a propagação da proibição ao *burkini* na costa francesa e o resultado do pedido para suspensão desta, pela Liga de Direitos Humanos. Mas o Tribunal Administrativo de Nice, na verdade, não reteve a urgência solicitada, considerando que a decisão do prefeito não constitui uma grave e manifestamente ilegalidade de uma liberdade fundamental. Dando razão ao Prefeito da cidade, que justificou a proibição pelo contexto de terrorismo. O uso de traje de vestimenta distinto, diferente do maiô de costume, de fato pode ser interpretado como não sendo, neste contexto, um simples sinal de religiosidade, disse o juiz do Tribunal. Várias associações em defesa dos direitos humanos garantem que vão recorrer da decisão nos tribunais das cidades que proibiram o uso do traje nas praias.

**Notícia 13:** A CCIF volta a atacar todas as ordens municipais proibindo o “*burkini*”

Publicada no dia 17 de agosto de 2016, a notícia foca na tentativa do Coletivo contra a islamofobia de frear as proibições do *burkini* nas praias francesas. “Iremos na frente dos órgãos jurisdicionais locais de todas as cidades onde deliberações foram tomadas”, afirma o porta-voz do coletivo, Marwan Muhammad. Além disso, o coletivo configura as proibições como um risco de colocar sociedades umas contra as outras. Muhammad se refere a briga entre turistas fotografando uma família muçulmana que se banhavam na praia.

**Notícia 14:** Manuel Valls “apoiar” os presidentes da Câmara Municipal que proibiram o “*burkini*”

Publicada no dia 17 de agosto de 2016, a notícia é referente a entrevista dada por Valls ao jornal *La Provence*, onde declara seu apoio aos prefeitos locais que proíbem o traje. “Compreendo os presidentes das Câmaras Municipais que, neste momento de tensão, têm o reflexo de procurar soluções, de evitar perturbações à ordem pública”, disse o Primeiro Ministro. De acordo com ele, por trás do *burkini*, “há a ideia que, por natureza, as mulheres seriam indecentes, impuras, que deveriam, por conseguinte, estar cobertas totalmente”. E isso não é compatível com os valores da França e a República. Além disso, a notícia destaca que as ordens contra o uso do *burkini* já estavam sendo postas em prática. Pelo menos três mulheres já haviam sido chamadas a atenção e pagado uma multa no valor de 38 euros.

**Notícia 15:** Nice proíbe por sua vez o “*burkini*” em suas praias

A notícia publicada em 19 de agosto de 2016 afirma que Christian Estrosi, primeiro adjunto (*Les Republicains*) à Câmara Municipal de Nice, considera que “a dissimulação integral do rosto ou o uso de um traje integral para ir à praia não corresponde ao ideal francês de relação social. Após a rejeição pelo Tribunal administrativo de Nice de seu pedido de suspensão da lei municipal feita pela cidade de Cannes, o Coletivo contra a islamofobia na França (CCIF) interpôs um recurso para o Conselho de Estado.

**Notícia 16:** O *burkini* da discórdia

Publicada no dia 20 de agosto de 2016 é um editorial sobre “O caso” deste traje de banho, que não merecia causar tanto rebuliço e que revela as tensões mútuas que minam a sociedade francesa sobre o Islã.

Desde que o prefeito de Cannes proibiu, em 27 de julho, o uso do traje, as ordens municipais têm-se multiplicado. Os prefeitos que tomaram essas ordens invocam essencialmente dois motivos intimamente ligados: a perturbação da ordem pública que causaria - ou poderia causar - este traje, considerado uma peça de roupa religiosa ostentatória, e o respeito do princípio da laicidade.

A notícia destaca que os críticos, notadamente a Liga dos Direitos Humanos e do coletivo contra a islamofobia na França, estimam o contrário, que a laicidade não pode ser imposta sobre os indivíduos no espaço público (exceto para usar a proibição do véu integral por lei) e que estas proibições são, portanto, uma violação das liberdades fundamentais, incluindo o de se vestir à vontade.

O jornalista questiona se o *burkini* merece tanta agitação. O que nesse caso, infelizmente, revela as tensões que minam uma sociedade traumatizada por ataques jihadistas que atingem por dois anos.

#### Semana 4

**Notícia 17:** O tribunal administrativo de Nice validou a proibição anti-“*burkini*” de Villeneuve-Loubet

Publicada no dia 22 de agosto de 2016, a notícia esclarece que o Tribunal Administrativo rejeitou os argumentos de LDH e do CCIF que consideram que este decreto viola várias liberdades fundamentais: manifestar crenças religiosas e o direito de ir e vir. O tribunal acredita ao contrário que o "contexto" do ataque de Nice em 14 de Julho e o do assassinato do sacerdote de Saint-Étienne-du-Rouvray 26 de julho visavam diretamente a religião cristã e esta proibição do uso do "*burkini*" é necessária, adequada e proporcional para evitar perturbações à ordem pública.

O Tribunal afirmou que o *burkini* pode ser analisado como "a expressão de um apagamento" da mulher e "uma redução em seu lugar que não é compatível com seu *status* numa sociedade democrática". LDH e a CCIF anunciou que iria interpor no Conselho de Estado.

**Notícia 18:** Proibição Anti-*burkinis*: audiência de quinta-feira do Conselho de Estado

Publicada no dia 23 de agosto de 2016, esta notícia comenta a decisão do Tribunal de Nice a respeito da proibição. Além da decisão do Tribunal em proibir o uso do *burkini* na cidade, a notícia volta a citar o assassinato do padre em Saint-Etienne-de-Rouvray em 26 de julho, e a adesão de mais três Presidentes de Câmara à proibição.

Para além do banimento do *burkini*, a prefeita de Cannes em 27 de julho decretou a proibição do véu.

**Notícia 19:** Canadá: Justin Trudeau defendeu o direito de usar o "*burkini*"

Publicada no dia 23 de agosto de 2016, é referente ao pronunciamento do Primeiro ministro Canadense a favor do direito das mulheres em usar o *burkini*. "Tolerar alguém significa aceitar que ele tem o direito de existir, mas na condição que ele não venha para nos incomodar muito, também, em casa", lamentou na conferência de imprensa o líder liberal. Já o Primeiro-Ministro Manuel Valls julga que o uso do *burkini* é baseado na subjugação das mulheres.

**Notícia 20:** Sarkozy lidera o ataque contra o *burkini*

Publicada no dia 24 de agosto de 2016. A notícia informa que para Sarkozy, "Usar *burkini* é um ato político, ativista, uma provocação. As mulheres que o usam (o traje) testam a resistência da República. Não fazer nada, é sugerir que a França parece fraca e seria promulgar uma queda ainda maior da República". O ex-presidente propõe "Reformar a Constituição ou organizar um referendo" sobre uma lei que proíba todos os símbolos religiosos visíveis não só na escola, mas também na universidade, na administração e também em empresas.

**Notícia 21:** Cazeneuve pede que as deliberações antiburkini não conduzam “a estigmatizações”.

Publicada ao 24 de agosto, refere-se as considerações do Ministro do interior, Bernard Cazeneuve. O governante, após uma reunião de “emergência” solicitada pelo Conselho Francês da Fé Muçulmana (CFCM), se diz preocupado com “a estigmatização dos muçulmanos na França”. Enquanto Sarkozy sustenta a interdição e visa proibir quaisquer símbolos religiosos na escola, mas também na universidade no governo e também nas empresas. Por outro lado, uma grande parte da esquerda se indignou com a autuação da mãe de família de Toulouse. Onde uma mulher foi atuada em Cannes. Vestindo calças compridas e uma túnica, ela recebeu com um relatório notificando-lhe que ela não estava usando “um código de vestimenta respeitoso da moralidade e laicidade”.

O deputado socialista Hérault Sébastien Denaja disse que estava “enojado” pela autuação ocasionada pelo uso de um “véu simples”. Esther Benbassa, a senadora do Grupo Ecologista, vê uma “perseguição anti-religiosa”. Já para a Frente Nacional, para lidar com a fragilidade jurídica do estatuto social, sugere apenas uma lei que proíba de símbolos religiosos conspícuos em todo o espaço público será capaz de fornecer uma resposta firme aos excessos comunitários.

**Notícia 22: Proibição Anti-burkini: “Esta decisão ameaça a liberdade de todos”**

Publicada no dia 24 de agosto de 2016 é uma entrevista a advogada Stephanie Hennette-Vauchez, professora de direito público à Universidade Paris-Ouest-Nanterre e diretora do Centro de estudos e de investigações sobre os direitos fundamentais, que analisa as possíveis consequências da proibição do *burkini*. A advogada responde a três perguntas:

Pergunta 1: Qual é a sua leitura da decisão do Tribunal Administrativo de Nice, que validou a proibição anti-*burkinis* em Villeneuve-Loubet? R: Este julgamento é um problema tanto no raciocínio do juiz em razão do secularismo e da ordem pública, como os valores da República. Há um senso de urgência que está se espalhando por todo o ordenamento jurídico. A combinação destes dois efeitos resulta em um julgamento que ameaça a liberdade de todos e a liberdade das mulheres muçulmanas em particular.

Pergunta 2: Quais vão ser, de acordo com vocês, as consequências deste julgamento? R: Existem dois tipos de consequências que suscitam preocupação. O primeiro é a consequência prática. Ou seja, a liberdade de todos ser restringida, que é dizer que alguém que não tenha traje apropriado na praia pode ser autuado. O segundo problema é que este tipo de julgamento é uma forma de reconhecimento legal do endurecimento do discurso sobre a laicidade. Ele abre o caminho para uma extensão permanente ou contínua das restrições à liberdade religiosa em geral; e de muçulmanos em particular.

Pergunta 3: O que esperar do Conselho de Estado? R: Esperemos que ele se afirme guardião das liberdades, mesmo no contexto de emergência, reafirmando demandas que tradicionalmente pesam sobre as medidas administrativas.

**Notícia 23:** "*Burkini*" Manuel Valls repudia Najat Vallaud-Belkacem

Publicada no dia 24 de agosto de 2016. A notícia relata que para o Primeiro Ministro, “essas ordens não são uma deriva. Esta é uma má interpretação das coisas. Estas ordens foram emitidas em nome da ordem pública”. Manuel Valls respondeu ao ministro da Educação, Najat Vallaud-Belkacem que se posiciona contra que a “proliferação” dessas ordens. Vallaud-Belkacem ainda disse que essas ordens liberam o discurso racista: “Não há nenhuma evidência de ligações entre o terrorismo, Daesh, e uma mulher numa praia”.

O Primeiro Ministro reiterou seu apoio aos prefeitos que estão a tomar proibições anti-*burkinis*. Entretanto, Valls afirmou que não está em guerra contra o Islã, “A República é benevolente (com os muçulmanos), e irá protegê-los contra a discriminação”. Bernard Cazeneuve mostrou apoio ao Primeiro Ministro, afirmando que essas proibições devem ser tomadas num contexto em que elas venham a ajudar a manter a ordem pública, sem jamais perder de vista a fraternidade.

**Notícia 24:** Decreto "anti-*burkinis*": o Conselho de Estado vai se pronunciar sexta-feira sobre o poder dos prefeitos

Datada do dia 25 de agosto de 2016, a notícia informa que o Tribunal Administrativo Francês irá decidir sobre a proibição do *burkini*. Mas a decisão do Conselho de Estado vai além da questão do que é uma vestimenta adequada na praia. “Isso vai criar um precedente que irá definir o alcance do poder dos prefeitos sobre a regulamentação dos símbolos religiosos no espaço público”, diz Patrice Spinosi, o advogado da LDH. De acordo com os argumentos já desenvolvidos pela LDH e o CCIF, a ordem referida desproporcionalmente viola várias liberdades fundamentais: a liberdade de ir e vir, liberdade de manifestar as crenças religiosas, o direito ao respeito pela vida privada. Para justificar a medida, o prefeito de Villeneuve-Loubet destacou em particular o risco de perturbar a ordem pública.

**Notícia 25:** Manifestação em Londres contra a proibição de “*burkini*”

Publicada no dia 25 de agosto de 2016, a notícia explica o protesto de Cinquenta mulheres com baldes e pás em frente à Embaixada da França em Londres para protestar contra a proibição denunciando a proibição do *burkini* na França de islamofóbica. Muitas manifestantes ficaram chocadas com as imagens, transmitidas amplamente na imprensa britânica, onde uma mulher com véu que não utilizava *burkini* era controlada por quatro policiais em uma praia em Nice, no sul da França. Trinta leis foram decretadas na França para proibir *burkinis*. O Conselho de Estado, o mais alto tribunal administrativo francês, começou a rever a sua legalidade.